

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Revista de Extensão da Universidade de Taubaté
novembro de 2008 | #1



UNITAU
Universidade de Taubaté



Revista de Extensão da Universidade de Taubaté
novembro de 2008 | #1



UNITAU
Universidade de Taubaté



Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias - PREX
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - UNITAU
Taubaté, SP, Brasil

ISSN 1984-3992



UNITAU
Universidade de Taubaté

os
es
u
e
t
x
e

Revista de Extensão da Universidade de Taubaté

ISSN 1984-3992

Editor-chefe: Profa. Ms Ana Beatriz Rodrigues Pelógia

Correspondência

Revista de Extensão da Universidade de Taubaté

Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias – PREX
Universidade de Taubaté – UNITAU

Av. 9 de Julho, 199 - Centro - Taubaté-SP – CEP 12020-200

Tel.: (12) 3625-4227/4208 Fax: (12) 3633-4176

URL: www.unitau.br/scripts/revista_extensao

e-mail: prex@unitau.br

Ficha Catalográfica

Coordenadoria Geral de Bibliotecas – UNITAU

Revista de Extensão da Universidade de Taubaté - Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias. -- No. 1 (2008). – Taubaté: 2008 -

Anual

Texto em português, inglês e espanhol

No. 1; publicado somente on line em:

http://www.unitau.br/scripts/revista_extensao

ISSN 1984-3992

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Ciências exatas – Periódicos.
3. Ciências biológicas – Periódicos. I. UNITAU - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias.

Administração Superior da UNITAU

Reitoria

Prof^a. Dr^a. Maria Lucila Junqueira Barbosa

Vice-reitoria

Prof. Dr. José Rui Camargo

Pró-reitoria de Administração

Prof. Dr. Francisco José Grandinetti

Pró-reitoria de Economia e Finanças

Prof^a. Ms. Marisa de Moura Marques

Pró-reitoria Estudantil

Prof. Ms. Armando Antônio Monteiro de Castro

Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Prof^a. Dr^a. Ana Aparecida da Silva Almeida

Pró-reitoria de Graduação

Prof^a. Ms. Mara Cristina Bicudo de Souza

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Dr. José Roberto Cortelli

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL DA Revista de Extensão da Universidade de Taubaté

Presidente

Ana Aparecida da Silva Almeida, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)

Membros

Ana Beatriz Rodrigues Pelógia, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Andréia Alda de Oliveira Ferreira Valério, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Maurílio José de Oliveira Camello, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Paulo Romano Reschilian, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Vera Lúcia Batalha de Siqueira Renda, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)

EDITOR CHEFE

Ana Beatriz Rodrigues Pelógia, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)

PARECERISTAS DESTE NÚMERO

Benedito Donizeti Goulart, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Carlos Alberto Máximo Pimenta, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Eliana Vianna Brito, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Elzira Yoko Uyeno, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Fabio Ricci, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Flávio José Nery Conde Malta, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Joel Pereira Felipe (UFABC, São Paulo, SP, Brasil)
Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Maria do Carmo Souza de Almeida, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Maria Elisa Moreira, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Mauro Castilho Gonçalves, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Michel Jean Marie Thiollent, (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Neusa Banhara Ambrosetti, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Nilde Ferreira Balcão, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Regina Namura, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Sandra Márcia Habitante, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil)
Targino de Araújo Filho, (UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil)

Corpo Técnico

Tradução para o espanhol: Susana Echeverria Echeverria (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil) e Luciana Aparecida Silva de Azeredo (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil).

Tradução e revisão para o inglês: Ana Beatriz Rodrigues Pelógia (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil), Andréia Alda de Oliveira Ferreira Valério, (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil).

Revisão de português e normalização bibliográfica: Teresinha de Jesus Cardoso e Cunha (UNITAU, Taubaté, SP, Brasil).

Editora de layout: Cecília Kelli de Araújo Cardoso (Estagiária, UNITAU, Taubaté, SP, Brasil).

Sumário/Contents/Sumario

Apresentação/Presentation/Presentación	9
Editorial/Editorial/Editorial	10
1. A pesquisa folkcomunicação e os métodos de transmissão dos “saberes” dos figureiros de Taubaté	
Folkcommunication research and methods of knowledge transmission of the figurine makers from Taubaté, SP	
<i>La pesquisa de comunicación folk y los métodos de transmisión de los “saberes” de los figureros de Taubate, SP</i>	
<u>Armando Boll /Marcelo Pires de Oliveira</u>	11
2. Análise da organização e especialização dos catadores que atuam nos bairros Vila Industrial e Jardim Esplanada, São José dos Campos, SP	
Analysis of the organization and specialization of garbage collectors who work in the districts “Vila Industrial” and “Jardim Esplanada”, São José dos Campos, SP	
<i>Análisis de la organización y especialización de los cartoneros que actúan en los barrios Vila Industrial y Jardim Esplanada, São José dos Campos, SP</i>	
<u>Luis Fernando Lopes / Leila Beatriz Ferreira / Paulo Fortes Neto /Nara Lucia Perondi Fortes</u>	24
3. Aprendendo com a natureza: o mecanismo de captura pelas plantas insetívoras e a polinização	
Learning with nature: the capture mechanism from insectivorous plants and polinization	
<i>Aprendiendo con la naturaleza: el mecanismo de captura por las plantas insectívoras e polinización</i>	
<u>Adriana Mascarette Labinas / Elisa Mitsuko Aoyama / Ana Maria Gimenes Corrêa Calil</u>	37
4. Educação permanente de adultos maduros, idosos e de profissionais da área do envelhecimento: fundamentos para um projeto pedagógico de extensão universitária	
Continuing education of elder adults, older persons and professionals dealing with the ageing process: foundations for a university extension project	
<i>Educación permanente de adultos maduros y ancianos y de profesionales para el área de envejecimiento: fundamentos para un proyecto pedagógico de extensión universitaria</i>	
<u>Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão</u>	45

Sumário/Contents/Sumario

5. O trabalho com famílias vulnerabilizadas: o perfil sócio, econômico e cultural das famílias atendidas no Projeto Esperança

Work with vulnerable families: social, economic and cultural profiles of the families attended by "Esperança" Project

El trabajo con familias vulnerabilizadas: el perfil social, económico y cultural de las familias atendidas en el Proyecto Esperanza

Mabel Mascarenhas Torres

55

6. Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o exercício do Planejamento Urbano e Regional "Observatório das Cidades"

Program for Qualification of Municipal Public Managers for the exercise of Urban and Regional Planning "Research Center of Cities"

Programa de Capacitación de Gestores Públicos Municipales para el ejercicio de la Planificación Urbana y Regional "Observatório das Cidades"

Fabio Sanches / Luiz Roberto M. Machado / Paulo Romano Reschilian / José Oswaldo Soares de Oliveira

73

7. Projetos de Extensão de longo prazo: a possibilidade de avaliar impacto social

Long term Extension: the possibility to evaluate the social impact

Proyectos de Extensión a largo plazo: posibilidad de evaluar el impacto social

Maria Regina de Avila Moreira

85

8. Relato de Experiência do Grupo de Atendimento à Víctima de Violência Sexual (GAVVIS) da Universidade de Taubaté

Experience History of the Sexual Violence Support Group (GAVVIS) of the University of Taubaté

Relato de la Experiencia del Grupo de Atención a la Víctima de Violencia Sexual (GAVVIS) de la Universidad de Taubaté

Valéria Holmo Batista / Ana Lucia De Faria / Cláudia Aparecida Aguiar Araújo / Avelino Alves Barbosa Júnior

99

9. Transformando comunidades de prática: O projeto de Extensão Aprendendo e Ensinando Línguas

Transforming communities of practice: The Extension Project Learning and Teaching Languages

Transformando comunidades de prácticas: El Proyecto de Extensión Aprendiendo y Enseñando Lenguas

Solange Teresinha Ricardo de Castro / Vera Lucia Batalha de Siqueira Renda

107

Normas para publicação/Publication directions/Normas para la publicación

117

Apresentação

Este primeiro volume da Revista de Extensão da Universidade de Taubaté apresenta, em seus artigos, uma amostra dos trabalhos realizados no âmbito da Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias na vigência do ano de 2007.

No **primeiro artigo**, busca-se, com o apoio do método biográfico, a construção dos saberes transmitidos transgeracionalmente na comunidade dos Figureiros de Taubaté. Esses artistas incorporam, em sua arte, danças folclóricas, animais e o cotidiano das roças e das cidades, em singelas figuras de barro pintadas.

Já no **segundo artigo**, é apresentada a análise da organização e da especialização do trabalho exercido por catadores – profissionais que realizam o papel de agentes ambientais – em dois bairros de uma cidade do interior do estado de São Paulo. As conclusões do estudo apontam a necessidade de uma contribuição efetiva dos órgãos públicos e da própria sociedade ao incremento da qualidade de trabalho desses profissionais.

Aprender com a natureza é o tema do **terceiro artigo**, fruto das atividades realizadas pelo projeto extensionista “Natureza & Criança”, que nasceu com o objetivo de apresentar uma alternativa para o ensino de botânica nas escolas. Numa abordagem interdisciplinar, o estudo, voltado a crianças dos primeiros anos do ensino fundamental, envolveu docentes e estudantes dos cursos de Agronomia e Pedagogia.

Educação e envelhecimento são dois dos importantes tópicos abordados no **quarto artigo**, que trata de algumas concepções de educação permanente no contexto da sociedade atual, enfatizando a emergência do fenômeno do envelhecimento e das necessidades dos adultos maduros e idosos. É também, um dos eixos de atenção desse artigo, a instrumentalização de recursos humanos para o trabalho na área da gerontologia.

O **quinto artigo** relata resultados de um projeto extensionista realizado num bairro da cidade de Taubaté, SP. Foi objetivo do estudo levantar o perfil das famílias que ali vivem, e os dados apresentados decorrem da análise do levantamento sócio-econômico realizado com as famílias, cujos filhos participam de um projeto comunitário. O estudo evidencia o papel desempenhado pelas mulheres em tais núcleos familiares.

O **sexto artigo** contém a apresentação e reflexões relativas às ações do “Observatório das Cidades”, que se efetiva por meio da configuração de um banco de dados sobre as experiências de elaboração de planos diretores participativos e do acompanhamento das práticas de gestão de políticas públicas, vinculando-as ao programa de educação ambiental na rede escolar dos municípios do Vale do Paraíba Paulista.

Analisar as possibilidades de se avaliar o impacto social por meio de projetos de extensão, especialmente, quanto ao prazo de execução, é o assunto tratado no **sétimo artigo**, no qual a metodologia desenvolvida parte de uma avaliação conjunta com os gestores da assistência social para definir estratégias e modalidades a serem desenvolvidas.

O **oitavo artigo** trata do relato de experiências desenvolvidas pelo Grupo de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS), cujo objetivo principal foi criar um grupo multiprofissional com a função de melhorar a qualidade do atendimento à vítima de violência sexual na cidade de Taubaté e região; e normatizar o atendimento a essa população.

O **nono artigo** apresenta e discute os resultados iniciais do projeto extensionista intitulado *Aprendendo e Ensinando Línguas: Interfaces das Ações de Linguagem na Construção da Identidade de Futuros Profissionais da Área*.

Editorial

Este volume da Revista de Extensão da Universidade de Taubaté visa trazer a público algumas das vivências extensionistas significativas da Instituição, o que faz parte de uma premissa maior de prestar contas e externar à comunidade acadêmica e do entorno o que se processa a partir do contato entre a universidade e a sociedade.

Dentro desta perspectiva, caminham paralelamente outras iniciativas, como o *Newsletter* online de extensão, a programação de pautas para Rádio e TV e o CD Institucional PREX.

Dedica-se, pois, este volume, à nossa produção interna, resultado de esmerada seleção de pareceristas que elencaram, dentre 23 propostas, aquelas que tangível, explícita e significativamente traduziram em prática extensionista os preceitos da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade, bilateralidade, impacto social e produção de novos conhecimentos.

Merece destaque a significativa produção de nossos Coordenadores de Projetos de Extensão, cuja contribuição, em número de artigos, vem comprovar o patamar em que se encontra a produção de conhecimento incentivada pela Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da Universidade de Taubaté.

Profa. Ms Ana Beatriz Rodrigues Pelógia

A pesquisa folkcomunicação e os métodos de transmissão dos “saberes” dos figureiros de Taubaté, SP

Folkcommunication research and methods of knowledge transmission of the figurine makers from Taubaté, SP

La pesquisa de comunicación folk y los métodos de transmisión de los “saberes” de los figureros de Taubate, SP

Armindo Boll

Marcelo Pires de Oliveira

Prof. Ms Armindo Boll é Professor da Universidade de Taubaté – UNITAU, no Departamento de Ciências Sociais e Letras - Curso de História. Mestre em História Pela Pontifícia Universidade Católica - SP. E-mail: armindo.boll@bol.com.br

Prof. Dr. Marcelo Pires de Oliveira é Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: cameloti@uol.com.br

Resumo

Neste trabalho, estudam-se os processos de transmissão transgeracional de saberes presentes na comunidade dos Figureiros de Taubaté. Esses artistas populares moldam o barro na forma de singelas figuras que, depois de pintadas, compõem o presépio natalino. Incorporam, em sua arte, danças folclóricas, animais e o cotidiano das roças e das cidades. São protagonistas de um saber artístico transmitido em suas famílias há pelo menos cem anos, por meio da oralidade. Com o apoio do método biográfico, buscou-se, por meio das memórias desses artistas, a construção de uma história que revele os processos de ensino-aprendizagem desse grupo e suas estratégias folkcomunicacionais nas relações de troca de experiências e saberes entre as gerações.

Palavras-chave: Folkcomunicação; Figureiros de Taubaté; História Oral; Educação não-formal; Arte Figureira.

Abstract

The present work aimed at studying the processes involved in transgenerational transmission of knowledge present at the community of figurine makers of Taubaté, SP. Those artists mold naïve

Figurines in clay, which after painting, make up christmas scenes, as well as folk dances, animals and the daily routine both in the country and cities. Such artisans are protagonists of the artistic knowledge which has been orally transmitted in their families for over a hundred years. Based on the biographical method, this study intended to build up a historical account of those artists, in order to unfold their teaching and learning processes as well as their folkcommunicational strategies involved in the interchange of knowledge and experiences throughout generations.

Key-words: folkcommunication, figurine makers from Taubaté, oral history, non-formal education, figurine-making art

Resumen

En este trabajo, se estudian los procesos de transmisión transgeneracional de saberes presentes en la comunidad de los Figureros de Taubaté. Esos artistas populares modelan el barro dando forma a sencillas figuras que, después de pintadas, componen belenes navideños. Incorporan, en su arte, danzas folclóricas, animales y el cotidiano de la vida rural y de las ciudades. Son protagonistas de un saber artístico transmitido oralmente de generación a generación desde hace, por lo menos, cien años. Con el apoyo del método biográfico, se buscó, por medio de las memorias de esos artistas, la construcción de una historia que revele los procesos de enseñanza-aprendizaje de ese grupo y sus estrategias de comunicación folk en las relaciones de intercambio de experiencias y saberes entre as generaciones.

Palabras clave: Comunicación Folk; Figureros de Taubaté; Historia Oral; Educación no formal; Arte Figurera.

Introdução

As funções da Universidade, centro institucional da construção do conhecimento, são o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino, como bem sabemos, é a transmissão dos conhecimentos e saberes acadêmicos às novas gerações. A pesquisa é o processo contínuo e constante de construção do conhecimento, por meio de projetos e abordagens de análise e interpretação da realidade. A extensão é o conjunto de ações que a instituição executa para atender ao maior número de pessoas da sociedade, especialmente a comunidade próxima. É possível afirmar que a pesquisa que realizamos promove o exercícios dessas três categorias de funções acadêmicas.

Em primeiro lugar, essa pesquisa é um processo de construção do conhecimento, porque objetiva esclarecer os processos de ensino-aprendizagem da comunidade de Figureiros(as) de Taubaté. É,

também, uma atividade de ensino, porque esses conhecimentos serão empregados nas disciplinas e nas atividades acadêmicas desenvolvidas com os nossos alunos.

[...] o autor procura percorrer o caminho traçado pela experiência de um grupo popular de sujeitos-devotos, em torno de sua crença, registrando sua aventuras e memórias, suas praticas e representações, suas estratégias de sobrevivência e seus conflitos, suas formas de resistência e de assimilação à ordem social moderna (LOPES, contracapa, 1995).

A arte desse grupo de artesãos evoluiu ao longo do tempo e, sem deixar de ser tradicional, vem se modificando com as novas gerações, seja na temática, seja no modo de produção.

Como em todas as relações humanas, a comunicação é um elemento essencial, e acredita-se que será possível afirmar que há um processo de comunicação estruturado e organizado no cotidiano desses artistas populares de Taubaté. Mesmo que não tenham percepção do que se passa, ocorre a troca de informações e saberes entre as gerações de Figureiros. Os “saberes” presenciados pelos pesquisadores serão analisados. Essa troca de conhecimento envolve todo o processo de confecção das figuras de barro, e torna-se importante descobrir quais os meios empregados pelos artistas, na transmissão inter e transgeracional desse conhecimento. Pretende-se verificar se há um processo organizado de transmissão, ou se esse processo ocorre de maneira informal, calcado nas relações familiares, ou de amizade, tanto de parentesco, quanto de apadrinhamento. Uma outra questão a ser considerada é se a comunicação existente entre os figureiros pode ou não ser compreendida no escopo das pesquisas em folkcomunicação.

A Revolução Industrial, como aponta Renato Ortiz (1996), intensificou e ampliou as divisões sociais e culturais, com uma distinção entre variados níveis de cultura. Essa distinção acabou sendo aceita e incorporada como uma convenção social e intelectual, porém preconceituosa, que apresenta, atualmente, quatro níveis de cultura, assim definidos pelos teóricos:

1. Cultura Erudita, ou Alta Cultura;
2. Cultura Popular, ou Baixa Cultura;
3. Cultura de Massa, ou cultura transmitida pelos veículos de comunicação de massa; e,
4. Cultura da Mídia, ou cultura nascida nos meios de comunicação.

A definição de “Cultura Erudita” existe desde a Idade Média, período em que os sacerdotes e nobres eram os únicos grupos sociais que possuíam direitos, entre eles o direito à educação, que, além do acesso à leitura e ao conhecimento dos escritos guardados nos mosteiros, também fornecia os parâmetros para apreciar a arte. A “Cultura Erudita” também é explicada pelo conceito de hegemonia, de Gramsci (1978), segundo o qual a classe hegemônica determina quais são os

conteúdos culturais aceitáveis para o conjunto da sociedade e para o seu grupo, além de estabelecer códigos e critérios que facilitam ou dificultam, a pessoas de outras classes, o acesso aos seus bens culturais. A “Cultura Erudita” está associada às manifestações culturais apreciadas pela elite, as

[...] é preferível falar em culto, elitista, erudito ou hegemônico? Essas denominações se superpõem parcialmente e nenhuma é satisfatória. Erudito é a mais vulnerável, porque define essa modalidade de organizar a cultura pela vastidão do saber reunido, enquanto oculta que se trata de um tipo de saber: não são eruditos também o curandeiro e o artesão? Usaremos as noções de elite e hegemonia para indicar a posição social que confere ao culto seus privilégios, mas empregaremos mais freqüentemente esse último termo, porque é o mais usado. (CANCLINI, 1998. p. 21)

Já “Cultura Popular”, segundo Strinati (1999), é um conceito de difícil definição. Isso porque as mais diferentes abordagens teóricas consideram como “cultura popular” toda cultura que não é controlada pela classe hegemônica, isto é, toda manifestação cultural que não é interessante para a elite social, a qual, por meio do seu sistema isolacionista, já interditou aos seus membros o acesso a essas manifestações.

A cultura popular vem sofrendo, nos últimos anos, um processo de análise e interpretação que, ora beira a tentativa de valorização cultural, enquanto construção de identidade, ora serve para segregar um corpo de manifestações sob um rótulo fácil e abrangente que atenda a interesses mercadológicos. Para esta análise, acredita-se que a Cultura Popular deva ser entendida pela soma de duas vertentes.

A primeira dessas vertentes é o conceito de “Culturas Híbridas”, de Nestor Canclini, que posiciona a realidade latino-americana no cerne de um processo cultural distinto do processo europeu e mesmo do anglo-americano

[...] do lado popular, é necessário preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma. Nunca houve tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem. (CANCLINI, 1998 p. 22)

A segunda vertente é aquela apresentada por Luigi Satriani (1986). Segundo ele, em uma sociedade de classes, como a nossa, há uma divisão de culturas e subculturas, e a cultura popular assume cada vez mais a expressão de uma cultura folclórica. Assim, em muitos momentos é difícil evitar que as duas definições não se tornem sinônimas e, da mesma forma, revestidas de preconceitos.

O termo folclore acha-se investido já ao nascer - nem poderia ser de outra maneira - de alguns significados precisos que remetem, por sua vez, a determinadas ideologias que podem ser, sinteticamente, referidas como nacionalistas e conservadoras. O caráter substancialmente conservador da maior parte dos estudos folclóricos tem pesado bastante na desvalorização, cada vez mais aberta, por parte da cultura contemporânea - ou pelo menos de boa parte dela - das tradições populares, até o ponto em que o próprio termo folclore tornou-se, arbitrariamente, sinônimo de "cor", de "atitudes pitorescas", de "caricatura", de "esboço", de exterioridade, de conservadorismo. (SATRIANI, 1986 p. 79)

Com o advento da Revolução Industrial, essa “cultura popular” recebeu a denominação de “folclore”, palavra introduzida nas ciências sociais na metade do século XIX, por estudiosos que, ao perceberem o avanço da nova cultura industrial, decidiram coletar as “antiguidades populares” européias. Com isso, criaram mais uma divisão nas áreas da cultura: além da cultura popular, surgiu a cultura “folk”, que, segundo Roberto Benjamim (2004), tem características próprias, que a distinguem de cultura popular, quando entendida em seu conceito de cultura plural.

O folclore, em seu início, procurou recolher histórias, lendas e outros conhecimentos da vida rural européia justamente no momento em que o continente se industrializava e se urbanizava.

Por isso os folcloristas são uma invenção do século XIX. Eles descobrem que as "superstições" são sobrevivências de um passado longínquo, mas que se encontram ameaçadas. Diante da transformação da sociedade, eles buscam desesperadamente uma atividade salvacionista. Curiosos dos costumes populares, eles colecionam os pedaços desta memória fracionada, procurando reificá-la nos museus, livros e exposições. No fundo, todo seu esforço consiste na construção de um saber enciclopédico, cujas raízes sociais se extinguíram. (ORTIZ, 1996, p. 184)

O folclore ficou, dessa maneira, associado a uma produção cultural diferente daquela à qual a sociedade urbana estava acostumada, sendo também rotulada de cultura primitiva e predominantemente camponesa e rural. Essa concepção hegemônica de uma manifestação de cultura afastou do domínio da cultura popular todo o conhecimento tradicional. Ao batizar as manifestações populares não urbanas de “Folclore”, alguns pesquisadores dividiram os estudos de cultura popular em duas correntes: a cultura urbana, que passou a ser conhecida por cultura de massa, e a cultura rural, que é conhecida por folclore. Atualmente, os estudiosos da cultura são obrigados a reconhecer as inter-relações e trocas dinâmicas que ocorrem em todo o campo da cultura na sociedade, independentemente de sua origem e utilização.

Em diferentes momentos, fatos culturais terão sido gerados pela cultura de elite e a seguir folclorizados, para depois ser apropriados pela cultura de massas. Ou gerado na cultura de elite, veiculado pela cultura de massas e apropriado pela cultura popular, e assim por diante. (BENJAMIM, 1985. p. 100)

Roberto Benjamim (2004) também aponta a possibilidade de hibridização, ou difusão, ou seja, o encontro de duas ou mais culturas que trocam seus bens culturais, aproveitando o que consideram interessante. Elaboram uma nova manifestação cultural, ou acrescentam elementos à sua manifestação tradicional dentro do processo de criação coletiva, que é a relação que todos os agentes “folk” estabelecem com sua cultura.

A “Cultura Popular” é um processo vivo de manifestações sociais provenientes das classes não hegemônicas da sociedade, e tem o poder de atrair, reunir e entreter uma grande quantidade de pessoas. Sua diferença em relação à “Cultura Erudita” está no fato de ser construída por meio de manifestações plurais e amplificadoras, enquanto a primeira é restritiva e elitista. A maioria das manifestações de cultura popular está vinculada a rituais que envolvem todos os membros da comunidade em um processo de integração e também de comunhão com a divindade.

Para entendermos como o conceito de “Cultura Popular” é aqui enfocado, há necessidade de estabelecer limites, mesmo que arbitrários, entre as muitas possibilidades de manifestações culturais e também entre as quatro categorias citadas. Denominamos esses limites de arbitrários porque partimos da compreensão de que as categorias de cultura são formas redutoras de entendermos e nos relacionarmos com a cultura, uma vez que, como bem descreve Certeau (1994), a noção de cultura é elaborada em termos de relações conflituosas ou competitivas entre mais fortes e mais fracos.

A cultura, enquanto campo de estudos, como já foi apresentado, foi dividida e subdividida por diversos autores e, ao longo do tempo, suas definições e conceitos foram aceitos e incorporados ao nosso vocabulário. Assim, hoje não nos são estranhos os vários níveis de cultura. Entretanto, para esta pesquisa surge a necessidade de maior flexibilização desses conceitos, pois o grupo analisado (figureiros) transita em um universo cultural muito mais amplo que os definidos pelas divisões arbitrárias dos estudos de cultura.

Aqui será retomado Canclini (1998), com seu conceito de “Culturas Híbridas”, que ajuda a compreender o universo cultural que se pretende analisar como sendo a soma de diferentes influências culturais e a ausência de limites bem definidos entre os níveis de cultura das sociedades latino-americanas e, quem sabe, também da sociedade pós-moderna internacional. É na confluência de técnicas e de raízes culturais que transitam os produtores e consumidores das manifestações culturais pós-modernas, as quais Canclini (1988) batizou de “Culturas Híbridas”. Trata-se de um misto de arte erudita com arte primitiva, uma mescla das raízes européias com as raízes nativas das Américas, enfim, um híbrido cultural que não encontra similaridades em nenhum lugar do mundo, e que se repete, nas tentativas de diferentes artistas, em buscar dialogar com os diferentes níveis de cultura hoje conhecidos.

A cultura, quando levada em consideração na análise dos processos comunicacionais, permite que muitas teorias do conhecimento busquem compreender seu funcionamento, entre elas as teorias da comunicação, que, desde a metade do século XX, vêm aprofundando suas reflexões na intersecção entre a memória, a cultura e a comunicação. Nesse campo, Luiz Beltrão (1971), no livro “Comunicação e Folclore”, faz reflexões acerca dos processos de comunicação gerados por representantes das chamadas "classes populares". Ele formulou uma teoria que busca explicar como a comunicação ocorre no interior das diversas manifestações folclóricas.

A Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, idéias e atitudes da massa, por intermédio de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore. (BELTRÃO, 2004 p. 47)

A definição acima deve ser percebida no contexto histórico e social no qual foi pensada, e deve-se considerar que o termo “massa”, empregado pelo autor, faz alusão a uma sociedade urbana, e não a um grupo rural ao qual a definição de folclore estava associada, na época. Beltrão baseou seus estudos, não em grupos bem definidos e delimitados, mas nos aglomerados de migrantes que vieram habitar a periferia das grandes cidades.

Satriani (1986) também aponta a visão limitadora dos estudos folclóricos e, principalmente, os preconceitos que essa disciplina vem sofrendo ao longo do tempo.

[...] a ideologia do folclore que apresenta - de má ou até mesmo de boa fé, por parte dos folcloristas, o que no final deste nosso discurso é irrelevante - uma cultura popular como interessa que apareça às classes dominantes, isto é, que dê uma imagem mistificada da cultura das classes subprivilegiadas (com atenção particular, quando não exclusiva, aos estratos camponeses, pastoris e marítimos)[...] (SATRIANI, 1986, p. 92)

Pode-se intuir que as manifestações folclóricas estão entre os muitos processos alternativos de comunicação das classes populares que não conseguem (por falta de acesso aos meios de comunicação de massa ou por desconhecimento de sua aplicação) decidir politicamente, colocar-se fora da cultura de massa; portanto, não se utilizam dos meios de comunicação de massa disponíveis para transmissão de suas mensagens para seu grupo social e também para outras classes sociais. Esse processo ocorre no âmbito das relações entre as manifestações culturais. A necessidade de estabelecer um processo comunicacional que nasça das classes populares e que seja uma comunicação que ocorra de maneira horizontal, isto é, entre aqueles que partilham um mesmo universo cultural, foi pensada por Beltrão (1980) como uma comunicação horizontal, porém não classista. Isso quer dizer que não está restrita a uma única classe social; ocorre sempre que um

indivíduo ou grupo de determinada classe não-hegemônica pretende comunicar-se por meio de manifestações de cultura popular, no mais das vezes “folclóricas”, com grupos de sua mesma classe ou até mesmo com a sociedade mais ampla.

Essas manifestações fazem parte de um processo maior e constituem uma tática de sobrevivência cultural empregada por todos aqueles que se encontram na parte inferior da estrutura social. Normalmente, as formas de resistência cultural são transformadas em manifestações folclóricas, por ser este o espaço permitido para atuação cultural das classes subalternas.

Num sentido geral e, portanto, necessariamente genérico, o folclore é o testemunho de uma recusa cultural, de uma resposta negativa, da resistência das classes subalternas ao processo de aculturação tentado pelas classes dominantes, ao se confrontarem, através de formas que mascaram com maior ou menor habilidade, a violência nelas inata. O folclore constitui, conseqüentemente, em boa parte, uma manifestação freqüentemente implícita da recusa das classes subalternas a serem absorvidas em um sistema cultural que as predestina ao papel de vítimas; que isso, depois acaba acontecendo, na realidade não depende igualmente, do poder de decisão das classes subalternas, mas estas se recusam a ser absorvidas 'sem protesto', por uma cultura que não é a sua, mas que a ela se volta para capturá-la. (SATRIANI, 1986, p. 71)

Esses grupos se organizam de forma a garantir sua preservação no interior do sistema. Dialogam e realizam trocas, de maneira que, com o passar do tempo, já não haja, por parte das classes dominantes, a percepção de resistência, mas sim uma noção de assimilação, que nada mais é do que uma dissimulação para a preservação dos valores do grupo.

No entanto mais uma vez, esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na “educação”, ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. (CERTEAU, 1994, p.41)

As classes populares, apesar de não controlarem os meios de comunicação de massa, conseguem realizar uma comunicação em grande escala, e, para isso, empregam os recursos disponíveis. O seu processo de comunicação, muitas vezes, realiza-se por meio das manifestações culturais ou folclóricas, por ser este um dos espaços culturais que lhe são próprios e que ainda não estão totalmente sob o domínio das classes dominantes.

É por meio desse canal de transmissão (as manifestações folclóricas) que as classes populares conseguem emitir suas mensagens, e visam atingir uma grande audiência e valer-se de vários instrumentos de dispersão. Um deles é a memória do evento cultural, e outro é aquilo que os assistentes comentam e interpretam do que viram. Atualmente, há, ainda, a interferência do "olho" eletrônico dos meios de comunicação de massa que, muitas vezes, elegem essas manifestações como estrelas de sua programação.

Com essa disseminação, as mensagens elaboradas pelas "classes populares" atingem uma projeção ainda maior. A súbita valorização dos saberes populares, para criação de um processo de resistência à globalização cultural imposta pelas elites locais (que resistem à invasão de produtos culturais exógenos) ou para constituir um artigo de consumo (uma vez que há um novo mercado consumidor para os produtos culturais populares) amplifica a mensagem articulada por uma dada comunidade. Essa comunidade, embora pretenda, em um primeiro momento, atingir apenas as suas esferas mais próximas, almeja que seu pensamento e reivindicações ganhem repercussão em outras regiões. Esse fenômeno de ampliação da arena de argumentação das comunidades populares, ao se tornar um "evento" globalizado, altera as questões a serem discutidas e também incita uma outra discussão: como e de que maneira as "classes populares" utilizam os meios de comunicação de massa?

Por mais escandaloso que pareça, é um fato cultural incontornável que as maiorias da América Latina estão se incorporando à, e se apropriando da modernidade sem deixar sua cultura oral, isto é, não por meio do livro, senão a partir os gêneros e das narrativas, das linguagens e dos saberes, da indústria e da experiência audiovisual. Falar dos meios de comunicação se tornou, então, uma questão de envergadura antropológica. Porque o que está em jogo são profundas transformações na cultura cotidiana das maiorias e, especialmente, nas novas gerações que sabem ler e cuja leitura se acha atravessada pela pluralidade de textos e escrituras que circulam hoje. (MARTÍN-BARBERO, 2001 p. 47)

Os suportes de comunicação das classes populares têm-se modificado ao longo do tempo, mais intensamente após a revolução das tecnologias da informação. No entanto, o seu maior suporte ainda é a oralidade, que possui um forte componente cultural e de localidade, isto é, a transmissão das informações entre as pessoas se reduz a áreas geográficas definidas e estreitas, não possuindo a capacidade de alargar os receptores da mesma forma que os meios de comunicação de massa. Por isso, os efeitos de sua comunicação ficam restritos à região e ao grupo populacional ao qual pertencem. Dessa forma, há apropriação dos suportes e dos meios disponíveis e conhecidos por esse grupo, muitas vezes fora da esfera da escrita, pois ainda existe uma grande parcela de iletrados nessa população, especialmente nos países latino-americanos.

Os processos folkcomunicaçãois das classes populares são, de um lado, pressionados pelo crescimento das mídias eletrônicas, que baseiam sua transmissão no espaço da oralidade, portanto

no mesmo nível de compreensão dessa população; de outro lado, pelos processos adaptados, ou mesmo herdados de antigas raízes culturais que sobrevivem, seja como uma alternativa, seja como uma resistência.

Não devemos esquecer, contudo, que as manifestações de cultura popular são um processo de comunicação entre membros de um determinado grupo social posicionado na base inferior da sociedade. Por isso, em um primeiro momento, essas manifestações tinham um caráter comunicacional restrito ao seu grupo e serviam para externar os anseios coletivos que seriam entendidos por todo o grupo. Depois, com a afluência de outros grupos sociais interessados nas manifestações de cultura popular, as festas e folguedos também serviram de canal de comunicação com esse público externo, que tomava contato com os problemas e anseios dos artistas e foliões populares.

Essas táticas de comunicação mais ampliadas, muito antigas, acabam se enraizando nos processos cotidianos de comunicação desses grupos populares, pois são oriundas dos mesmos processos de comunicação que se manifestam nas relações familiares e de parentesco, assim como nas de vizinhança. Entende-se que as relações construídas no dia-a-dia da comunidade, quando incorporadas às manifestações culturais, transportam-se e geram maneiras próprias de comunicar e expressar sentimentos e pensamentos.

A comunicação dos grupos populares ocorre em diversos planos e em diferentes momentos. A busca por conhecê-la e colocá-la em destaque parte da consciência de que sua valorização é mais um caminho para se entender a pluralidade dos processos de comunicação na sociedade mais ampla. Isso pode contribuir para o empoderamento das classes populares que buscam espaço e reconhecimento como grupos atuantes e geradores de significados culturais no processo histórico e social.

O aprendizado da arte figureira ocorre, quase sempre, nas relações de parentesco, de vizinhança e de apadrinhamento. É a relação entre as novas gerações e os artesãos experientes que facilita o aprendizado por meio da repetição e da imitação. Podemos destacar que o processo de aprendizado ocorre em quatro etapas, que, aparentemente dispersas, seguem uma ordem e demandam um complexo sistema de avaliação, que vai determinar quando um aprendiz deve ser impelido para a nova etapa, em busca de autonomia criativa.

Essas etapas foram percebidas, na pesquisa, durante a análise de depoimentos orais. São elas: 1. Envolvimento lúdico com o barro; 2. Orientação dos resultados do manuseio do barro; 3. Ajuda na confecção e pintura de peças do “Mestre”; e, 4. Maestria na criação e decoração das figuras.

1. Envolvimento lúdico com o barro

A criança, ou adolescente, acompanha o trabalho do artista mais velho e recebe um punhado de argila para brincar e passar o tempo, sem atrapalhar nem desviar a atenção do trabalho do “mestre”. Nessa fase, a criança ainda não executa uma peça definida, mas, ao brincar com a argila, vai imitando os gestos e movimentos do artista, na tentativa de obter uma figura mais próxima daquilo que vê sendo produzido pelo mestre, ou é incentivada a observar a natureza, para reproduzi-la em barro.

2. Orientação dos resultados do manuseio do barro

Nessa etapa, a criança, ou adolescente, já é capaz de realizar uma peça bem definida, mas ainda não consegue dar acabamento ideal à figura, e o “mestre”, de maneira afetuosa, faz as correções com palavras de incentivo, enquanto demonstra como deve ser feita a finalização da peça.

3. Ajuda na confecção e pintura de peças do “Mestre”

Depois de adquirir controle na moldagem das figuras, a criança, ou adolescente, é convidada a auxiliar na execução de algumas etapas da produção das peças, seja na moldagem de peças simples, como flores e bolinhas, seja na pintura de motivos menos elaborados, que possuem alto grau de repetição. Esse trabalho como auxiliar já envolve a responsabilidade com a qualidade da peça e também com o cumprimento de prazos na entrega das figuras.

4. Maestria, na criação e decoração das figuras

O aprendiz dá o salto de qualidade e assume autonomia no processo de criação. Ele já é capaz de executar uma peça completa, do princípio ao fim, sem a supervisão do “Mestre”. Já pode ousar, realizando sua própria produção, que poderá apresentar inovações na moldagem ou na pintura.

Obviamente, as etapas acima descritas, percebidas durante a pesquisa, talvez não sejam seguidas estritamente no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pela comunidade de Figureiros, mas correspondem a uma trajetória formativa, que é comum à maioria do grupo pesquisado, embora essas fases não sejam, muitas vezes, conscientes na relação mestre/aprendiz e não aconteçam com tempos definidos a priori. Podemos supor que esse processo ocorre de maneira tão intuitiva e natural, que seja uma espécie de tradição advinda de gerações anteriores. E é provável que as atuais gerações meramente reproduzam o processo, por acreditarem que a maneira pela qual aprenderam é a melhor maneira de ensinar.

Todos os figureiros, de certa maneira, repetiram esse mesmo processo, fazendo crer que o aprendizado da arte figureira não segue um modelo formal, como antes os pesquisadores acreditavam.

Esse aprendizado, de maneira intuitiva, segue um sistema de educação não-formal, pois envolve etapas organizadas em seqüência e formas de acompanhamento do aprendizado, além de haver um envolvimento lúdico com a atividade na fase inicial e a consciência de ela ser uma fonte segura de renda para o artesão que trabalha com qualidade. Há, ainda, nesse processo de comunicação entre os artesãos, permeado pela tradição da arte figureira e dos seus motivos folclóricos, um outro processo, que pode ser entendido como folkcomunicação. Isso porque eles se utilizam da linguagem típica dessa região do Brasil (vale do Paraíba Paulista) e também dos gestos aprendidos e repetidos ao longo do tempo, os quais também são fruto de uma tradição folclórica.

Acredita-se que a influência familiar e o aprendizado, nas relações de parentesco, ampliam a responsabilidade e a vontade de permanecer no trabalho ceramista, uma vez que são as lembranças do processo carinhoso e afetivo de aprendizado que marcam a continuidade dessa arte popular.

Referências

- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: Teoria e Metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.
- BENJAMIM, R. *Cultura de Elite, Cultura Popular, Cultura de Massas: Interferências Referentes no Nordeste*. **Cadernos CERU** (2ª série) n.º 1, 1985.
- _____. **Folkcomunicação na Sociedade Contemporânea**. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2004.
- BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis Vozes, 1994
- .GRAMSCI, A **Cartas do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- LOPES, J. Rogério. **A Cultura Como Crença**. Taubaté: Cabral e Robe, 1995.
- LOPES, J. Rogério. **Cultura e Ideologia**. Taubaté: Cabral, 1995.
- ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PORTELLI, A. *Forma e significado na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade*.
- Projeto História**, n. 14. São Paulo, 1997
- SATRIANI, L. M. L. **Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- STRINATI, D. **Cultura Popular: Uma introdução**. São Paulo: Hedra, 1999.

Análise da organização e especialização dos catadores que atuam nos bairros Vila Industrial e Jardim Esplanada, São José dos Campos, SP

Analysis of the organization and specialization of garbage collectors who work in the districts “Vila Industrial” and “Jardim Esplanada”, São José dos Campos, SP

Análisis de la organización y especialización de los cartoneros que actúan en los barrios Vila Industrial y Jardim Esplanada, São José dos Campos, SP

Luis Fernando Lopes¹; Leila Beatriz Ferreira¹; Prof. Dr. Paulo Fortes Neto²; Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes³

¹ Aluno do Curso de Especialização em Gerenciamento de Resíduos Industriais e Urbanos da UNITAU

² Professor Doutor do Curso de Graduação de Agronomia, do Curso de Especialização em Gerenciamento de Resíduos Industriais e Urbanos e do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UNITAU.

³ Professor Doutor do Curso de Graduação de Agronomia e coordenadora do Curso de Especialização em Gerenciamento de Resíduos Industriais e Urbanos da UNITAU.

^{1,2,3} Departamento de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté, Estrada Municipal José Luis Cembranelli, nº 5.000, Bairro do Itaim, CEP: 120-000 e email: paulofortes.neto@gmail.com

Resumo

A profissão de catador vem criando forças e esse grupo de profissionais está realizando o papel de agentes ambientais, desviando parte dos materiais existentes no lixo, revertendo-os em renda para o sustento de suas famílias. Por isso, faz-se necessário discutir mais sobre a interação sociedade, catador e meio ambiente, averiguando como o catador vem se especializando e se organizando para melhor realizar o seu trabalho. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a organização e a especialização do trabalho exercido pelos catadores que atuam em dois bairros de São José dos Campos, São Paulo. Foi elaborado um questionário, composto por 22 questões com a finalidade de obter informações que gerem discussões sobre a especialização e organização dos catadores que atuam nos dois bairros. Dos entrevistados, a maioria utiliza o carrinho convencional, fabricado geralmente de madeira, totalizando 65%, mas verifica-se que esta especialização traz outros tipos de veículos, como carroças, automóveis e bicicletas. Em relação aos materiais recicláveis, o vidro, por exemplo, é coletado em menor quantidade; por outro lado, há aqueles que coletam apenas latinhas de alumínio pelo seu valor comercial. A respeito da viabilidade de se trabalhar em um regime cooperativo, a opinião dos catadores ficou dividida: a maioria é favorável ao regime. Conclui-se que os catadores estão se especializando cada vez mais; porém, eles ainda não são

organizados de forma suficiente a facilitar seu trabalho, necessitando, portanto, de um maior apoio dos órgãos públicos e da sociedade

Palavras chave: catador, meio ambiente, materiais recicláveis, coleta seletiva

Abstract

The garbage collector occupation has been growing stronger and this group of workers has been playing the role of environmental agents, collecting some material in garbage, turning into income to support their families. So, it is necessary to discuss more about this interaction society, collector and environment, investigating how the collector has been specializing and organizing to improve his work. Therefore, the objective of this study is to analyze the organization and specialization of the collector's work in two districts in São José dos Campos, São Paulo. A 20-question questionnaire was prepared in order to get arguable information about the organization and specialization of garbage collectors who work on districts. From the interviewed people, 65% still use the conventional car, made commonly of wood, but it was verified that this specialization may bring other kinds of vehicle such as carts, cars and bicycles. About recyclable material, glass, for example, is less collected; on the other hand, there are some collectors who collect aluminum cans only, because of its commercial value. About the viability of working in a cooperative mode, the collectors' opinions were divided, where 60% were for and 40% were against that mode. This study concludes that the collectors have been more specialized, but they are not well organized in a way that could make their job easier yet, what generates the need of a larger support by the public departments and the society.

Keywords: collector, environment, recyclable material, selective garbage collection

Resumen

La profesión de cartonero ha ganado fuerza y ese grupo de profesionales ha realizado el papel de agentes ambientales, desviando parte de los materiales existentes en la basura, convirtiéndolos en renta para el sustento de sus familias. Por eso, es necesario discutir más sobre la interacción sociedad, cartonero y medio ambiente, averiguando cómo el cartonero se ha especializado y organizado para mejor realizar su trabajo. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es analizar la organización y la especialización del trabajo ejercido por los cartoneros que actúan en dos barrios de São José dos Campos, São Paulo. Fue elaborada una encuesta compuesta de 22 preguntas con la finalidad de obtener informaciones que generen discusiones acerca de la especialización y organización de los cartoneros que actúan en los dos barrios. La mayoría de los entrevistados utiliza el carrito convencional, hecho generalmente de madera, totalizando el 65%, pero observamos que esta especialización trae otros tipos de vehículos, como carretas, autos y bicicletas. Con relación a los materiales reciclables, el vidrio, por ejemplo, es recolectado en menor cantidad; por otro lado, hay aquellos que recolectan sólo latas de aluminio debido a su valor comercial. A respecto de la

viabilidad de trabajar en un régimen cooperativo, la opinión de los cartoneros está dividida: la mayoría es favorable al régimen. Concluimos que los recolectores están especializándose cada vez más; sin embargo, ellos aún no son organizados de forma suficiente para facilitar su trabajo, necesitan, por lo tanto, mayor apoyo de los órganos públicos y de la sociedad.

Palabras clave: cartonero, medio ambiente, materiales reciclables, recolecta selectiva

Introdução

O crescimento descontrolado da população acarreta problemas sociais, econômicos e ambientais, e à medida que esta população aumenta, o consumo de matéria orgânica e de produtos fabricados com materiais recicláveis geram uma série de resíduos que depois são destinados inadequadamente no ambiente.

Embora muitos governantes se preocupem apenas com os custos da implantação e operação da coleta seletiva, não levando em conta os benefícios que esta pode gerar ao meio ambiente, ao município e à população, por sorte, parece haver fortes argumentos em favor da viabilidade da reciclagem do lixo (CALDERONI, 2003).

A coleta seletiva, aparentemente iniciada nos Estados Unidos no início do século XX, se desenvolveu em diversos países do mundo. Hoje o Japão é o país líder em reciclagem, atingindo entre 40% e 50% do total do lixo (CALDERONI, 2003).

A primeira experiência sistemática de coleta seletiva de lixo realizada no Brasil foi implantada na cidade de Niterói, no bairro de São Francisco (CALDERONI, 2003). De acordo com Barciotte (1994), após tomar conhecimento do programa existente em Niterói, o então Secretário de Serviços e Obras de São Paulo, Lucio Grégori, escolheu o bairro de Vila Madalena para dar início a um projeto de coleta seletiva no município de São Paulo, não podendo deixar de salientar a experiência do projeto de coleta seletiva na Favela Monte Azul, iniciada em 1989 sob a assessoria do Professor Emilio Eigenheer.

Segundo Fornari (2002), a coleta seletiva no Brasil evoluiu muito nos últimos anos. Em 1994, apenas 81 municípios faziam a coleta seletiva em escala significativa. Cinco anos depois, este número passou para 135; esperava-se para 2002, que este índice ultrapassasse a quantidade de 200 cidades.

Entre as quatro modalidades de coleta seletiva, está a realizada por catadores, que tem grande importância para o abastecimento do mercado de materiais recicláveis. Estima-se hoje no

Brasil a atuação de cerca de 200 mil catadores de rua (CEMPRE, 1999), responsáveis pela coleta de vários tipos de materiais, estes catadores vem atingindo uma renda mensal maior que um salário mínimo (IPT/CEMPRE, 2000). São José dos Campos se encontra na mesma situação de grandes pólos industriais e tecnológicos, pois, junto com este desenvolvimento, agregam-se problemas. Dentre eles, destacam-se o desemprego, a produção e disposição final do lixo e a degradação ambiental.

A coleta seletiva em São José dos Campos teve início em 1990, com o programa “LUXO DO LIXO”, pela Assessoria de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal. As intenções do projeto eram trabalhar a cultura do desperdício, mudar comportamento, não só em relação ao lixo, à limpeza urbana, à preservação dos recursos naturais, fazendo com que a população sentisse necessidade de se viver com qualidade de vida nos ambientes urbanos e, junto com o Poder Público, fizesse a sua parte e aumentar a vida útil do aterro sanitário do município (ASSIS e KALVALA, 1998).

Na tentativa de solucionar parte dos problemas, a profissão de catador vem criando forças e esse grupo de profissionais está realizando o papel de agentes ambientais, desviando uma parte dos materiais existentes no lixo que iria para o aterro ou para as vias públicas e rios, e revertendo-o em renda para o sustento de suas famílias.

Porém, existe uma evidente concorrência entre os catadores que, segundo Calderoni (2003), é uma concorrência espacialmente restrita, ao raio de distância dos depósitos dos sucateiros até o qual os carrinheiros (catadores) conseguem deslocar-se de modo economicamente viável.

Com os resultados positivos alcançados pelas cooperativas de catadores formadas em algumas cidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte, como a “Amigos do Lixo” em Guaratinguetá e a “Coopersuss” em São Sebastião, onde se observa que a organização dos catadores é necessária e essencial para aumentar sua eficiência de coleta (BOLETIM RECICLANDO, 2002).

Por isso, faz-se necessário discutir mais sobre essa interação que ocorre entre sociedade, catador e meio ambiente, averiguando como o catador vem se especializando e se organizando para melhor realizar o seu trabalho, e recolher um maior volume de materiais e, conseqüentemente, obter uma melhor renda.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a organização e a especialização do trabalho exercido pelos catadores que atuam em dois bairros de classes sociais distintas em São José dos Campos, SP, e o conhecimento destes a respeito de questões que envolvem o tema resíduo sólido urbano e meio ambiente.

Material e métodos

O presente estudo foi realizado no município de São José dos Campos com o propósito de analisar a organização e especialização dos catadores. Foram escolhidas duas áreas de estudos: os bairros Vila Industrial e Jardim Esplanada.

Os bairros escolhidos são de classes econômicas distintas. O bairro Vila Industrial é considerado um bairro residencial de classe média que, segundo Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura de São José dos Campos (2000) está localizado na zona leste do município, paralelo à Rodovia Presidente Dutra, composto por 1427 domicílios particulares, com 100% de ocupação, mais as áreas institucionais, todos dispostos em 25 ruas. Entre as instituições, destacam-se: 1 Escola Estadual, 2 Escolas Municipais, 1 Hospital Municipal, 1 Pronto Socorro, 1 Igreja Católica, 1 Base do Corpo de Bombeiros, 1 Base do Serviço Militar (Tiro de Guerra), 1 Centro Comunitário, 1 Centro Comercial e 1 área verde (praça). Estima-se uma população residente de 5111 pessoas com média de 3,58 moradores por domicílio. Em torno do bairro, encontram-se a Vila Nova Tatetuba, uma das maiores favelas de São José dos Campos composta, por 905 habitantes e 214 domicílios com média de 4,23 moradores por residência, bem como o Bairro Fazenda Marson, onde vive um grupo de famílias de baixa renda.

O bairro Jardim Esplanada é bairro considerado uma área mista (residências particulares e áreas comerciais), de classe econômica alta, localizado na região central do município de São José dos Campos, composto por 24 ruas. Não foi possível estimar dados da população e de números de residência do bairro, mas segundo dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura de São José dos Campos, a soma de habitantes e o número de residências dos bairros Jardim Esplanada, Jardim Esplanada II, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Jardim Nova Anchieta, Vila Santa Rita e Conjunto Habitacional Vale dos Pinheiros é de 4772 e 1268, respectivamente, com uma média de 3,76 moradores por domicílio. Além da área comercial, o bairro possui uma área verde (praça), não existindo nenhuma favela nas suas proximidades, sendo, a mais próxima, a Favela do Banhado, distante por volta de 5km.

O levantamento dos catadores foi realizado em duas etapas: na primeira etapa, foi elaborado um questionário, e na segunda, foi realizada a entrevista com os catadores. O questionário foi elaborado e adaptado tendo como base o estudo realizado por Ruffino (2001) em um bairro do município de São Carlos, SP.

O questionário elaborado é composto por 22 questões com a finalidade de obter informações que gerem discussões sobre a especialização e organização dos catadores que atuam nos bairros descritos. As entrevistas com os catadores ocorreram de julho a outubro de 2003, sempre às

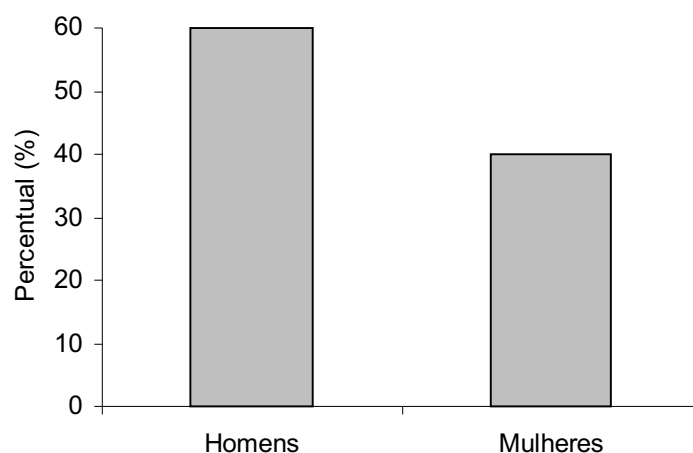
segundas feiras, dia da Coleta Seletiva nos bairros, facilitando o trabalho dos catadores, já que os materiais recicláveis estão previamente separados. Foram entrevistados 60 catadores: 24 mulheres e 36 homens, com faixa etária de 20 a 40 anos, sendo 30 catadores por bairro.

Resultados e discussão

A Figura 1 apresenta a proporção entre homens e mulheres existente na comunidade de catadores de rua nos bairros da Vila Industrial e do Jardim Esplanada em São José dos Campos, SP. Observa-se que, do total de catadores entrevistados, 40 % são mulheres e 60% são homens. Deve-se ressaltar que a presença de mulheres vem aumentando com o passar dos anos, pois, anteriormente, este segmento era dominado pelos homens (Figura 2).

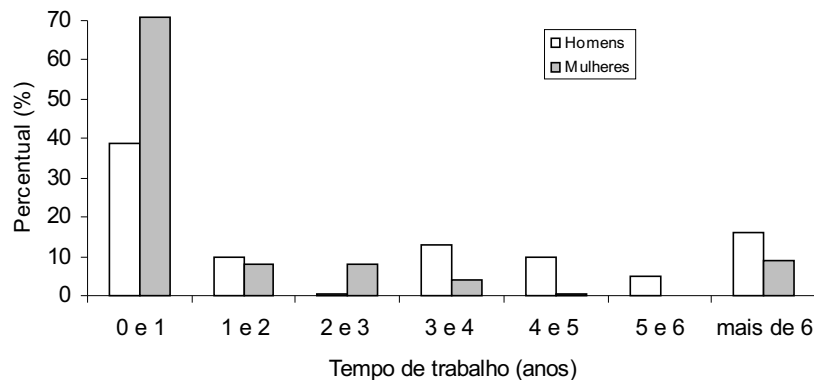
Quanto à idade, foi verificado que as mulheres têm em média entre 24 e 30 anos; os homens, que, por não conseguirem se reintegrar novamente ao mercado de trabalho formal, procuram esta alternativa de renda mais tarde, por isso, a média de idade varia entre 30 e 48 anos.

Figura 1. Número de homens e mulheres trabalhando como catadores de rua na Vila Industrial e Jardim Esplanada em São José dos Campos / SP



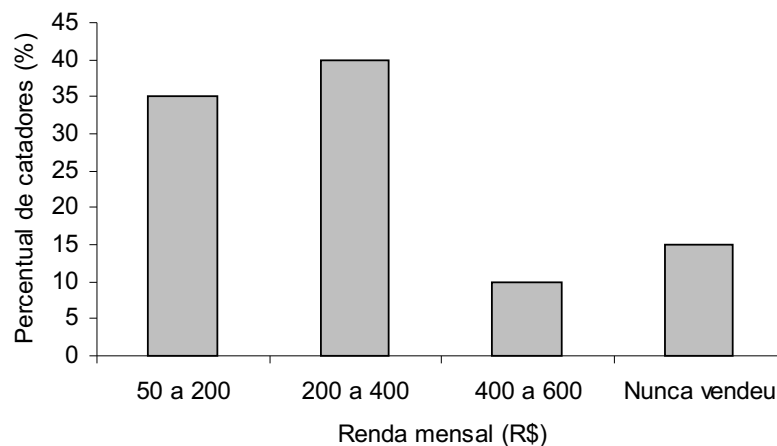
A Figura 2 apresenta o número de homens e mulheres e o tempo em que trabalham com a coleta de materiais na rua. Nota-se que o número de pessoas trabalhando há menos de um ano na coleta de materiais vem aumentando nos últimos anos, devido à crise econômica que afeta o país. Observa-se na Figura 2, que há cerca de três anos houve um considerável aumento desta atividade; entre os homens 38,8% começaram a exercer a profissão de catador a menos de um ano, e, entre as mulheres, 70,8%, e apenas 16,6% dos homens trabalham nesta atividade há mais de seis anos.

Figura 2. Percentagem de homens e mulheres por idade no trabalho de coleta de resíduos sólidos urbanos



Em relação à renda dos catadores verifica-se na Figura 3, que na maioria dos casos os valores ficaram acima do valor do salário mínimo. Esses resultados estão de acordo com o trabalho realizado pelo IPT/CEMPRE (2003). O presente estudo comprova esta tendência com a média salarial de 50% dos catadores entrevistados, variando de R\$ 200,00 a R\$ 600,00, e somente 35% com renda abaixo de R\$ 200,00.

Figura 3. Percentual de renda mensal obtida pelos catadores de rua

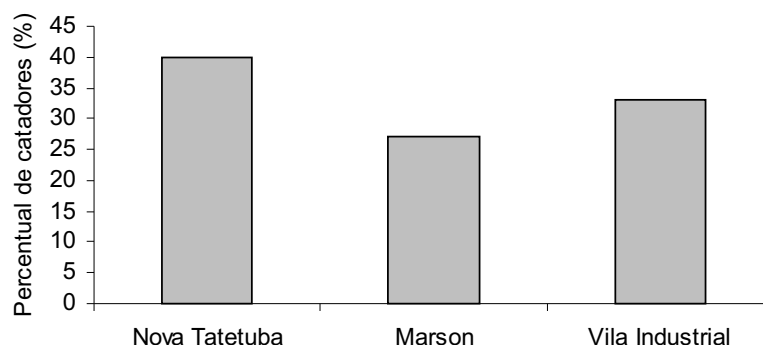


A renda per capita do catador está diretamente relacionada com a concorrência que existe entre eles. De acordo com Calderoni (2003), é uma concorrência espacialmente restrita, ao raio de distância dos depósitos dos sucateiros até o qual os carrinheiros (catadores) conseguem deslocar-se de modo economicamente viável.

Atualmente, os catadores estão se especializando, intensificando a concorrência, saem da área próxima ao local onde moram e dos sucateiros, para fazer a coleta dos materiais recicláveis em bairros mais distantes, deixando de ser subordinados dos sucateiros e procurando melhores ofertas para seus materiais. Constatou-se que na Vila Industrial, os catadores que ali atuam, são moradores

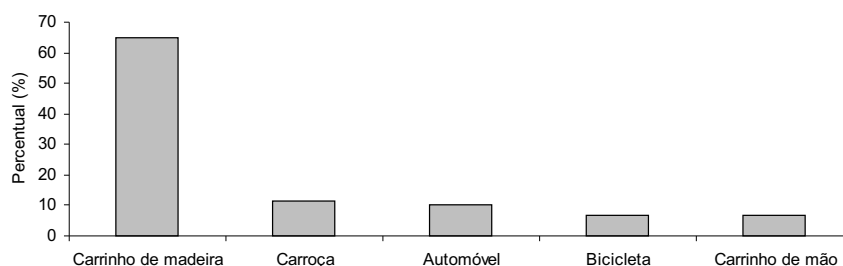
do próprio bairro e de bairros que se localizam nas proximidades, não havendo concorrência externa, isto é, catadores de locais mais distantes não coletam materiais no bairro. Dos catadores que atuam na Vila Industrial, 40% são moradores da favela Nova Tatetuba, 27% do Bairro Fazenda Marson, sendo esses bairros constituídos por uma população carente; e 33% moram na Vila Industrial ou adjacências (Figura 4).

Figura 4. Número de catadores que se deslocam de outros bairros para coletar na Vila Industrial



Já na outra área de estudo, o Jardim Esplanada, por ser um bairro nobre da cidade e provavelmente com maior quantidade e qualidade de materiais recicláveis, a concorrência se intensifica. E por não haver bairros carentes nas proximidades, sendo o mais próximo a favela Nova Esperança a 5 km e a favela Santa Cruz a 7 km, o deslocamento de catadores de outras regiões da cidade e a concorrência entre eles é evidente. Para vencer a concorrência espacial, os catadores estão aperfeiçoando e diversificando o tipo de transporte utilizado para a coleta dos materiais (Figura 5).

Figura 5. Percentuais de utilização de diferentes meio para o transportes de materiais coletados

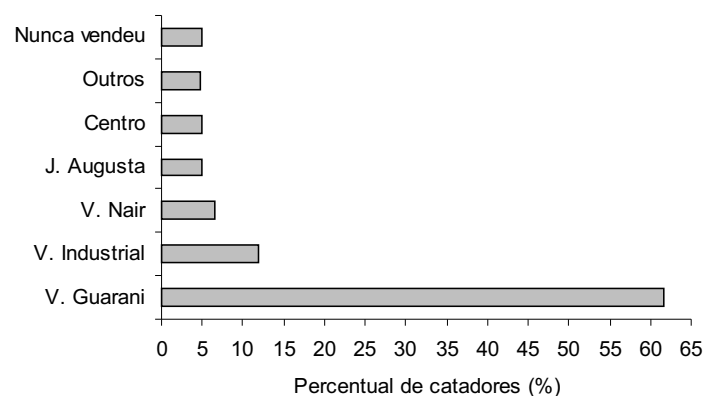


Dos entrevistados, a maioria ainda utiliza o carrinho convencional, fabricado geralmente de madeira ou de partes de geladeiras, totalizando 65%, mas verifica-se que esta especialização traz outros tipos de veículos como a carroça, que antes era utilizada para o transporte de resíduos da construção civil, e que hoje é também empregada para o transporte de recicláveis, com 11,6%. Outra categoria de catadores vem ganhando mercado com relevante significância: são os que trabalham

motorizados em carros utilitários como Pick-up e Kombi (Peruas) e até mesmo em carros de passeio, com 10%. Pudemos observar outros tipos de transportes que são as bicicletas (6,7%) e os carrinhos de mão (6,7%).

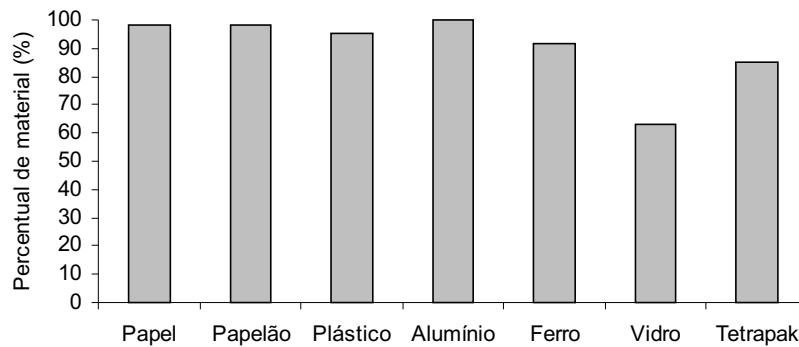
Com a especialização nos tipos de transporte, esses profissionais vão mais longe em busca dos materiais. De acordo com o roteiro da coleta seletiva do município, que facilita o trabalho de separação dos recicláveis, o catador programa a sua rota semanal e reserva um dia da semana para a triagem e venda dos materiais. Esta venda está relacionada ao sucateiro com melhor oferta no mercado, podendo variar semanalmente. Porém, constatou-se que 61,7% dos catadores entrevistados têm preferência para comercialização o depósito de sucata localizado na Vila Guarani, em São José dos Campos (Figura 6).

Figura 6. Locais de preferência dos catadores para comercializar os materiais coletados



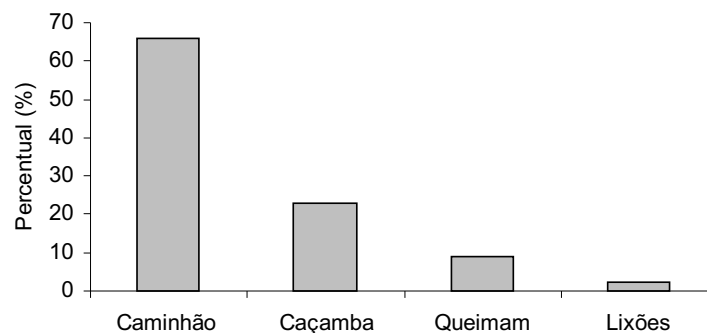
Quanto à preferência por materiais recicláveis, verifica-se que, na Figura 7, aqueles com menor valor de venda não estão sendo coletados por todos os catadores, ocorrendo uma pré-seleção dos materiais no momento da coleta. O vidro, por exemplo, é coletado por apenas 63% dos catadores que alegam ter que armazenar grandes quantidades e mesmo assim obtêm-se um valor irrisório; os que o coletam, alegam que o trocam por “maçã do amor” para suas crianças, no próprio depósito de sucata. Por outro lado, há aqueles que coletam apenas latinhas de alumínio pelo seu valor comercial, e isto representa cerca de 100 % dos catadores entrevistados.

Figura 7. Tipo de materiais coletados pelos catadores



Durante a entrevista, 73,3% dos catadores alegaram que, após a triagem, há uma parcela de rejeitos e 26,7% alegaram não gerar. Destes catadores, 66% separam o rejeito para que o caminhão da coleta os leve para o aterro sanitário, outros 22,8% destinam em caçambas da Prefeitura, 9% queimam e 2,2% jogam em lixões (Figura 8).

Figura 8. Formas de descartar os rejeitos

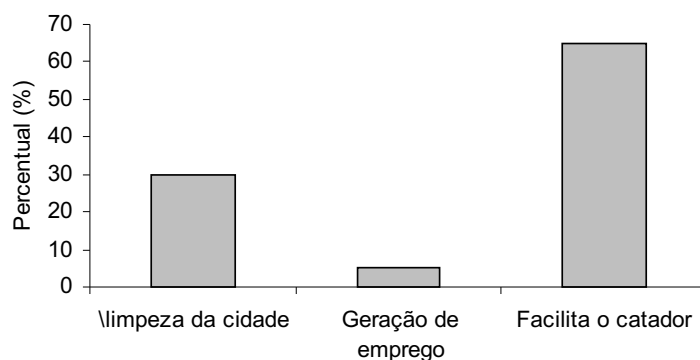


A maioria dos catadores tem conhecimento de que o lixo traz algum tipo de problema, tais como: doenças, enchentes, poluição, animais vetores, etc. Porém, apenas uma minoria disse que o lixo não traz nenhum tipo de problema ou não soube responder. Porém, 90% dos entrevistados afirmam que no bairro onde residem não há problemas relacionados com o lixo, pois o mesmo “é recolhido diariamente, não fica acumulado, isto é um indicador da eficiência do serviço de coleta do município”.

Quando questionados a respeito do significado do termo “Coleta Seletiva” e sobre sua importância, 41,7% disseram não saber o que é, e os 58,3% restantes afirmaram ter conhecimento sobre o tema e

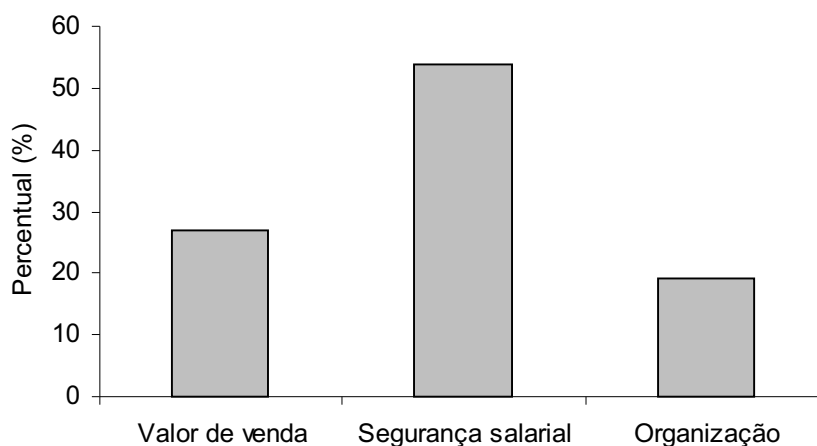
sua importância, dos quais 55% citaram o fato de que a coleta seletiva facilita o trabalho do catador, pois ele já encontra os materiais recicláveis previamente separados (Figura 9).

Figura 9. Importância da coleta seletiva para os catadores



Com a finalidade de analisar o conhecimento dos catadores a respeito de uma maneira mais organizada de realizar seu trabalho, foi perguntado o que é uma cooperativa. Dos entrevistados, a maioria (63,3%) ainda não tem conhecimento do que é uma cooperativa de catadores e 36,7% possuem um conhecimento equivocado sobre o assunto. Foram citadas as cooperativas do bairro São Vicente de São José dos Campos e “Amigos do Lixo” de Guaratinguetá. A respeito da viabilidade de se trabalhar em um regime cooperativo, a opinião dos catadores ficou dividida: 60% são favoráveis, alegando que o mesmo poderia gerar uma segurança salarial, pelo maior valor de venda e organização; 40% são contrários ao regime (Figura 10).

Figura 10. Motivos favoráveis ao regime cooperativo citado pelos catadores



Considerações Finais

O presente estudo permite concluir que a necessidade econômica leva a um número cada vez maior de indivíduos que buscam sua sobrevivência atuando como catadores, no mercado informal de materiais recicláveis, incluindo uma parcela significativa de mulheres, que, até então, não se observava. Esta atividade, que está sendo considerada como profissão, garante ao catador uma renda mensal, em média, acima de um salário mínimo. A concorrência entre os catadores é evidente, por isso eles estão se especializando, isto é, aperfeiçoando o tipo de transporte usado na coleta dos recicláveis para que possam recolher um maior volume e, ao mesmo tempo, facilitar seu deslocamento, já que muitas vezes saem de seus bairros de origem e precisam percorrer grandes distâncias até o local de coleta e de venda. Conclui-se também que os materiais recicláveis estão sendo pré-selecionados no momento da coleta. O vidro não é recolhido por todos os catadores devido o seu baixo valor de mercado, ao contrário da latinha de alumínio, que é coletada por todos os catadores. Mesmo fazendo esta pré-seleção, no momento da triagem forma-se uma parcela de rejeitos que estão sendo destinados de maneira correta pela maioria dos catadores que adquiriram uma consciência sócio-ambiental. Em relação à organização, os catadores ainda não possuem nenhum conhecimento a respeito do trabalho cooperativo, por isso não acreditam que seria viável trabalhar desta maneira. Enfim, este estudo é apenas uma discussão de como se faz necessária uma maior atenção aos catadores por parte dos pesquisadores, da sociedade, dos Órgãos Públicos e das empresas privadas.

Referências

ASSIS, Vera e KALVALA, Fernanda. Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos. **Urbanizadora Municipal S.A. – URBAM**. São José dos Campos, São Paulo.

BARCIOTTE, Maluh. **Coleta Seletiva e Minimização de Resíduos Sólidos Urbanos: uma abordagem integradora**. 1994. 132p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOLETIM RECICLANDO. Projetos fazem de catadores de lixo os elos da reciclagem. Universidade de Taubaté. Taubaté, p. 2 – 3, outubro/novembro 2002.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4ed. São Paulo: Humanitas, 2003. 346p.

CAMPOS, H. K. T. Não há fronteiras para os que lutam. Bio – Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, ano 13, n.25, p.8 – 9, janeiro/março 2003.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE. **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. 2ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. 370p.

EIGENHEER, Emilio Maciel. **Coleta Seletiva de Lixo: experiências brasileiras nº 4**. Rio de Janeiro: In –Fólio, 2003. 110p.

FORNARI, Maria Cecília. Recicleshows' 2002, mercado no Brasil pode movimentar R\$ 2 bilhões. **Saneamento Ambiental**, São Paulo, ano 13, n.90, p.34 – 37, setembro/outubro 2002.

NASCIMENTO, Marta. **Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares de Guaratinguetá: uma abordagem social, educacional e ambiental**. 2001. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Taubaté.

RUFFINO, P. H. P. **Proposta de Educação Ambiental como instrumento de apoio à implantação e manutenção de um posto de orientação e recebimento de recicláveis secos em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental**. 2001. 64f. Dissertação (Mestrado em Hidráulica e Saneamento) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.

Aprendendo com a natureza: o mecanismo de captura pelas plantas insetívoras e a polinização

Learning with nature: the capture mechanism from insectivorous plants and polinization

Aprendiendo con la naturaleza: el mecanismo de captura por las plantas insectívoras e polinización

Profa.Dra. Adriana Mascarette Labinas¹, Profa Ms Elisa Mitsuko Aoyama² & Profa Ms Ana Maria Gimenes Corrêa Calil³

1. Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Agrárias, Taubaté, SP, Brasil. Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5000 - Bairro Itaim - Taubaté – SP – cep 12081-010.

(e-mail: alabinas@uol.com.br - autor para correspondência)

2. Instituto de Botânica de São Paulo, Pós-graduação em “Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente”, São Paulo, SP, Brasil. Av. Miguel Estéfano, 3687 - Água Funda – São Paulo – cep 01061-970.

3. Universidade de Taubaté, Departamento de Pedagogia, Taubaté, SP, Brasil. Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5000 - Bairro Itaim - Taubaté – SP – cep 12081-010.

Resumo

Sabe-se que são escassas as atividades lúdicas para o ensino de Ciências nos primeiros anos do ensino fundamental. Assim, dentro do Projeto de Extensão “Natureza & Criança”, em 2006, com o objetivo de apresentar uma alternativa para o ensino de botânica nas escolas, um grupo de seis alunos do curso de Agronomia da Universidade de Taubaté desenvolveu, como parte da metodologia de trabalho, uma estação sobre polinização e outra sobre o mecanismo de captura de insetos por *Nepenthes* sp. Os alunos, com base em dados bibliográficos e em observação de livros didáticos utilizados nos 2^{os} e 3^{os} anos do ensino fundamental, elaboraram atividades lúdicas sobre os temas. Para tanto, grupos de 20 crianças foram divididos em duas equipes. De cada equipe era escolhida uma criança que, vestindo adereços que imitavam abelhas e mamangavas (insetos polinizadores) disputavam uma corrida entre dois reservatórios, sendo um cheio de pólen (flor) e outro vazio. Dada a largada, os participantes fantasiados tinham que pegar o maior número de pólen de uma flor, fazê-los fixar na fantasia revestida de fitas de velcro e depositá-los na outra flor. Terminada a coleta de todos os pólen, declarava-se vencedora a equipe que primeiro transferisse todos os grãos de pólen e visualizassem os frutos escondidos logo abaixo da imitação da flor. O tema polinização pôde ser abordado, entendido e vivenciado com grande facilidade pelas crianças. Os mesmos times também foram convidados a brincar de pescaria, cada criança era um pescador, cada isca era um pequeninseto em origami e cada peixe era uma imitação do *Nepenthes* SP feito de papel e bolsas plásticas. Os temas puderam facilmente ser entendidos pelos alunos de um modo muito

agradável.

Palavras-chave: interação inseto-planta, ensino-aprendizagem, recursos didáticos

Abstract

There are few activities to teach Science to elementary school children. So, in 2006, aiming to show an alternative to teach Botany at schools, a group of six Agronomist grad students from Taubaté University developed two workstations: one about polinization and other about mechanism capture of insects by *Nepenthes* sp. These students took groups of twenty children and split them up in two teams. From each team a child wearing a honey bee or bumble bee costumes (pollinator insects) compete for balls or pollens from a flower full of pollen to another free of pollen. At this moment, the children were stimulated to collect the biggest number of pollen they could in their costumes in the flower with pollen and to drop them in the empty flower. After pollen transportation, children could remove the top of the flower and see fruits under it, when the team was declared the winner. The same teams were also invited to play fishery, when each child was a fisherman, each bate was a little origami insect and each fish was an imitation of *Nepenthes* sp made of paper and plastic bags. Both themes could be easily understood by children in a very enjoyable way.

Keywords: insect-plant interaction, didactic resources, science teaching

Resumen

Son pocas as herramientas para la instrucción de ciencia para la instrucción fundamental. Así, en 2006, con el objetivo de presentar una herramienta para la instrucción de botánica en las escuelas, un grupo de seis alumnos del curso de Agronomía de la Universidad de Taubate desarrolló 2 estaciones: una sobre polinización e otra sobre el mecanismo de captura de insectos por *Nepenthes* sp. Estes alumnos formaran grupos de 20 niños y fueran divididos en dos equipos. De cada equipo era escogido un niño que, usando aderezos de abejas e abejorros (insectos polinizadores) competían por bolas coloridas (granos de polen). En esto momento, los niños eran estimulados a transferir el mayor numero de polen de una flor repleta de polen para otra vacía. Después de eso transporte, los niños removían la corona da flor y visualizaban en bajo el fruto formado, cuando el equipo era declarado victorioso. Los mismos equipos también fueran estimulados a brincar de pescaría donde cada niño seria un pescador, cada cucharilla seria un insecto hecho por origami y cada pez seria una imitación de *Nepenthes* sp, hecho de papel y bolas plásticas. Ambos temas pudieran ser fácilmente comprendidos por los niños de una manera leve y bastante divertida.

Palabras clave: interacción insecto-planta, instrucción-aprendizaje, recursos didáticos

Introdução

Investir na mudança de mentalidade e conscientizar os seres humanos de que necessitam adotar pontos de vista e posturas diferenciados diante do meio ambiente são propostas da educação, a fim de conseguir uma transformação da consciência ambiental (HARLAN, J.D. & RIVKIN, 2000; HARLEN, 2001).

De acordo com a Conferência Internacional Rio/92, “se reconhece o papel central da educação para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (BRASIL, 1997). Para tanto, há preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno – seu meio, sua comunidade - e para incrementar tal necessidade surgem iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais, que buscam colaborar na conscientização da sociedade em relação às questões ambientais (PÉREZ et al., 2001).

Segundo o PCN de Meio Ambiente e Saúde “o Brasil é considerado um dos países com maior variedade de experiências em Educação Ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, se associam às intervenções na realidade local” (BRASIL, 1997).

Pensando nessa conscientização ambiental e, mais especificamente, no ensino de Ciências ministrado de 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental, formulou-se, na Universidade, uma proposta de conhecimentos e ações integradas e interdisciplinares entre os Cursos de Agronomia, Biologia e Pedagogia.

Após pesquisa em livros didáticos de Ciências, constataram-se dois pontos importantes: o primeiro que indica a predominância da visão antropocêntrica nos conteúdos sobre insetos, classificando-os como nocivos ou benéficos, sob o ponto de vista do homem, desconsiderando as características de uma natureza integrada – homens, animais e plantas – numa rede de interdependência; e , um segundo ponto que se refere à superficialidade na abordagem dos conteúdos sobre os insetos e as plantas.

Este projeto propôs oferecer às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, a oportunidade de interagir com elementos da natureza e possibilitar aos acadêmicos dos cursos de Agronomia, Biologia e Pedagogia da Universidade, atuar junto à comunidade, aplicando seus conhecimentos de forma interdisciplinar, considerando que participar de atividades extensionistas é imprescindível na formação dos alunos. Ofereceu-se oportunidade para que cada um, dentro da sua área de atuação, interaja com o público alvo, sabendo que podem se transformar em agentes facilitadores e multiplicadores da aprendizagem, a partir da criação de atividades lúdicas e simples, porém, de grande significado científico.

A troca de saberes entre as áreas envolvidas e as crianças do Ensino Fundamental, visou preparar e conscientizar as crianças, para serem capazes de interpretar, tomar decisões e atuar no ambiente do qual elas são parte integrante, no sentido de preservar seus habitats e nichos ecológicos; tomar conhecimento dos fenômenos do mundo natural em diferentes espaços e tempos; utilizar e aplicar os conhecimentos científicos em relação à melhoria da qualidade de vida no planeta, e sobre o papel do ser humano, enquanto ser vivo, ser social, responsável pela construção histórico-cultural da realidade.

As plantas insetívoras são “personagens” freqüentes nas programações de televisão, cinema e publicações artísticas infantis. Porém, muitas vezes elas são citadas em contextos equivocados o que pode gerar conflitos no aprendizado sobre elas principalmente para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental (2º e 3º anos).

Sabe-se que são escassas as atividades lúdicas para o ensino de Ciências nos primeiros anos do ensino fundamental. Assim, dentro do Projeto de Extensão “Natureza & Criança”, em 2006, com o objetivo de apresentar uma alternativa para o ensino de botânica nas escolas, um grupo de seis alunos do curso de Agronomia da Universidade de Taubaté desenvolveu, como parte da metodologia de trabalho, uma estação sobre polinização e outra sobre o mecanismo de captura de insetos por *Nepenthes* sp.

Material e Métodos

Este projeto teve como público alvo crianças das 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental, regularmente matriculadas em uma escola privada e uma escola pública municipal, nos períodos da manhã e da tarde.

Foi realizada em conjunto com professores e alunos dos cursos de Agronomia, Biologia e Pedagogia, conforme mencionado anteriormente, da Universidade de Taubaté – São Paulo, e objetivou exigir um tratamento diferenciado daquele dado aos conteúdos específicos de cada área, ou seja, propiciar conhecimento mais aprofundado e mais abrangente, não restringindo espaços formadores apenas os lugares e/ou situações a serem investigados, mas também as relações e as ações propostas para este ato de conhecer.

Aos professores-coordenadores couberam reuniões mensais com o objetivo de definir, gerenciar, agendar e desenvolver as etapas previstas no projeto.

Os conhecimentos científicos envolvidos no projeto foram desenvolvidos, apropriados e compartilhados entre os membros da equipe, caracterizando a proposta interdisciplinar, na qual a coordenação e a assessoria técnica, juntamente com os acadêmicos diretamente envolvidos,

trabalharam em vivências significativas que enriqueceram o processo de aprendizagem e desenvolveram uma postura mais crítica e atuante na realidade. Os alunos, com base em dados bibliográficos e em observação de livros didáticos utilizados nos 2^{os} e 3^{os} anos do ensino fundamental, elaboraram uma atividade lúdica sobre o tema polinização. Para tanto, grupos de 20 crianças foram divididos em duas equipes. De cada equipe era escolhida uma criança que, vestindo adereços que imitavam abelhas e mamangavas (insetos polinizadores) disputavam uma corrida entre dois reservatórios, sendo um cheio de pólen (flor) e outro vazio. Dada a largada, os participantes fantasiados tinham que pegar o maior número de pólen de uma flor, fazê-los fixar na fantasia por meio de fitas de velcro e depositá-los na outra flor. Terminada a coleta de todos os pólen declarava-se vencedora a equipe que primeiro transferisse todos os grãos de pólen e visualizassem os frutos escondidos logo abaixo da imitação da flor.

Após estudos sobre a morfologia e fisiologia de *Nepenthes* sp., usado como modelo, preparou-se uma seqüência de pequenos vasos com tampas que eram forrados com manta magnética e também varinhas de pescar que continham no final da linha uma miniatura de inseto feito de origami, onde se prendia um pesinho metálico. Aos grupos de 20 crianças eram fornecidas as varinhas para pescar nos vasos (jarras). Cada criança que conseguia colocar o inseto na jarra e sentir a tensão na linha de pesca provocada pela força de atração do imã em relação ao pesinho de metal, percebia que uma tampa de papel fechava a abertura da jarra. A cada inseto colocado no fundo da jarra, as crianças recebiam um prêmio: uma figurinha adesiva com a foto de uma *Nepenthes* sp. Ao mesmo tempo, exemplares de *Nepenthes* sp. foram expostos perto das crianças para que estas percebessem a semelhança estrutural e funcional entre a brincadeira e as plantas vivas.

Resultados

O tema polinização pôde ser abordado, entendido e vivenciado com grande facilidade pelas crianças. A percepção comparativa entre a brincadeira e a realidade foi espontânea em todas as crianças.

Quanto à atividade sobre o mecanismo de captura de insetos por *Nepenthes* sp, as crianças percebiam espontaneamente o que fazer e ao mesmo tempo associavam à atividade desenvolvida o mecanismo de captura de insetos por parte de plantas insetívoras. Comparando com os exemplares vivos de *Nepenthes* sp em exposição no local e ouvindo explicações adicionais dos acadêmicos, as crianças fixaram melhor o conhecimento adquirido.

Segundo HARLEN (2001), a sistematização do conhecimento científico proposta para os anos iniciais do Ensino Fundamental se apóia no aprofundamento, no entendimento e utilização adequada das diversas categorias, noções e/ou conceitos estruturadores, a serem investigados e desenvolvidos de maneira interativa. Baseando-nos nessa premissa foi possível perceber que, de maneira geral, o projeto surtiu efeito positivo na visão de mundo e percepção que as crianças possuíam acerca do tema “insetos”.

O evento em que foram propostas as estações, embora despertasse interesse em todo público de crianças participantes, foi mais bem aproveitado em termos de questionamento e concentração dos alunos da escola particular, que mantiveram a atenção focada às informações, enquanto que nos outros alunos, da rede pública, a situação provocou certo deslumbramento que, de certa forma, não permitiu-lhes maior concentração.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, revelaram maior conhecimento por parte dos alunos envolvidos garantindo uma interlocução de qualidade sobre o assunto tratado. Enfatizou conhecimentos e questões contemporâneas que usualmente não se encontram inseridas nos currículos escolares, estabelecendo novos recortes e significações a eles, como por exemplo, a diminuição da visão antropocentrista sobre as coisas da natureza, compreendendo a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive e não possuidor da mesma (TUNNICLIFFE, 2001).

Procurou desenvolver estruturas/capacidades cognitivas básicas de pensamento científico, como a curiosidade, o interesse, a sensibilidade, a percepção, a observação, a comparação, a descrição, a inferência, entre outros (SPODEK & SARACHO, 1998).

Para os acadêmicos envolvidos no projeto, a avaliação é igualmente positiva, pois a interdisciplinaridade possibilitou estabelecer novos e diferentes diálogos com o conhecimento científico permitindo que as especializações deixassem de ter fim em si mesmo e passassem a constituir-se em fontes de conhecimentos sob os quais se instrumentalizam – professores e alunos – para investigar de forma mais ampla a realidade entendida como meio físico, social, histórico e cultural (OLIVEIRA, 2005). A dimensão interdisciplinar permitiu trânsito mais livre nos campos pertinentes às Ciências Naturais, usufruindo da dinamicidade dessa relação, superando a fragmentação e “compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e do homem” (BRASIL, 1997).

Considerações Finais

Ensinar Ciências nesse contexto significou possibilitar aos alunos a valorização do trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento; saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc; para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações e superar barreiras impostas pelos conteúdos escolares encerrados e fechados em unidades isoladas e descontextualizadas que dificultam a passagem, a transposição de um campo de estudo para outro.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Ciências Naturais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 135p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Meio Ambiente e Saúde**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 128p.
- HARLAN, J.D. & RIVKIN, M.S. **Ciências na educação infantil: uma abordagem integrada**. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 352p.
- HARLEN, W. Research in primary science education. **Journal of Biological Education**, Londres, v.35, n.2, p.61-65. 2001.
- OLIVEIRA, P.S.; NASCIMENTO, M.C.; BIANCONI, M.L. Mudanças conceituais ou comportamentais? **Ciência e Cultura**, Campinas, v.57, n.4, p.46-47. 2005.
- PÉREZ, D.G.; MONTORO, I.F.; ALÍS, J.C.; CACHAPUZ, A.; PRAIA, J. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação**, Bauru, v.7, n.2, p.125-153. 2001.
- SPODEK, B. & SARACHO, O.N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 432p.
- TUNNICLIFFE, S.D. Talking about plants-comments of primary school groups looking at plant exhibits in a botanical garden. **Journal of Biological Education**, Londres, v.36, n.1, p.27-34. 2001.

Educação permanente de adultos maduros, idosos e de profissionais da área do envelhecimento: fundamentos para um projeto pedagógico de extensão universitária

Continuing education of elder adults, older persons and professionals dealing with the ageing process: foundations for a university extension project

Educación permanente de adultos maduros y ancianos y de profesionales para el área de envejecimiento: fundamentos para un proyecto pedagógico de extensión universitaria

Profa. Dra. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

Universidade de Taubaté – Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Endereço para correspondência: Rua Rosa Barbieri Paiotti, 244 – Urbanova

São José dos Campos-São Paulo – e-mail:marluce@unitau.br

Resumo

Este artigo trata de algumas concepções de educação permanente no contexto da sociedade atual, enfatizando a emergência do fenômeno do envelhecimento e das necessidades dos adultos maduros e idosos. Expressa as bases teóricas do projeto pedagógico de um programa de extensão e descreve as atividades educativas em dois grandes eixos de atenção: junto a esses segmentos etários, contribuindo para seu processo de inclusão social e envelhecimento bem-sucedido; e junto à comunidade civil e acadêmico-científica, visando instrumentalizar recursos humanos para o trabalho na área da gerontologia. Estas ações têm requerido reflexões e enfrentamento interdisciplinar para uma adequada formação técnica e humana de profissionais sensíveis a esta demanda social e o (re) conhecimento do indivíduo idoso como protagonista ativo do processo de educação permanente, cuja mediação pedagógica é feita pela extensão universitária.

Palavras-chave: educação, idosos, envelhecimento, extensão universitária

Abstract

This article addresses some conceptions of continuing education within the present society, emphasizing the increasing of the ageing phenomenon of elder adults and older persons. It aims at expressing the theoretical basis of a pedagogic project from an extension program and describing the educational activities with two main concerns: first, working exclusively with those ageing segments, providing contribution to their social inclusion and successful ageing; second, working together with the society and academic-scientific community intending to develop human resources for the gerontology area. Those actions have required interdisciplinary in order to

establish a proper technical and humanistic training of the professionals involved, so that they should be able to recognize that social demand, being sensitive to the ageing individual as a live protagonist of the continuing education process, whose pedagogical supervision has been performed by the university extension.

Keywords: educacion, elder, ageing, university, extension

Resumen

Este artículo trata de algunas concepciones de educación permanente en el contexto de la sociedad actual, enfatizando la emergencia del fenómeno de envejecimiento y de las necesidades de los adultos maduros y ancianos. Expresa las bases teóricas del proyecto pedagógico de un programa de extensión y describe las actividades educativas en dos grandes ejes de atención: junto a esos niveles de edad, contribuyendo para su proceso de inclusión social y envejecimiento bien llevado; e junto a la comunidad civil y académico-científica, buscando instrumentalizar recursos humanos para el trabajo en el área de la gerontología. Esas acciones han requerido reflexiones y enfrentamiento interdisciplinario para una adecuada formación técnica y humana de profesionales sensibles a esa demanda social y el (re) conocimiento del anciano como protagonista activo del proceso de educación permanente, cuya mediación pedagógica se realiza a través de la extensión universitaria.

Palabras clave: educación, ancianos, envejecimiento, extensión universitaria

Introdução

A literatura científica tem reportado amplamente o progresso da biotecnologia e a maior consciência acerca de um estilo de vida mais saudável, dentre outros fatores, como responsáveis pelo aumento da longevidade, resultando em um crescente número de indivíduos que, por dia, chegam aos sessenta anos em todo o mundo.

No Brasil, cuja estimativa da população com sessenta anos e mais, é da ordem hoje de 17 milhões (IBGE, 2000; FUNDAÇÃO ABRAMO/SESC, 2006), este fenômeno pode ser visto como desafio e oportunidade à emergência de novas áreas profissionais e educacionais, para absorver as demandas desse grupo etário, que cada vez mais mostra grande capacidade laboral e intelectual. Se um novo mercado de trabalho e uma nova sociedade estão em formação, uma questão que se impõe à reflexão, é qual o posicionamento pedagógico a ser dinamizado na prática, que se supõe adequado e coerente com os ideais de educação, de ser humano e de suas relações com a sociedade.

O fato de ter indivíduos vivendo mais, e com mais tempo disponível para atividades que não são as do trabalho, tem exigido reformulações de muitas políticas públicas. Em relação à educação, as propostas educacionais alinhadas com a segregação dos idosos mostram-se agora em vias de falência, diante da heterogeneidade de experiências de velhice que se vê no Brasil de hoje, exigindo ações educativas diferenciadas no campo da gerontologia¹.

Os adultos maduros e idosos² que atualmente retomam o caminho da educação o fazem não apenas pela perspectiva da atualização cultural, da busca por novos vínculos sociais, necessidades de regulação emocional ou como atividades para ocupar o tempo livre. Procuram atividades para desenvolvimento de habilidades específicas, para uso prático dos conhecimentos. Procuram espaços educativos mais críticos e contextualizados.

Desde a última década, a vertente extensionista das universidades, como instância tradicionalmente articuladora de programas e projetos destinados a adultos mais velhos, demonstra uma evolução em termos da concepção de extensão universitária que reflete a importância da construção de um saber bilateral. Seu trabalho com essa população indica avanços na compreensão de que a educação e a aprendizagem são contínuas e acumulativas, e não um conjunto pontual de eventos institucionais; as ações devem incentivar o protagonismo social desses indivíduos; é necessário o desenvolvimento de metodologias adaptadas às peculiaridades de seus aspectos cognitivos, afetivos e ambientais nas ações educativas e, sobretudo, é imperativo capacitar recursos humanos no enfrentamento das questões impostas pelo processo de envelhecimento populacional.

Propõe-se, neste espaço, fundamentar teoricamente esta ação de extensão universitária, que têm como linha programática a atenção integral às questões do envelhecimento, almejando-se uma práxis pedagógica favorável à velhice bem-sucedida³.

Paradigmas de educação e velhice

A configuração atual de mundo globalizado e da era da informação preconizam a necessidade de constante aprendizagem para adaptação às transformações da sociedade, mas a literatura científica reporta que a perspectiva da educação ainda é a obtenção de resultados, a educação para a produção.

Pierre Furter, na década de 70, mostra preocupação com essa questão, ao abordar a educação permanente na perspectiva do desenvolvimento cultural, alegando a necessidade de estratégias de formação em vista de uma sociedade nova, caracterizada pela “explosão do saber”, modificações estruturais provocadas pelo avanço tecnológico, entre outros aspectos. Ao retomar as origens da terminologia empregada para educação permanente, aponta que “a primeira maneira de conceber o que se convencionou como 'educação permanente' fundamenta-se numa interpretação

da educação como um processo que deve prolongar-se durante a vida adulta” (FURTER,1975, p. 106).

Observa-se o alerta desse autor para o fato de a extensão da educação permitir atingir uma nova clientela: a dos adultos, que retornarão à escola pela possibilidade de aprender o que não puderam na juventude; o fato de sua cultura geral e, sobretudo, técnica não corresponder mais às exigências da cultura tecnológica e científica dominante; o tempo livre na fase do pós-trabalho formal favorecer a condição de autodesenvolvimento; o sistema de educação continuada corresponder às aspirações que o ensino regular não satisfaz e os conhecimentos adquiridos na mocidade terem se tornado insuficientes.

Para evitar que o envelhecimento provoque a estagnação intelectual, a regressão cultural e a 'obsolescência' profissional, os adultos, cada vez mais, sentem necessidade de renovar os conhecimentos e de se 'reciclarem' para não caírem na rotina e ficarem marginalizados. (FURTER, 1975, p.107)

A educação coexistindo com a vida, constituindo-se no próprio desenvolvimento do ser humano é constatada também na perspectiva de Freire (1979), quando advoga que a vida toda do homem – esse ser inacabado e em constante busca, se constitui num processo educativo, que se dá durante todo o tempo e em todas as dimensões da existência humana.

Da mesma forma, a perspectiva de educação para o século XXI, do relatório de Delours (1998) para a UNESCO⁴, trata a educação ao longo de toda a vida como uma condição para um domínio mais perfeito dos ritmos e dos tempos da pessoa humana. Um *continuum educativo*, coexistindo à vida e ampliado às dimensões da sociedade, é um meio para o exercício de uma cidadania ativa, que requer a valorização hoje de todos os espaços e tempos da educação, principalmente para o acesso daqueles que dela não usufruíram.

Considerando, no entanto, as dimensões continentais do Brasil, a diversidade de experiências de envelhecimento e de oportunidades sociais dos idosos neste país, diferentes concepções de homem podem subsidiar as inúmeras ações educativas vigentes para este segmento etário. Para uma reflexão, faz-se uma referência aos paradigmas de educação e velhice resenhados em 1976, por Moody⁵, citados por Cachioni e Neri (2004, p. 30-1) e expressos em quatro modelos:

O primeiro dos modelos é o da rejeição, abordagem que se fundamenta numa visão negativa da velhice. (...) Considera a educação destinada aos idosos como um investimento desnecessário, uma vez que este grupo etário é visto como improdutivo e dependente. O segundo modelo é o de serviços sociais. Ele une a educação à idéia de justiça social e vê os serviços educativos para adultos maduros e idosos como um “remédio”, que se traduz em ofertas de entretenimento, lazer e contatos sociais a um público injustiçado (...) A velhice é vista como algo negativo e deve ser protegida pelo Estado (...) Não há

preocupação com uma pedagogia específica para os idosos, uma vez que se acredita que eles não mais se desenvolvem. O terceiro modelo concentra-se sobre os conceitos de participação e atividade, negando a passividade e a segregação dos modelos anteriores. Nessa concepção, a educação se define como meio de manutenção das habilidades e das experiências dos idosos para que possam intervir nos problemas da sociedade, por meio de programas educacionais organizados para eles e por eles. O quarto modelo fundamenta-se na idéia de auto-realização e de educação permanente, com o reconhecimento dos valores inerentes aos idosos, dos seus direitos e de suas oportunidades.

A partir desses modelos, Palma e Cachioni (2002, p. 1108) ressaltam a importância de três princípios para uma proposta educativa para adultos maduros e idosos: o princípio da atividade, enfatizando a importância do desenvolvimento de sua autonomia e potencial de auto-realização; o princípio da independência, incrementando a reflexão, autodidatismo e capacidade de explicitar seu potencial; e o princípio da participação, respeitando seu direito à participação social.

Esses princípios mostram consonância, também, com o paradigma de desenvolvimento ao longo da vida (*life span*)⁶ em psicologia, que vê as oportunidades educacionais como importantes antecedentes de ganhos evolutivos na velhice, justamente por intensificarem os contatos sociais, a troca de vivências e de conhecimentos e por promoverem o aperfeiçoamento pessoal (NERI E CACHIONI, 1999).

Constata-se, portanto, que o papel da educação tem sido discutido no sentido de despertar e incrementar as possibilidades criativas dos indivíduos e das sociedades, jogando por terra os paradigmas de educação em termos de idades para estudo formal, para o paradigma de que a educação nunca se conclui. Ou seja, a educação não pode definir-se em relação a um período particular da vida; é, antes de tudo, uma tarefa, um direito e um dever ao longo da vida, para facilitar o acesso a melhores condições de vida, trabalho, renda e bem-estar. (FURTER, 1975; DELOURS, 1998; PALMA E CACHIONI, 2002).

Esses pressupostos da Pedagogia Social⁷ e do modelo de desenvolvimento ao longo da vida, em Psicologia, balizam o desenvolvimento deste trabalho de extensão universitária com o adulto mais velho e do profissional que com ele trabalhará; com sua inserção social e desenvolvimento enquanto ser humano. Alicerçam a construção do seu projeto pedagógico que é “político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” e pedagógico no sentido de definir as ações educativas e efetivação da intencionalidade da escola (VEIGA, 1995, p.13).

Estrutura pedagógica do programa

Atendendo às diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), que recomenda atrelar à linha programática de um programa, ações compatíveis com o projeto pedagógico que se deseja implantar, o Programa de Atenção Integral ao Envelhecimento – PAIE, estabeleceu dois grandes eixos de trabalho: a Educação Gerontológica e a Gerontologia Educacional. Na prática,

esses dois eixos são interdependentes, mas do ponto de vista didático, sistematizam as ações educativas voltadas aos adultos acima de 50 anos e à comunidade civil e acadêmico-científica.

O campo da gerontologia educacional foi definido, em 1976, por Peterson⁸, como estudo e prática das tarefas de ensino dirigidas a e sobre as pessoas envelhecidas e em processo de envelhecimento. Considera a gerontologia educativa como forma de melhorar a vida dos idosos, por meio da participação destes idosos em programas educacionais, da educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos, e, ainda, da capacitação de recursos humanos para o trabalho com idosos (PALMA E CACHIONI, 2002).

Para Glendenning (1989) os novos modos de envelhecer dos indivíduos têm exigido o incremento, por um lado, da gerontologia educacional, como área que se preocupa com o processo de educação do idoso: quem é este aprendiz, como é sua aprendizagem, suas necessidades e potenciais. De outro, da educação gerontológica, focalizam-se o ensino sobre o idoso e o processo de envelhecimento para uma sociedade que envelhece.

Neste programa, acompanhando a proposta de Glendenning, ao eixo de gerontologia educacional vinculam-se projetos de áreas interdisciplinares, necessários à compreensão das várias dimensões do fenômeno do envelhecimento. Os projetos são agrupados aos quatro núcleos temáticos: núcleo de cursos de extensão, núcleo de saúde do idoso, núcleo sociocultural e núcleo de política e cidadania. O projeto “Idoso em ação”, do curso de Educação Física e o de “Promoção de saúde”, do curso de Enfermagem e Psicologia, integram o núcleo de saúde supracitado. A participação da Universidade de Taubaté no Conselho Municipal do Idoso e na organização de eventos municipais, entre outras atividades, integram as ações do núcleo de política e cidadania. O projeto “Unitau Aberta à Maturidade” configura o núcleo de oficinas e cursos oferecidos, a cada semestre, com diferentes opções para o desenvolvimento sociocultural e ou pessoal, a partir dos interesses manifestados pela população alvo.

Como o eixo da educação gerontológica visa à educação daqueles que deverão se incumbir do trabalho gerado pelas demandas do envelhecimento, as atividades do programa são realizadas, principalmente, pelo corpo docente e por profissionais externos, com o apoio do corpo discente. Configura-se uma possibilidade transversal de capacitação de recursos humanos, na área de gerontologia, visando minimizar as lacunas da formação generalista dos cursos de graduação ou necessidades da comunidade civil, sendo viabilizada por meio do núcleo de estudos e pesquisas, da organização e participação em eventos científicos, núcleo de estágios, publicações, cursos como o de “Cuidadores de Idosos”, entre outras ações.

A dimensão educativa das estratégias

As ações junto ao idoso apontam para a aquisição de novas formas de vivenciar a velhice: manejando com responsabilidade aspectos de sua saúde, aprimorando conhecimentos sobre si mesmos e o mundo, fortalecendo a convivência comunitária e uma visão crítica da realidade e participando ativamente dos interesses da coletividade. Como exemplo, os cursos de Língua Inglesa e Informática facilitam a aquisição da autonomia e independência para o enfrentamento das necessidades da sociedade contemporânea. O trabalho com a memória sociocultural (re)significa suas experiências como protagonistas da história.

Atividades como Hatha Ioga, Danças Circulares e a prática de exercícios físicos e esportes promovem autoconhecimento. Trabalham o corpo como uma dimensão concreta de sua existência, propiciando novos modos de se perceber e incorporar significados diferentes àquilo que realiza, modulando respostas adaptativas ao meio. A participação em oficinas de otimização cognitiva, arteterapia e decoração de interiores reativam o senso de competência, facilitando a avaliação subjetiva das capacidades comportamentais. Em 2007, foram 210 participantes nos vários cursos, e um contingente flutuante de convidados.

O corpo docente e discente lida, cotidianamente, com as demandas crescentes dos adultos mais velhos, sob diferentes perspectivas do conhecimento e de possibilidades de intervenção, que se relacionam a diversos aspectos, tais como, as necessidades de saúde (prevenção), interferindo nos modos de viver, nas condições e relações de trabalho e na qualidade dos ambientes; as necessidades de atendimento jurídico, sócio-assistencial e de proteção aos direitos do idoso; as demandas de melhoria da acessibilidade para garantia de qualidade de vida, entre outras questões. Essa oportunidade educativa viabilizada pela extensão favorece, assim, a contínua retro-alimentação do processo ensino e pesquisa, essencial na dinâmica da instituição universitária.

Em 2007, houve a participação direta nos projetos do PAIE, de quinze estagiários (Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Matemática, Educação Física, Arquitetura) e de sete docentes nas áreas de Psicologia, Enfermagem, Educação Física, Serviço Social, Ciências e Letras, Informática e Arquitetura. Foi espaço de estágio curricular, atividades complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso diversos.

Considerações Finais

Ao longo dos últimos quatro anos, este programa sofreu os ajustes próprios de toda e qualquer ação pedagógica, devidos ao caráter dinâmico e constante da evolução do conhecimento, à visibilidade crescente da heterogeneidade da experiência do envelhecimento e ainda ao amadurecimento da práxis da extensão, resultante da interação com a comunidade e os segmentos representativos do idoso. Embora haja avanços no alcance dos seus propósitos, são inúmeros os desafios a serem enfrentados. A complexidade e pluralidade de aspectos que envolvem a área do envelhecimento, revestindo-a de importância interdisciplinar no universo acadêmico-científico, demandam um esforço multiprofissional para atender às questões destes dois eixos temáticos.

Evoluiu a visão de que o idoso é um indivíduo capaz de identificar seus potenciais e limites, indicando como o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer; o que é relevante aprender, a partir de sua história de vida e contexto social. Essa concepção de homem tem orientado a formação do profissional que com ele trabalha, na definição do ambiente propício a aprendizagem, das formas de encorajar a vivência de situações novas e compartilhar saberes, o respeito ao ritmo de sua aprendizagem decorrentes das características próprias da velhice e as possibilidades de ampliar seus relacionamentos sociais significativos.

Como projeto pedagógico, ao reunir a dimensão educacional para os idosos à dimensão educacional do corpo docente e discente que dele participa, e, indiretamente à comunidade no entorno, o Programa de Atenção Integral ao Envelhecimento integra e articula um conjunto de práticas e saberes de várias áreas do conhecimento, com vistas à sua interdisciplinariedade, concretizados internamente por meio de atividades de estágio e linhas de ensino e pesquisa, de acordo com as exigências e limites da realidade institucional. É fruto de uma relação transformadora com sua população alvo, uma prática que viabiliza sua crescente autonomia e a conquista de interlocução com outros atores da comunidade, estimulando consensos e respeitando diferenças, em um contínuo processo de diagnosticar, planejar, implementar e avaliar.

Pelo fato de a afirmação da extensão universitária no projeto político-pedagógico ainda pressupor conquistas em relação à dimensão educacional que lhe é inerente, pretende-se que este programa, a despeito dos tímidos avanços, assumam maior amplitude a partir de um esforço interdepartamental legítimo e um enfrentamento das dificuldades inerentes à convivência interdisciplinar, para o empoderamento da gerontologia como uma área do conhecimento com mais visibilidade científica.

Notas

Gerontologia é aqui entendida como a ciência do envelhecimento que trata do mesmo como campo cujo fundamento é o estudo do fenômeno do envelhecimento sob uma ótica basicamente interdisciplinar (Papaléo Netto, 2002, p. 7-9).

² Segundo a Organização Mundial de Saúde, o idoso é definido pela idade acima de 60 anos nos países em desenvolvimento e 65 nos países desenvolvidos. Consideram-se adultos maduros indivíduos na fase do desenvolvimento que compreende a meia-idade, geralmente entre 45 e 60 anos.

³ A expressão *velhice bem-sucedida* é aqui compreendida como possibilidade de manutenção da competência em domínios selecionados do funcionamento, através dos mecanismos psicológicos de seleção, otimização e compensação. Ver BALTES, P.B.; BALTES, M.M. Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. In: BALTES, P.B.; BALTES, M.M. (eds). **Successful aging. Perspectives from the behavioral sciences**. Cambridge: Cambridge University Press.

⁴ As teses defendidas neste relatório da UNESCO, da educação básica à universidade, voltam-se essencialmente para o desenvolvimento humano, entendendo-se a educação como uma experiência global que se desenvolve ao longo de toda a vida.

⁵ Ver MOODY, R.H. Philosophical presuppositions of education for the old age. **Educational Gerontology**, n. 1, p. 1-16.

⁶ O termo *Life span*, em Psicologia, refere-se ao desenvolvimento ao longo da vida. A partir da década de 70, processou-se uma grande transformação na psicologia do desenvolvimento, derivando entre outras perspectivas teóricas, a do desenvolvimento ao longo da vida. Neste paradigma, a idade cronológica não é vista como variável causal, mas como um indicador dos eventos biológicos, sociais e psicológicos de natureza normativa e não-normativa que um indivíduo já viveu e está vivendo. Ver BALTES, P.B. Theoretical propositions of the life span development psychology: on the dynamics between growth and decline. **Developmental Psychology**, v. 23, p. 611-96.

⁷ Os diversos teóricos na perspectiva da Pedagogia e da Educação Social são sugeridos por KRUG, J.G. Ações socioculturais na velhice. In: CASARA, M.B.; CORTELLETTI, I.A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: Educs, 2006.

⁸ Ver PETERSON, D.A. Educacional Gerontology: the state of art. **Educational Gerontology**, 1976, 1, n. 1.

Referências

DELOURS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO-SÃO PAULO. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª. Idade**. Pesquisa de Opinião Pública. CD-Room. Maio de 2006.

FURTER, Pierre. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975. Tradução de Teresa de Araújo Penna.

GLENDENNING, F. Educational Gerontology In: Britain as an emerging field of study and practice. **Educational Gerontology**, n. 15, p. 121-31, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso em 30/out/2007.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanches (Org.);

CACHIONI, Meire. (Colab.). **Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos**. Campinas: Papyrus, 2004. p. 29-49.

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 113-40.

PALMA, Lúcia Saccomori; CACHIONI, Meire. Educação Permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. In: FREITAS, Elizabete Viana de; et al.(Orgs.) **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002. p. 1101-9.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Ilhéus: Editus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

O trabalho com famílias vulnerabilizadas: o perfil sócio, econômico e cultural das famílias atendidas no Projeto Esperança

Work with vulnerable families: social, economic and cultural profiles of the families attended by “Esperança” Project

El trabajo con familias vulnerabilizadas: el perfil social, económico y cultural de las familias atendidas en el Proyecto Esperanza

Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres, doutora em Serviço Social, professora assistente doutor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté.
Coordenadora do Projeto “Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança”

Endereço para correspondência:
Av. Visconde do Rio Branco, 29
Centro – Taubaté
email: mabel@unitau.br

Resumo

Este artigo resulta do projeto extensionista denominado “Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança”. O Projeto Cartografia tem por objetivo conhecer as famílias que participam das atividades desenvolvidas no Projeto Esperança. Para tanto foi desenvolvido um trabalho prospectivo junto a essas famílias, contando com as seguintes etapas: cartografia das ruas do bairro Jardim Sônia Maria, localização das famílias atendidas, atendimento social realizado por meio de entrevista social e visita domiciliar. Para otimização e registro das informações, foi desenvolvido um formulário específico com vistas a registrar informações relativas às condições objetivas de vida da família, bem como seu perfil sócio-econômico. O objetivo deste artigo é apresentar o perfil dessas famílias, como vivem e se organizam no bairro. Os dados apresentados decorrem da análise do levantamento sócio-econômico realizado com as famílias, cujos filhos participam do Projeto Esperança. Optou-se por apresentar os resultados em forma de gráficos, figuras e tabelas, o que possibilita uma melhor compreensão dos dados. Identificou-se que parcela significativa das famílias é chefiada por mulheres; vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo aos programas de transferência de renda como forma de subsistir e manter suas necessidades básicas.

Palavras-chave: família, vulnerabilidade social, levantamento sócio-econômico, rede sócio-assistencial

Abstract

This article is the result of a university extension project called “Cartography of Sonia Maria District: (re)cognizing the families attended by the “Esperança” Project. The Cartography Project had as a goal recognizing the families that take part of the activities developed in “Esperança” Project. Meanwhile it was developed a prospective work with those families, considering the following steps: cartography of the Sonia Maria District streets, location of the attended families, social attendance made by social interview and home care. In order to achieve an enlargement and register of information, it was developed a specific form to register information which are related to the objective life conditions of the families, as well as their social economic profile. This article goal is to present a profile of those families, how they live and organize themselves in the district. The presented data come from the social-economic research analysis made with the families whose children take part of “Esperança” Project. It was chosen to present the results in a graphical design, drawings and tables, what provides a better comprehension of the data collection. It was identified that a significant parcel of the families is commanded by women, who live in vulnerable social condition, running over the programs of gain transference as a way of subsistence and a way of providing for their basic needs.

Keywords: family, social vulnerability, socioeconomic research, social work network

Resumen

Este artículo resulta del proyecto de extensión denominado “Cartografía del Barrio Jardim Sonia Maria: (re)conociendo las familias atendidas en el Proyecto Esperanza”. El Proyecto Cartografía tiene por objetivo conocer las familias que participan de las actividades desarrolladas en el Proyecto Esperanza. Para eso, se desarrolló un trabajo prospectivo junto a esas familias, contando con las siguientes etapas: cartografía de las calles del barrio Jardim Sônia Maria, localización de las familias atendidas, atención social realizada por medio de entrevista social y visita domiciliar. Para su optimización y registro de las informaciones, se desarrolló un formulario específico con vistas a registrar informaciones relativas a las condiciones objetivas de vida de la familia, bien como su perfil socio-económico. El objetivo de este artículo es presentar el perfil de esas familias, cómo viven y se organizan en el barrio. Los datos presentados surgen del análisis del análisis socio-económico realizado con las familias cuyos hijos participan del Proyecto Esperanza. Se optó por presentar los resultados en forma de gráficos, figuras y tablas, lo que posibilita una mejor comprensión de los datos. Se identificó que una parcela significativa de las familias la constituye mujeres que viven en condiciones de vulnerabilidad social, recurriendo a programas de transferencia de renta como forma de subsistencia, para satisfacer sus necesidades básicas.

Palabras clave: familia, vulnerabilidad social, análisis socioeconómico, red socio asistencial1.

Introdução: apresentação dos objetivos do Projeto Cartografia

Este artigo resulta do projeto extencionista denominado “*Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança*”. O início das atividades decorreu de um contato estabelecido entre a diretoria do Projeto Esperança - por meio de um membro fundador – com a Coordenadora de Estágio e Supervisão do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, em 2006. Segundo a diretora as atividades desenvolvidas no Projeto Esperança são dirigidas às crianças, adolescentes e jovens adultos; sem estender à família. Seu interesse – naquele momento - era o de conhecer as famílias das crianças e adolescentes atendidas no Projeto Esperança, uma vez que durante o ano de 2007, ocorreria a implantação de oficinas de geração de renda dirigidas a estas famílias.

O Projeto Esperança

surgiu no bairro Jardim Sonia Maria, na parte alta da cidade de Taubaté, há exatos 10 anos, em uma iniciativa da própria comunidade, diante do grande número de famílias carentes na região. [...] atende 658 crianças (PROJETO ESPERANÇA – mimeo – 2005)

e suas respectivas famílias, por meio de realização de oficinas lúdicas, brinquedoteca, distribuição de refeições. No ano de 2005, o Projeto Esperança conseguiu uma verba para construção de espaço físico que pudesse abrigar oficinas de geração de renda, o que aguçou a necessidade da diretoria em conhecer a comunidade e especialmente, as famílias atendidas. A fim de dar conta e responder às necessidades da diretoria do Projeto Esperança, foi apresentado o Projeto Cartografia, coordenado pelo Departamento de Serviço Social, que designou um professor coordenador e um grupo de estudantes de Serviço Social. Os objetivos do Projeto Cartografia são:

- Construir o perfil das famílias atendidas do Projeto Esperança;
- Realizar a cartografia do bairro, identificando: a presença dos serviços prestados pelo Estado e direcionados às demandas da população local; a localização das unidades residenciais das famílias atendidas;
- Fomentar a abertura de campo de estágio para alunos do curso de Serviço Social e informática;
- Propor a realização de trabalhos dirigidos às famílias atendidas;

Com os objetivos traçados, foram selecionados os estagiários e o trabalho apresentado à diretoria do Projeto Esperança, que aprovou as atividades. Para a realização dos objetivos, foram envolvidos dez alunos do curso de Serviço Social, sob a supervisão de um professor assistente social.

2. Projeto Cartografia: metodologia

Para concretização da proposta de trabalho do Projeto Cartografia, inicialmente foram realizadas ações que viabilizassem o reconhecimento da área – Jardim Sonia Maria - uma vez que, tanto a professora quanto os alunos, não conheciam o bairro, ou mesmo a população local. Fez-se

necessário então construir algumas estratégias preliminares, de modo a possibilitar que tanto professora como alunos conseguissem transitar pelo bairro, sem causar estranhamento, ou constrangimento entre os moradores.

O trabalho foi desenvolvido seguindo as seguintes fases:

1. O reconhecimento do Projeto Esperança e montagem do trabalho com as famílias.
2. Preparação dos alunos estagiários para realização das atividades previstas do projeto.
3. Sensibilização da Comunidade para o início dos trabalhos.
4. Execução das atividades, tabulação dos dados e avaliação do processo.

A primeira atividade foi andar pelas ruas do bairro, identificando a localização das casas, dos equipamentos sociais (escola, creche), ou seja, esta etapa relaciona-se à cartografia do bairro, quando os alunos estagiários e a professora identificaram como as ruas são constituídas, como a comunidade se organiza no espaço físico. Além disto, foi possível identificar os recursos sócio-assistenciais mantidos no bairro.

A segunda etapa relaciona-se ao contato direto com a comunidade, por meio do atendimento social realizado pelos estagiários de Serviço Social, sob a supervisão da professora.

O assistente social é o intermediador direto tanto no atendimento concreto às necessidades apresentadas, como responde pelo componente socioeducativo que permeia a produção dos serviços assistenciais. (YASBEK, 1993, p. 150)

O atendimento social ocorreu por meio de entrevista social e de visita domiciliar, ambos instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social no seu exercício profissional.

Para conhecer as famílias, foi construído um formulário, denominado levantamento sócio-econômico, que, de acordo com o artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão do assistente social - lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, estabelece:

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O levantamento sócio-econômico permite ao assistente social reconhecer as condições objetivas de vida do usuário, ou seja, como se reconhece no lugar onde vive, qual o lugar social ocupado, bem como suas estratégias para sobreviver. Ao mesmo tempo, as informações resultantes do

levantamento constituem um saber profissional, possibilitando a construção de uma leitura profissional, reconhecendo possíveis demandas de atendimento sob a ótica da população excluída. Estabeleceu-se que somente pessoas acima de 18 (dezoito) anos completos poderiam responder às questões formuladas no levantamento sócio-econômico. Denominou-se titular a pessoa que respondeu às perguntas ao aluno estagiário. Para melhor visualização das respostas dos usuários, o levantamento sócio-econômico foi formulado de modo a aglutinar as informações sobre a família, em quatro partes (interligadas e interdependentes entre si), a saber: dados de identificação – dados relativos à escolarização – dados relativos à formação para o trabalho e renda familiar – dados relativos a inserção comunitária.

Após o atendimento social, quando foi realizado o levantamento sócio-econômico, os dados resultantes foram tabulados, analisados e devolvidos à diretoria do Projeto Esperança. Foram atendidas 60 (sessenta) famílias. Os atendimentos ocorreram durante o sábado pela manhã – horário em que as crianças e os adolescentes costumam freqüentar as atividades recreativas realizadas no projeto. Por meio do levantamento sócio-econômico, foi possível identificar quem são as famílias atendidas, suas necessidades, estratégias de sobrevivência e potencialidades.

3. O exercício profissional do assistente social com a família

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. É possível dizer que seu objeto incide sobre as expressões da questão social e, fundamentalmente, sobre como são experienciadas – de forma singular – pelos usuários dos serviços prestados pelo assistente social. A questão social pode ser entendida como

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] o desenvolvimento nesta sociedade redonda uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social [...] na sua contra-face, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população. (IAMAMOTO, 1998, p. 27-28)

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de se pensar a questão social, não somente como o cenário onde o exercício profissional do assistente social se materializa, mas também nela mesma e em suas expressões como dimensões constitutivas desse exercício. O objeto de intervenção do Serviço Social é historicamente determinado e sua análise decorre da perspectiva histórica e política, construída por meio das determinações decorrentes da correlação de forças entre conjuntura, contexto sócio-assistencial, demandas identificadas na relação com o usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construído pelos profissionais. Ou seja, a construção de respostas profissionais pressupõe a triangulação de conhecimentos: àqueles decorrentes do

relacionamento com os usuários, os decorrentes da análise das políticas sociais e os decorrentes da análise da realidade social.

O trabalho social desenvolvido com famílias tem sido a marca do Serviço Social ao longo da história dessa profissão. Por isso mesmo, os assistentes sociais têm-se debruçado, tanto no estudo como na pesquisa, para descobrir, construir e estabelecer diversas formas de abordar, intervir e analisar as questões que estão presentes na organização sócio-familiar. Entende-se que é papel do assistente social articular, organizar atividades e propor alternativas para a construção de ações, cuja marca fundamental seja a democratização das informações, a defesa dos direitos sociais e a inclusão social da população que vive em condição de vulnerabilidade social.

A família tem sido o foco preferencial das ações governamentais por meio da execução dos serviços prestados, via política social. O entendimento sobre família está se alterando, como uma tentativa de acompanhar as mudanças identificadas no que se refere à organização sócio-familiar. Com a promulgação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, – o atendimento à família passa a fazer parte da agenda governamental de forma privilegiada e avança no sentido de não ser mais identificado de forma isolada, descontextualizado das relações comunitárias e sócio-culturais. A referida lei estabelece no artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Entendo que boa parcela da população brasileira não consegue por seus próprios meios, garantir essas necessidades, cabendo uma ação efetiva do Estado, no subsídio e manutenção de ações sócio assistenciais que garantam o seu atendimento. É esta população que vive em condição de vulnerabilidade social, correndo riscos, tanto no âmbito pessoal como no social. Inerente à sociedade capitalista, por meio da questão social é possível identificar as desigualdades, a exclusão social vivenciada pela classe subalterna com a qual o assistente social lida cotidianamente. Nessa perspectiva entendo que essa classe é subalterna, na medida em que vive em condição de dominação e exclusão, não só política, mas também, social. Yasbek (2001) analisa que:

configura-se como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída (YASBEK, 2001, p. 34)

Ao mesmo tempo, mesmo vivendo sob condições adversas, essa mesma classe apresenta vias de resistência a essa estrutura social, quando reivindica sua inserção nos serviços mantidos pela rede de proteção social, como uma das formas de enfrentamento para suprir suas carências. A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece no artigo 2º:

A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes

Identifica-se que as famílias atendidas no Projeto Esperança vivem em condição de pobreza, recorrendo à rede sócio-assistencial, para prover suas necessidades.

Sob esta perspectiva a família é:

o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (BRANT DE CARVALHO, 2004, p.93)

Sob este ponto de vista, entender a família, em sua complexidade, por intermédio do modo como se movimenta em sua vida cotidiana pode ser a chave para construir o perfil daquelas atendidas no Projeto Esperança. Além disto, possibilitará também o reconhecimento de que o trabalho de caráter interventivo realizado pelo assistente social deve necessariamente perpassar pelo “conhecimento dos recursos existentes e de retaguarda” (VICENTE, 2004, p. 56), equacionados ou não pelo Estado, que podem ser a base da rede de proteção e atendimento das famílias. Cabe ao assistente social reconhecer a assistência social como uma política pública de direitos, ou seja, esta perspectiva indica a assistência social

Como espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados. Assumir a assistência nesta direção pressupõe reconhecer que as ações assistenciais podem se constituir em estratégias para a realização dos direitos sociais dessa população. (YASBEK, 1993, p. 54)

Com a promulgação da Política Nacional da Assistência Social, em 2004, a família volta a ser identificada como fundamental no contexto das políticas sociais. A referida política determina a matricialidade sócio-familiar, compreendida

Independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. [...] ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2006, p. 449 – 450)

A centralidade na família resgata seu lugar social, fortalece as ações profissionais e enfatiza seu protagonismo. Um outro aspecto importante no reconhecimento da família é que em qualquer ação de caráter interventivo, ou mesmo investigativo requer a participação das famílias e da própria comunidade desde a fase de elaboração até a execução da proposta.

O contato com as famílias atendidas no Projeto Esperança ocorreu por meio do atendimento social, entendido como o momento de contato profissional entre o assistente social e o usuário. Caracteriza-se pela intervenção que pode ocorrer em dois momentos:

-Por intermédio do atendimento imediato, quando o assistente social considera a demanda e, propondo uma solução imediata através de um esclarecimento, de uma providência, ou de um encaminhamento, consegue 'resolver o problema' na entrevista inicial (WEISSHAUPT, 1988, p. 92)

-Por intermédio da intervenção continuada: quando o assistente social avalia a necessidade do acompanhamento sistemático e determina o prosseguimento da intervenção.

Para operacionalizar o atendimento social, os assistentes sociais utilizam os seguintes instrumentos técnicos operativos: entrevista individual e familiar, visita domiciliar, reuniões, encaminhamentos, observação, documentação, entre outros.

Com o objetivo de garantir o sigilo das informações e preservação da identidade dos sujeitos, ocorreu uma combinação prévia entre a diretoria do Projeto Esperança e a equipe de trabalho, para que a identificação das famílias fosse preservada.

O resultado parcial do trabalho resultou no perfil das famílias atendidas, cuja apresentação foi por meio de quadros e figuras, o que favoreceu uma melhor visualização dos dados.

4. O perfil das famílias atendidas no Projeto Esperança

Para fins deste artigo, foram destacados os dados relativos ao mapeamento das famílias atendidas, focando os seguintes resultados:

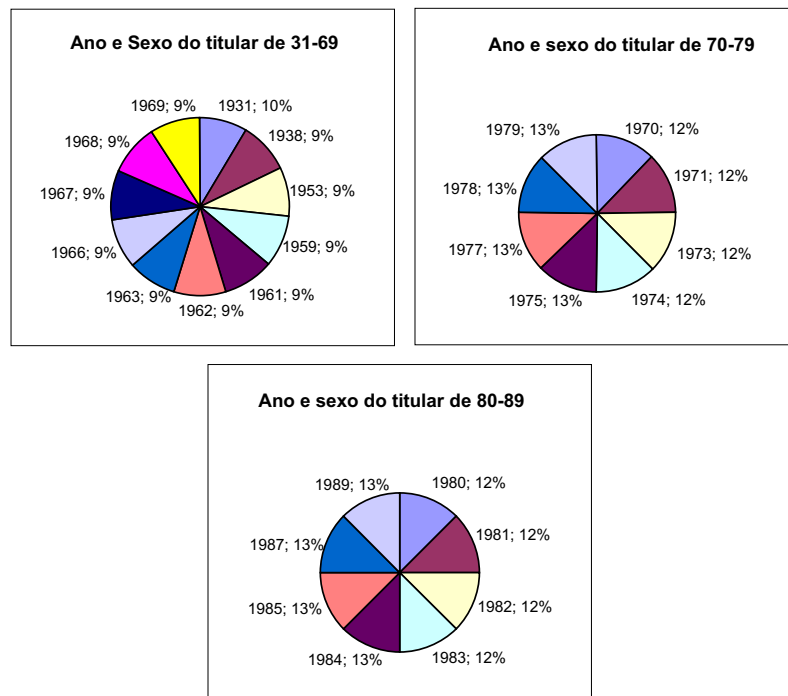
-Dados de identificação: ano de nascimento, sexo, estado civil, escolaridade;

-Dados relativos à organização sócio-familiar;

-Dados relativos à inserção sócio-profissional: ocupação, profissão, condição do trabalho; renda familiar.

-Os dados relativos à cartografia do bairro “Sônia Maria” serão apresentados posteriormente em outro artigo.

Figura 1: Distribuição das famílias por ano de nascimento e sexo



Das 60 famílias entrevistadas, apenas 02 dos titulares são do sexo masculino, nascidos com idade variando entre 30 e 69 anos. Os demais são do sexo feminino e a faixa etária identificada - segundo mostra o gráfico - é de 76 a 18 anos de idade. Os outros gráficos apresentam que 16 pessoas estão com idade entre 48 e 76 anos; 21 pessoas com idade entre 28 a 37 anos e 21 pessoas com a idade entre 18 a 27 a anos.

Dos titulares entrevistados, identificou-se que 02 estão com 18 anos e 02 com 60 anos. Referenda-se aqui a lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1999, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina no art. 2º:

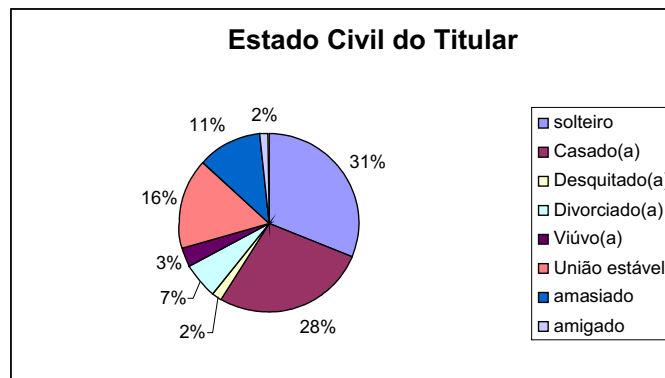
Considera-se criança para efeitos desta lei toda pessoa com até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze a dezoito anos de idade.

Com relação aos titulares maiores de 60 anos, referenda-se a lei nº 10.741, Estatuto do idoso, que determina no art. 1º:

direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos.

Identificou-se que o poder familiar não é determinado necessariamente pela idade dos responsáveis legais. Reconheceu-se que, majoritariamente, são as mulheres que acompanham as crianças nas atividades do Projeto. No momento da visita domiciliar, quando se encontrava no domicílio, o casal responsável pelos cuidados com as crianças e / ou adolescentes, era a mulher que tomava a dianteira no momento do repasse das informações. As mulheres demonstraram interesse em responder às questões, além de aproveitar o momento para solicitar orientações diversas, principalmente aquelas relativas à inserção na escola, no mercado de trabalho, entre outras.

Figura 2: Distribuição das famílias por estado civil do titular.



Identificou-se que dentre as famílias atendidas do Projeto Esperança, 28% dos titulares declara-se casado e com filhos. Há uma diversidade (em termos de quantidade) de número de filhos, ultrapassando a reconhecida pelo IBGE (2000) como a média de três filhos por família. A maioria dos titulares declarou-se solteiro – 31% com filhos e/ou enteados. É comum identificar, no bairro, mulheres que assumem sozinhas a guarda e a educação dos filhos, sem ter constituído com o genitor deles uma união estável.

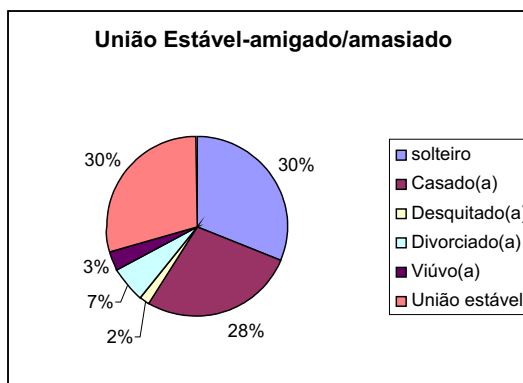
No formulário do levantamento sócio-econômico, no campo “estado civil” foi incluído o item união estável; foi identificado 16% dos titulares vivendo sob esta condição.

No novo Código Civil, art. 1.723,

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

O termo “união estável”, também apareceu durante os atendimentos em substituição aos termos “amigado”, com 2% dos titulares e “amasiado”, com 11%. Entende-se que em termos da lei, união estável, amasiado e amigado são considerados sinônimos. A somatória de titulares que vivem sob esta condição é de 29%, conforme a figura abaixo.

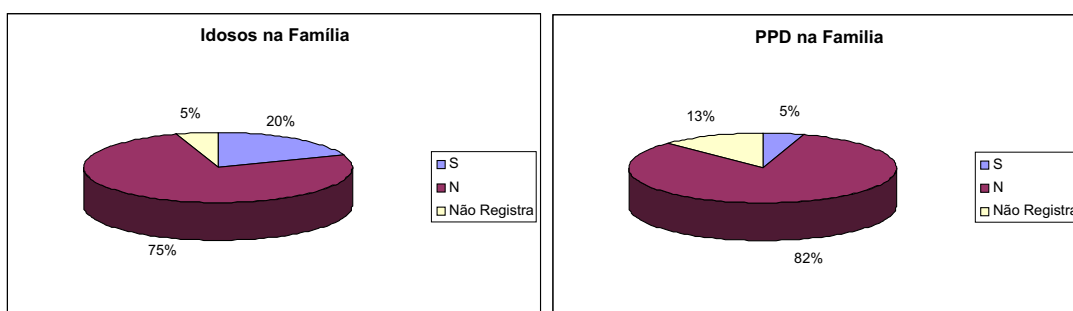
Figura 3: Distribuição dos titulares por estado civil união estável/ amigado/amasiado



No campo estado civil incluiu-se também o item “outros”. Nesse item foram registrados dados relativos ao segundo casamento, ou uma nova união estável. O registro ocorreu quando, durante o atendimento, o titular não se reconhecia em nenhum dos itens propostos (solteiro, casado, viúvo, desquitado, divorciado, união estável). Identificou-se como uma das características da organização das famílias atendidas no projeto Esperança - segundo o estado civil – que são de famílias recombinadas ou recompostas. É uma família, cuja organização decorre da segunda, ou demais uniões são contraídas com a expectativa de constituir uma nova família, ter um(a) companheiro(a) e um relacionamento estável.

Os titulares que se declaram desquitados e divorciados, totalizam 9%; viúvos, 3%. Com relação ao número de filhos foram identificadas famílias com média de dois a cinco filhos.

Figura 4: Distribuição dos familiares dos titulares quanto a presença de idoso e pessoas com deficiência



De acordo com as informações tabuladas via levantamento sócio-econômico, 20% dos titulares declaram ter entre os familiares, pessoa idosa. Segundo o Estatuto do Idoso, art 3º,

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

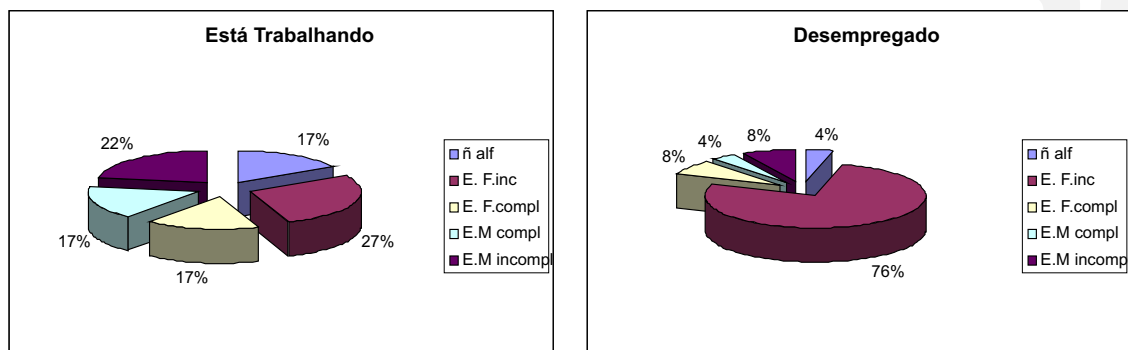
Outra informação importante diz respeito ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, que é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa com 65 anos, ou mais, de idade e à pessoa com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambas as situações, para fins de repasse do referido benefício, a renda *per capita* familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação e, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). No momento do atendimento, identificando que os idosos declarados não recebiam o benefício, os responsáveis pelos idosos foram esclarecidos pelos estagiários de Serviço Social quanto aos procedimentos para essa requisição.

Quanto à pessoa portadora de deficiência, 5% declarou ter em sua família uma pessoa nesta condição. Durante o atendimento social, identificou-se que as famílias conheciam tanto a rede sócioassistencial, como a de saúde, dirigida ao tratamento especializado. Quando necessário, as famílias foram orientadas sobre os procedimentos relativos ao Benefício de Prestação Continuada. Segundo Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio à pessoas com deficiência e sua integração social, no art. 2º, estabelece:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

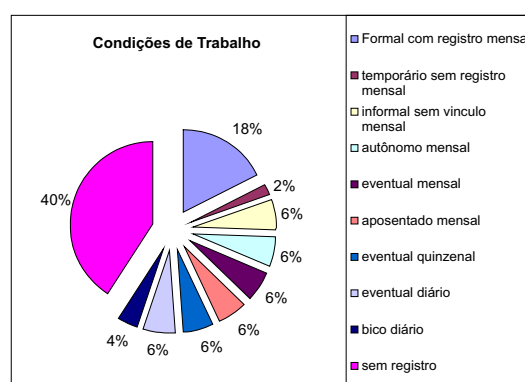
Identificou-se a necessidade de buscar informações complementares com o objetivo de traçar estratégias interventivas, relativas à inserção social e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Além disto, faz-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas pelo poder local, direcionadas a inclusão desse segmento no mercado de trabalho.

Figura 5: Distribuição dos titulares por situação de trabalho e escolaridade



Durante o contato com as famílias, foi possível identificar a dificuldade demonstrada na compreensão das questões propostas. Foi preciso explicar, de forma detalhada, não só o objetivo das perguntas, mas seu significado. Identificou-se que 76% dos titulares apresentam como escolaridade o ensino fundamental incompleto. Segundo a legislação brasileira, esta escolaridade é considerada baixa. Cruzando este dado com a condição de trabalho, identificou-se que este volume de titulares encontra-se desempregado. Dos titulares que registram este grau de escolaridade, somente 27% estão trabalhando. Dos titulares que apresentam como escolaridade o ensino fundamental completo, 17% estão trabalhando e 8% estão desempregados. Identificou-se que 17% dos titulares que se declararam “não alfabetizados” estão trabalhando e somente 4% desempregados. Esse dado se repete quando a escolaridade é o ensino médio completo. Quanto aos titulares que registram como escolaridade o ensino médio incompleto, 22% estão trabalhando e 8% desempregados.

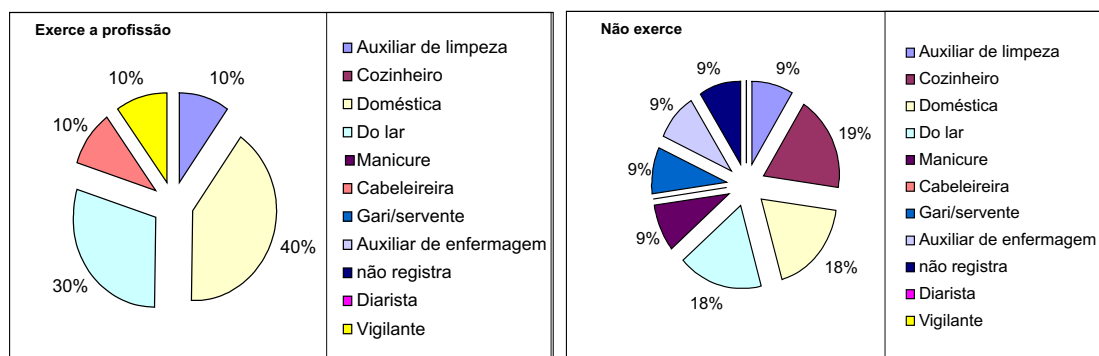
Figura 6: Distribuição dos titulares por condição de trabalho e remuneração



Os dados demonstram que somente 18% dos titulares realizam trabalho formal com registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), em consonância com a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. recebem remuneração mensal, com qual subsidiam suas necessidades básicas.

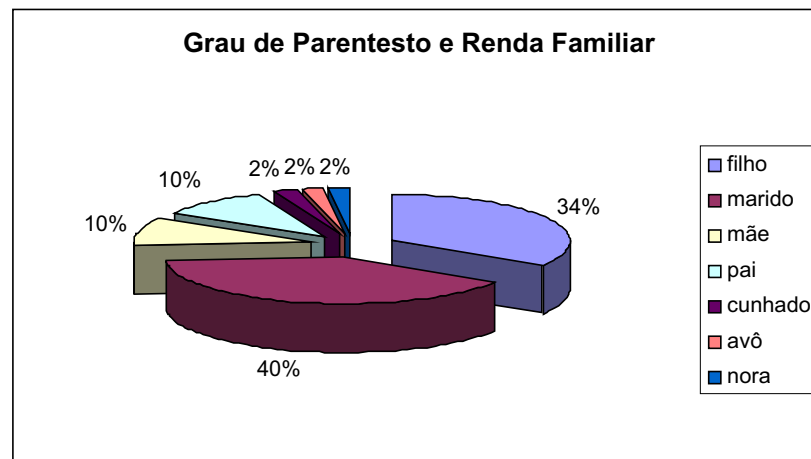
Identificou-se também que 30% dos titulares realizam trabalho informal, sem vínculo empregatício. O trabalho informal tem como características fundamentais sua descontinuidade e a não proteção das leis trabalhistas. É importante ressaltar o quanto o trabalho tem sido utilizado como moeda de troca entre os trabalhadores, como uma alternativa ao desemprego. O que é facilmente observável é o quanto o trabalho desenvolvido sob esta condição coloca os trabalhadores em uma condição de vulnerabilidade social. Outra observação importante é que a informalidade não atinge somente os trabalhadores menos qualificados. É comum observar trabalhadores com qualificação e participantes de diferentes grupos profissionais. O trabalho informal articula-se na flexibilização das relações de trabalho, identificada como um dos pilares de sustentação da reestruturação produtiva. O que se observa é o trabalhador cada vez mais vulnerável, fragilizado, com pouca ou nenhuma possibilidade de negociação, vulnerável às determinações estabelecidas pelo mercado de trabalho.

Figura 7: Distribuição dos titulares por exercício da profissão



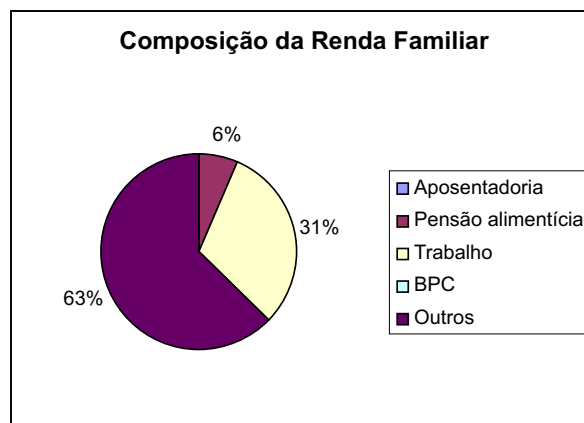
As profissões declaradas pelos titulares foram: cozinheiro, do lar, doméstica, cabeleireira, vigilante, manicure, auxiliar de limpeza, comerciante, gari, servente, diarista e 29 pessoas (titulares) não registraram se tem uma profissão ou ainda, se a exercem. Outro dado fundamental é que a maioria dos titulares não exerce sua profissão. Predominam as profissões voltadas às atividades domésticas: 40% das titulares trabalham como empregada doméstica; 30% exercem suas atividades em sua própria residência, reconhecendo-se como do lar. Nota-se que as profissões exercidas voltam-se àquelas de baixa remuneração, que requer grande esforço físico, pouco reconhecimento e baixos salários. Essas profissões ficam na base da pirâmide do mercado do trabalho, ou seja, um grande contingente presta o serviço, a remuneração é baixa, girando em torno de um salário mínimo.

Figura 8: Distribuição dos titulares quanto ao grau de parentesco e renda familiar



Quanto à renda da família, identificou-se que 40% é proveniente do trabalho do marido; 34% dos filhos, 10% do pai e/ou mãe. Nota-se que a família segundo declararam os titulares, é “mantida” pelo marido e que na falta desse, o filho toma a chefia da casa, contribuindo ou assumindo totalmente o custeio das despesas para o sustento da família. Outro fator de composição da renda familiar é a participação da família nos programas sociais de complementação de renda, recebimento de cesta básica por parte do poder público municipal, entre outros. O caráter descontínuo da renda favorece que a família viva em condição de vulnerabilidade social, apresentando dificuldades em manter suas necessidades básicas, além de comprometer sua inserção social. Nota-se a necessidade de investigar a idade dos filhos que assumem o custeio com as despesas da família, uma vez que a entrada no trabalho pode ser considerada elemento facilitador de sua saída da escola.

Figura 9: Distribuição da composição da renda das famílias atendidas no Projeto Esperança



O campo “outros” foi registrado por 63%; foi identificado como trabalho, atividades que geram remuneração, porém os titulares e/ ou familiares não mantêm vínculo empregatício, ou seja, o chamado trabalho informal como: venda de produtos alimentícios na rua, cesta básica, produtos de higiene em catálogos, dentre estes aparece também beneficiários do Programa Bolsa Família e Renda Cidadã.

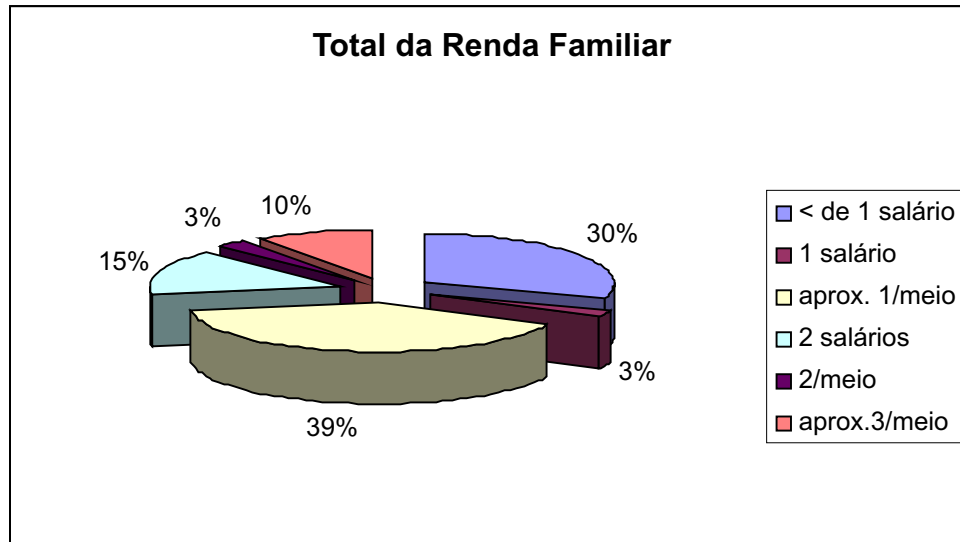
Figura 10: Distribuição dos titulares por participação em programas sociais



Quanto aos programas sociais, 72% dos titulares declaram receber o Bolsa Família. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (manutenção das crianças e adolescentes na escola; etc), que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O critério fundamental para a inclusão das famílias no Programa é a renda *per capita* da família, ou seja, são incluídas preferencialmente, as famílias com a menor renda. Quanto aos valores do Programa Bolsa Família, as famílias recebem um mínimo de R\$ 15,00 e o máximo de R\$ 95,00. As famílias são incluídas, via Cadastro Único, por meio de sistema (software) desenvolvido para esse fim; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa a cada mês. No programa Renda Cidadã estão inclusas 21% das famílias que recebem em média R\$50,00(cinquenta reais). O Programa Renda Cidadã é um programa de transferência de renda, que atende famílias, em situação de pobreza, identificadas, pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família. E tem como objetivo, conceder recurso financeiro temporário, visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.

Outro programa citado por 7% das famílias é o Pró-social, com repasse no valor de R\$60,00 (sessenta reais). As famílias são inseridas cadastradas e selecionadas pelo poder público municipal.

Figura 11: Distribuição das famílias pelo salário



Quanto ao total da renda familiar 39% registra girar em torno de um salário mínimo e meio; 30% menos que um salário mínimo. Nessa faixa de renda, as famílias vivem em condição de vulnerabilidade social, estando sujeitas a participar dos programas de complemento de renda implementados pelos governos federal, estadual e municipal.

5. Considerações Finais

Conclui-se que as famílias atendidas no Projeto Esperança vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo à rede sócio assistencial – principalmente aos serviços destinados a complementação de renda, como forma de manter suas necessidades básicas. A maioria das famílias é monoparental, chefiada por mulheres jovens, na faixa etária entre 20 e 30 anos. Com relação à inclusão no mercado de trabalho, majoritariamente, é em atividades relativas ao trabalho informal e com baixa remuneração. Entende-se que este estudo possibilitará aos gestores do Projeto Esperança planejar a implantação de oficinas de geração de renda, o que contribuirá para a melhoria da condição de vida da população residente no bairro “Sonia Maria”.

Referências

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**, 2.ed. São Paulo: Veras Editora Lisboa: C.P.I.H.T.S, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93 – 108.

_____(org) **A família contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/ organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região – Diretoria Provisória – 2. ed. São Paulo: O Conselho, 2006.

PROJETO ESPERANÇA – mimeo – 2005.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C.(Orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 414 f. 2006[Doutorado] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 47 – 59.

WEISSHAUPT, Jean Robert (Org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. 2. São Paulo: Cortez, 1988.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 2, n. 3 p. 33 – 40, jan/ jul 2001,

Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o exercício do Planejamento Urbano e Regional “Observatório das Cidades”

Program for Qualification of Municipal Public Managers for the exercise of Urban and Regional Planning “Research Center of Cities”

Programa de Capacitación de Gestores Públicos Municipales para el ejercicio de la Planificación Urbana y Regional “Observatório das Cidades”

Prof. Ms Luiz Roberto M. Machado - Mestre em Ciências Ambientais.
Universidade de Taubaté – Dep. Arquitetura
Pça Felix Guisard, 120 – Centro – Taubaté-SP
arq_lrm@terra.com.br

Prof. Ms Fabio Sanches – Mestre em Ciências Ambientais.
Universidade de Taubaté – Dep. Ciência Sociais e Letras
R. Visconde do Rio Branco, 22 – Centro – Taubaté-SP
fsanches@unitau.br

Prof. Dr. José Oswaldo Soares de Oliveira – Doutor em Teoria da Urbanização
Universidade de Taubaté – Dep. Arquitetura
Pça Felix Guisard, 120 – Centro – Taubaté-SP
jose.oswaldo@uol.com.br

Resumo

O Programa de Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o Exercício do Planejamento e Gestão do Território Municipal e Regional “Observatório das Cidades” constitui um conjunto de ações cujo desdobramento se efetivará a partir de duas diretrizes centrais: A configuração de um banco de dados sobre as experiências de elaboração de planos diretores participativos visando à constituição de um Núcleo Regional de Assessoria ao Planejamento e à criação do Observatório da Cidade tem como objetivo principal o acompanhamento das práticas de gestão de políticas públicas, vinculando-as ao programa de educação ambiental na rede escolar dos municípios. A atividade insere-se na perspectiva de promover ações multisetoriais associadas às práticas de gestão do território, para que sejam indicativas à realização de pesquisa social aplicada vinculada à atividades de capacitação e assessoria ao desenvolvimento de processos participativos na implementação do planejamento municipal e regional.

Palavras-chave: planejamento municipal e regional, planejamento participativo; políticas públicas capacitação e gestão

Abstract

The Program for Qualification of Municipal Public Managers for the exercise of Urban and Regional Planning “Research Center of Cities” is composed of a series of actions whose unfolding will be accomplished by means of two direction lines: the configuration of a data base on the experiences of elaboration of participative management plans aiming at the constitution of a regional Center of Assessment to the Planning and the creation of the Research Center of Cities that has as its main goal the supervision of the practices of management in public politics which is linked to the Program of environmental education in the public schools of the cities.

Keywords: urban and regional planning, participative planning, public politics, qualification and management

Resumen

El programa de capacitación de gestores públicos municipales para el ejercicio de la planificación y gestión del territorio municipal y regional, “Observatório das Cidades”, constituye un conjunto de acciones cuyo desdoblamiento se efectuará a partir de dos directrices centrales: la configuración de un banco de datos sobre las experiencias de elaboración de planos directores participativos, que busquen la constitución de un Núcleo Regional de Asesoría a la Planificación; y la creación del Observatorio de la Ciudad, que tiene como objetivo principal el acompañamiento de las prácticas de gestión de políticas públicas, vinculándolas al programa de educación ambiental en la red escolar de los municipios. La actividad se incluye en la perspectiva de promover acciones multisectoriales asociadas a las prácticas de gestión del territorio que sirvan de indicativo para la realización de investigaciones sociales aplicadas, vinculadas a las actividades de capacitación y asesoría al desarrollo de procesos participativos en la implementación de la planificación municipal y regional.

Palabras clave: planificación municipal y regional, planificación participativa; capacitación y gestión de políticas públicas

1. Introdução

O presente artigo apresenta o trabalho desenvolvido na Universidade de Taubaté, mediante a Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias, destacando o Programa “Capacitação de Gestores Públicos Municipais para o Planejamento Urbano e Regional”, identificado como Observatório das Cidades. Trata-se de uma proposição, em andamento, a qual vem se associar ao esforço institucional de democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico à sociedade, visando Propiciar a construção

de subsídios de modo sistemático, tanto aos setores técnicos como aos segmentos populares, em especial aos estudantes da rede pública de ensino

Ao longo do artigo, apresentam-se as bases teóricas sobre a qual se desenvolveu a proposição, em especial, destacando o complexo processo de urbanização no Brasil. Destaca-se assim, a urbanização contemporânea e também os limites e perspectivas de seu desenvolvimento. No caso, trata-se de compreender este processo, visando também ao seu desdobramento, para viabilizar a participação da sociedade na construção do território planejado. Portanto, em essência, os objetivos principais do presente Programa voltam-se à socialização do conhecimento produzido, mas estabelecendo esta socialização numa linguagem acessível a amplos setores da sociedade, inclusive favorecendo a possibilidade de reciclagem dos setores técnicos dos órgãos públicos, muitas vezes, com difícil acesso ao aprimoramento científico, em seu dia-a-dia.

Estes objetivos, assim, vêm ao encontro do atual estágio e dificuldades encontradas no campo de planificação e da participação popular, como pode ser verificada na inexpressiva presença e discussão social dos atuais Planos Diretores Participativos, em andamento na região do Vale do Paraíba. Parte desta constatação remonta ao desconhecimento destes instrumentos e, especialmente, de seu papel de ordenamento da realidade futura das cidades e da região, por parte destes agentes: da sociedade e do quadro técnico.

Ao longo do texto, apresentam-se aspectos da metodologia e também de parte dos resultados já obtidos, como ainda, vislumbra-se algumas perspectivas de trabalhos em curso.

1.1 Objetivos

O presente projeto se estrutura, buscando construir canais para se estabelecer entre a produção do conhecimento produzido, a possibilidade de ser sistematizada e disponibilizada a consulta pública “*on line*” – Acervo de Dados organizados em Portal do Vale - como também mediante, a análise crítica dos dados por integrantes da própria rede de pesquisadores e colaboradores, além de contar com contribuições da coletividade, oriunda de quadro técnico e social a ser capacitado. Este quadro, compreendido como agentes multiplicadores da prática participante da gestão e planificação do espaço social e campo da planificação regional. Inicialmente, projetados a partir de experiência piloto no município de Taubaté, a partir de construção de parceria de trabalho com o poder executivo municipal, além de outras instituições públicas, no caso relacionadas à rede escolar.

Soma-se a este o compromisso criar recursos técnicos para mediar o conhecimento produzido em linguagem, ou seja, traduzir as informações codificadas pela academia e demais instituições, em mensagens acessíveis, expressas em novas linguagens, próximas ao universo da população, em especial da rede escolar pública. Nesse caso, destacam-se a elaboração de produtos, como: Painéis, Gráficos, Históricos da Urbanização (cartografias, fotos, textos elucidativos); Mapas (etapas do processo histórico e contemporâneo da urbanização das cidades). Entre os objetivos específicos

encontram-se: a produção de recursos técnicos para a socialização do conhecimento no tocante ao processo histórico de produção de urbanização; a capacitação de quadro técnico no setor da planificação da região de geoinfluência do Vale do Paraíba paulista, mediante cursos e seminários; e a constituição de Portal de Dados e Análises sobre as cidades e região do Vale do Paraíba paulista, consolidando-se através de:

- a) Criação de página em *web*, aberta à consulta, em sistema de rede virtual;
- b) Organização de banco de dados referentes aos planos diretores dos municípios de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba;
- a) Elaboração de painéis do processo histórico das cidades e região;
- b) Capacitação de quadro técnico de gestores e planejadores na temática e ação participativa por meio de cursos de extensão universitária e pós-graduação (*lato sensu*);
- c) Criação de Seminários internos e Fóruns Coletivos para conhecer e ampliar as experiências, as visões presentes, voltados à capacitação do quadro técnico regional;
- d) Estabelecimentos de parâmetros institucionais e técnicos, passíveis de serem orientadores do desenvolvimento regional, compatibilizando demandas locais municipais e micro-regionais ao desenvolvimento estadual e nacional.

2. Revisão Bibliográfica

O processo de urbanização no Brasil imprimiu à organização do território uma marca caracterizada pela expansão periférica, pela segregação socioespacial e desigualdade socioambiental, resultantes das formas de inclusão precária aos quais foram submetidas amplas camadas da sociedade, configurando assentamentos precários, desprovidos de padrões urbanísticos, idealizados na esfera do poder público e referenciados nas premissas do planejamento urbano contemporâneo.

Autores como Maricato (1997, 2001) Rolnik (1997), bem como Villaça (1986), já realizaram exaustivas análises sobre esse processo.

O processo de urbanização no Brasil, que se acelerou na década de 1970, revelou a complexidade dos problemas que passaram a constituir o cenário das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Um indicativo da velocidade desse processo e da dinâmica socioespacial dele resultante se revelou no fato de que, em 1950, a população urbana representava 36% dos 18 milhões de habitantes do país, ao passo que, em 2004, esse índice elevava-se a 82%, de um total de 169 milhões de habitantes, como apontam Ribeiro e Cardoso (1994).

Instaurados ao longo desse processo, os modelos de planejamento praticados tiveram perfil eminentemente técnico e foram exercidos fundamentalmente na esfera do poder público, como setor que concentrava recursos disponíveis para investir nessa atividade, somado ao fato de se crer que não havia cultura suficiente na sociedade para participar, de forma direta, das decisões sobre os destinos da gestão do território.

Entre os meados da década de 1960 e 1970, intensifica-se a hegemonia do Serviço Federal de

Habitação e Urbanismo (SERFAU) e o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) para as cidades de médio e grande porte do Estado de São Paulo, como centros irradiadores de parâmetros de planejamento territorial a serem aplicados em escala nacional.

O planejamento sempre se associou ao binômio saber/ação - diagnóstico /intervenção. Para Villaça (1986), isso é característica de todo o pensamento urbanístico, desde socialistas utópicos (Fourrier, Owen), passando por tecnocratas como E. Howard e pelos modernistas, crença no diagnóstico científico e na técnica (Plano Diretor) como receita de solução para os “problemas urbanos”.

Isso demonstra a supremacia da razão tecnocrata no planejamento, que, para Villaça (1986), sempre acabou tendo uma forte carga ideológica, e aqui no Brasil, marcado pelo domínio do discurso, raramente foi aplicado.

Em linhas gerais, no Brasil, houve duas “linhagens” de planejamento: uma, que se inicia nos planos de embelezamento, que gera os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDIs) e outra, baseada nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), que gera Brasília e uma série de cidades novas de caráter moderno em seu planejamento.

O resultado, historicamente construído pelas práticas de planejamento, não impediu que se consagrasse:

- O contraste entre uma parte qualificada e uma parte que apresenta vários graus de desqualificação, em geral maior do que a primeira;

- A reafirmação de uma estrutura e de uma forma urbana que reproduzem a desigualdade socioambiental;

- A ameaça às regiões de preservação ambiental, devido às ocupações ilegais realizadas de forma precária no território:

- As dinâmicas do mercado imobiliário como produtoras de desigualdades no preço da terra;

- A ampliação de regiões que apresentam fragilidades ambientais que se tornam a “válvula de escape” das ocupações mais precárias, que não conseguem ocupar as melhores partes da cidade.

Nesse sentido, duas questões se apresentam correlatas no que tange à distância entre planejamento e as transformações objetivas no território que possibilitaram a configuração de um cenário urbano mais igualitário, ou ao menos, de minimização de contrastes.

A primeira refere-se ao hiato entre planejamento e gestão, seja pela ausência de processos, instrumentos e mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados que representassem legitimidade no corpo social, seja pela ausência de correspondência entre as diretrizes e instrumentos previstos e a alocação de recursos resultantes da formulação e aplicação do orçamento no âmbito do município. A segunda refere-se à dificuldade de alcançar níveis de desenvolvimento socioespacial compatíveis com a promoção de justiça social e de qualidade de vida para a maioria dos habitantes dos municípios brasileiros.

O quadro resultante da emergência de problemas urbanos associados aos modelos de planejamento praticados gerou, entre outros processos, o reforço das desigualdades promovidas pelo mercado

imobiliário; a legitimação das posições privilegiadas do território com o estatuto de “regular” e punindo os desfavorecidos com o estigma e com as dificuldades da “ilegalidade”; a elaboração de Planos Diretores gigantescos, sem relação com a capacidade de investimento do poder público; a legitimação indireta de remoções e despejos e o aumento da vulnerabilidade das áreas de preservação ambiental frente às ocupações predatórias.

Ao longo dessas últimas quatro décadas, cabe destacar as tentativas de profissionais da área de planejamento urbano e regional, de movimentos sociais e de pesquisadores em promover debates e propor alternativas aos modelos estabelecidos e a solução de problemas, tais como os já mencionados acima.

Com a regulamentação dos postulados do Estatuto da Cidade, tornou-se evidente a preocupação, contida em seus artigos 40 a 43, que busca estabelecer as diretrizes e exigências para garantir a participação popular na gestão do território.

As Resoluções 25 e 34 do então criado “Conselho das Cidades” contribuíram para reafirmar e normatizar os parâmetros que consagram a participação popular na gestão urbana.

Pensar sob a perspectiva da participação popular é refletir sobre as possibilidades de se transferir poder para setores mais amplos da sociedade, em busca de sua emancipação e autonomia.

Essa possibilidade, no entanto, de transformação das relações sociais e promoção de efetivo exercício de cidadania apenas se materializará, segundo Souza (2004), quando forem alcançados estágios de desenvolvimento socioespacial que puderem ser medidos pelo grau de justiça social e níveis de qualidade de vida que se lograr atingir.

Mas, por que empregar o conceito de desenvolvimento socioespacial que, na contemporaneidade, ampliou-se para desenvolvimento sustentável ou socioambiental? Socioespacial/ambiental, na medida que entendermos como Souza (2004, p. 61), ser o espaço/ambiente, palco, território, recurso em si, arena, lugar simbólico, identitário, no qual se materializa a vida em sociedade e que se torna a base material para o acesso às possibilidades de pertencer, de fato, à urbanidade e suas conquistas.

A tese produzida por Henri Lefebvre (1968, *apud* Reschilian, 2004) é esclarecedora quanto ao papel do espaço, ou seja, do território, como meio que possibilita ao capital se reproduzir e garantir controle social a uma minoria da população habitante da cidade. Sensíveis a essa compreensão, setores da intelectualidade brasileira, associados, muitas vezes, a setores organizados da sociedade civil e a movimentos sociais passam a empreender uma jornada na busca da reversão de um quadro de ocupação e gestão do território que contribui, cada vez mais, para a segregação e espoliação urbanas e para formas de inclusão precária.

O cenário, no qual o princípio da participação popular e a perspectiva de gestão democrática da cidade se afirmam, deriva de um consenso no qual a complexidade das questões urbanas

resultantes da dinâmica socioespacial contemporânea requer envolvimento de diferentes atores sociais na busca de legitimação de ações, visando ao alcance de desenvolvimento mais equilibrado. Torna-se importante ressaltar que, em que pesem as diretrizes do Estatuto da Cidade e as resoluções 25 e 34 do Conselho das Cidades no que tange à participação popular e à gestão democrática da cidade, há um longo caminho a percorrer para o cumprimento de tais pretensões. As possibilidades ou a efetividade destas diretrizes poderão se dar, na medida em que se permita aferir na organização do território a amplificação dos níveis de qualidade de vida e de justiça social, promovidos nas ações de planejamento.

Porém, o que parece ser essencial para a construção de uma ação autonomista e emancipatória da sociedade, na perspectiva da elaboração do planejamento territorial de forma participativa, é a capacitação e qualificação dos atores sociais, especialmente os representantes dos setores populares, uma vez que são esses, os grupos sociais mais afetados pela falta de investimentos públicos e pela precariedade das estruturas habitacionais urbanas.

Há que se ressaltar um outro elemento importante a ser considerado para a elaboração de processos participativos constitutivos de um novo planejamento. As diretrizes do Estatuto da Cidade transferiram ao município a atribuição de legislar sobre o uso do território, incluindo a área rural. Ou seja, caberá aos municípios a tarefa de planejar o conjunto do território em sua totalidade.

Se mencionamos a importância de qualificar e capacitar os atores sociais, será preciso capacitar os técnicos de planejamento para desenvolver métodos e parâmetros apropriados de análise da dinâmica socioespacial rural, incluindo-se nesse contexto as expectativas e perspectivas socioculturais dos moradores da denominada zona rural. A situação se torna mais complexa, na medida em que, atualmente, há contingentes populacionais habitantes de municípios, cuja atividade econômica, seja de indivíduos ou famílias, seja daquela desenvolvida na propriedade rural, não se associam diretamente a atividades de agricultura, pecuária piscicultura, granjas, etc.

3. Materiais e Método

Logo no início do trabalho verificou-se a necessidade de se desenvolver pesquisa e de se fazer levantamento de dados cartográficos, bibliográficos e documentais sobre a elaboração e desenvolvimento dos planos diretores dos municípios de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba, como um “projeto piloto”, para, posteriormente, expandir a metodologia de trabalho, gradativamente, aos demais municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. Os dados, arquivos digitais e publicações oficiais, foram adquiridos junto às prefeituras, agências governamentais, organizações não-governamentais e aos movimentos sociais envolvidos no processo de elaboração dos planos diretores dos municípios citados.

A cartografia disponível e suas interpretações foram organizadas em um banco de dados, no qual foram normatizados metodologicamente para posteriormente serem disponibilizados em um *link* intitulado “Observatório das Cidades”, no *site* da Universidade de Taubaté.

Tais produtos cartográficos digitais originalmente estavam disponíveis em formato DXF e DWG, referentes às características espaciais urbanas, plano viário, estrutura de saneamento básico (água e esgoto), e demais mapas temáticos. Após análise e normatização, foram transformados em extensões WMF, para fins de disponibilizá-los por meio da internet.

Uma vez analisados os dados referentes às ações dos planos diretores municipais e estipulados os parâmetros institucionais referentes às singularidades e semelhanças de cada proposta municipal, o “Observatório das Cidades” se propõe a oferecer aos respectivos órgãos públicos, organizações civis municipais (conselhos municipais, associações de moradores, Câmara Municipal etc), funcionários municipais direta e indiretamente envolvidos com a questão organizacional, cursos de extensão universitária de capacitação técnica nos quais a tônica central seja a gestão pública.

O estreitamento das relações entre o “Observatório das Cidades”, o “Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba” (CODIVAP) e os produtos obtidos mediante tal parceria, permitirá subsidiar a constituição de um Núcleo Regional de Planejamento e Gestão Territorial.

O Núcleo Regional de Planejamento e Gestão Territorial (NURPLAGET) apresentar-se-ia como um espaço para a discussão, análise de questões de ordem de planejamento e gestão territorial regional, a fim de apresentar propostas de ações acadêmico-práticas aos municípios regionais.

Por fim, como produto voltado à comunidade escolar, sobretudo no que se refere à formação e multiplicação de futuros agentes sociais envolvidos com a questão organizacional municipal, o observatório das cidades promoverá, por meio de ação junto à rede escolar, programa de educação ambiental e ação cidadã para o exercício da participação social, atuando junto às secretarias e diretorias de ensino dos municípios da região, enfatizando o município de Taubaté, através da integração das atividades de extensão educativa, voltadas ao trabalho de constituição de painéis sobre a urbanização e planificação dos municípios de geo-influência da região do Vale do Paraíba, e a sua socialização junto a rede escolar pública municipal e estadual dessa região, mediante a utilização de linguagens acessíveis e adequadas para sua interação com as diversas faixas etárias escolares do Ensino Fundamental e Médio.

4. Resultados preliminares

Após a fase de levantamento de dados e informações referentes aos municípios do “projeto piloto” (Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba), análise e sistematização das informações, verificou-se que: os planos diretores dos municípios relacionados estão em sua fase final de elaboração e

apresentação. Mesmo assim, observa-se que não houve, em nenhum momento, uma aproximação entre as equipes de elaboração, sobretudo nas discussões que envolvem questões de contexto microregional (tratamento de resíduos, mananciais de abastecimento, sistema viário e de transporte, políticas de habitação, lazer e saúde, etc).

Em relação ao desenvolvimento do *site* “Observatório das Cidades” foi necessário efetuar o tratamento dos dados, em especial das imagens e cartas temáticas, com o objetivo de criar uma uniformidade de apresentação, leitura e adequação da linguagem para que eles pudessem ser veiculados na rede virtual.

Paralelo a esse trabalho, propôs-se a criação de um curso de extensão universitária intitulado “Plano Diretor Participativo: desafio e perspectivas na implantação” com um total de 24 horas, voltado à comunidade acadêmica regional, técnicos municipais e a sociedade civil organizada, sobretudo às associações de bairros.

Considerando a divulgação de atividades vinculadas ao “Observatório das Cidades”, a equipe ministrou ciclo de palestras com as temáticas de alternativas de transporte público urbano e, gestão socioambiental urbana. Além de programas na Rádio e TV UNITAU e TV Metropolitana.

Nas escolas públicas municipais, foram desenvolvidos 6 ensaios pelos estudantes do 2º ano de Arquitetura e Urbanismo, na disciplina de Fundamentos Socioeconômicos da Arquitetura Urbana (Oliveira e Reschilian). Nestes trabalhos os alunos desenvolveram os conteúdos aprendidos sobre a urbanização brasileira, desdobrando-os em temas para os estudantes da rede escolar, associados à realidade dos bairros das escolas envolvidas.

A partir desses ensaios, e nos realizados nos anos anteriores, a equipe de estudantes do “Observatório das Cidades” está retomando a bibliografia básica estudada (Oliveira, 1982, O Estado Urbano no Brasil), para desenvolver recursos pedagógicos apropriados à linguagem das séries da Educação Básica. Parte desse trabalho foi exposto na feira de profissões da Universidade de Taubaté no ano de 2007, sob o título de “Acerte o Passo”, destacando a parte de audiovisual e de painéis, além de monitoria aos estudantes/visitantes.

O conjunto desse trabalho, ainda em estruturação e aplicação, está servindo de base para a continuidade dos trabalhos junto à rede escolar, ainda nesse ano letivo de 2007, com previsão para os anos de 2008, buscando socializar o acesso ao conhecimento sobre a urbanização brasileira, em especial em contraponto aos estudos da urbanização da realidade taubateana.

Referências

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 13)

COELHO, T. **O que é utopia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 12)

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo. FUPAM/EDUSP, 1999.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IGLÉSIAS, F. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

KOWARICK, L. (Org.) **As Lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

OLIVEIRA, F. O estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo, Cortez, 1982.

OLIVEIRA, J. O. S. de. **A quem interessa a urbanização clandestina?** São Carlos - SP, Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - EESC-USP, 1991. (Mimeogr.)

_____. **Dos campos da Mantiqueira aos Campos do Jordão**. São Paulo. Monografia apresentada à disciplina Apropriação da Terra e Trama Urbana no Brasil do curso de doutorado da FAUUSP, 1992.

_____. **A estância moderna internacional: A experiência do CPEU - FAUUSP em Campos do Jordão - SP**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2, 1997, Salvador. *Anais* ... Salvador: UFBA, 1997.

_____. **A estância moderna internacional**. São Paulo. Trabalho apresentado à disciplina Os processos de Planejamento e de Projeto Urbano do curso de doutorado da FAUUSP, 1992.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

QUEIROZ RIBEIRO, L.C. e PECHMMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C. Transferência, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, AA.L. Da cidade à nação. Gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Orgs.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

RESCHILIAN, P. R. **Elementos de Construção do Ensino de História da Arquitetura Brasileira e Exemplos de sua Divulgação em São Paulo: 1994-1999**. São Paulo: FAU/USP, 1999.

RESCHILIAN, P.R. **A Produção de Assentamentos Precários em São José dos Campos: a Favela Nova Tatetuba, um Exemplo para Análise**. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU/USP, 2004.

RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo, NERU, n.: 37, p.77-89, 1994.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional In: DEÁK, C.

SCHIFFER, S. R. (Orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SZMRECSANYI, M. I. Produção, apropriação e organização do espaço na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930). **Revista Sinopses**, São Paulo, FAUUSP, n.5. 1984.

_____. Rio e São Paulo: Raízes da Substituição da Metrópole Nacional. In: **Revista USP**, São Paulo: EDUSP, n.17, mar./maí. 1993.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: QUEIROZ RIBEIRO, L.C.; PECHMMAN, R. (Orgs.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

Projetos de Extensão de longo prazo: a possibilidade de avaliar impacto social

Long term Extension: the possibility to evaluate the social impact

Proyectos de Extensión a largo plazo: posibilidad de evaluar el impacto social

Profa. Dra. Maria Regina de Avila Moreira

Departamento de Serviço Social/ Universidade de Taubaté

Rua Voluntários da Pátria, 88/apto 14C – Independência – Taubaté – São Paulo

CEP 12.031-010.

reavila@unitau.br

Resumo

O propósito do artigo é o de discutir que as possibilidades de se avaliar impacto social por meio de projetos de extensão se efetivam pela sua amplitude, especialmente quanto ao prazo de execução. Para tanto, é preciso apreender que está se falando de projetos extensionistas com característica de contribuir para mudanças sociais de profundo e longo alcance, posto que, em geral, o requisito de extensão pressupõe a intervenção numa dada realidade. Ocorre que gerar impacto (mudança na qualidade de vida da população de forma constitutiva), primará, segundo o que se defende nesse artigo, uma intervenção que permita a execução planejada, construída com os sujeitos envolvidos, avaliação e monitoramento permanente. A discussão se baseia no projeto de extensão realizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté (UNITAU), sob o título “Projeto de Assessoria e Supervisão à Implantação do Sistema Único de Assistência Social aos municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e região Serrana”. A metodologia do projeto parte de uma avaliação conjunta com os gestores da assistência social para definir estratégias e modalidades a serem desenvolvidas. Portanto, parte de uma experiência concreta, em andamento e que se iniciou em fevereiro de 2007.

Palavras-chave: assistência social, impacto social e extensão

Abstract

The aim of present article is to discuss the idea that the possibilities of evaluating the social impact brought about by extension projects are achieved through their range, mainly when execution terms are concerned. Furthermore, its necessary and understanding on what extension projects aiming at wide range social changes are, assuming that, in general, university extension implies intervention in a given reality. It occurs that generating social impact (changes in the quality of life of the

population in a constitutive manner), according to what is assumed in this article, will imply an intervention which allows for a planned execution, built up with the subjects involved, evaluation and permanent monitoring. The present discussion is based on the extension project developed by the Department of Social Work of Universidade de Taubaté (UNITAU), entitled “Assessment and Supervision to the implementation of the Single System for Social Work to the cities in Vale do Paraíba, including the North Coast of São Paulo and its outskirts. It is an ongoing concrete experience, which started in February 2007.

Keywords: social work, social impact, extension

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir sobre las posibilidades de evaluar el impacto social por medio de proyectos de extensión, que se realizan en su amplitud, especialmente en lo que se refiere al plazo de ejecución. Por lo tanto, es necesario saber que los proyectos extensionistas poseen la característica de contribuir con mudanzas sociales de profundo y gran alcance, ya que por lo general, el requerimiento de extensión presupone la intervención en una determinada realidad. Generar un impacto; es decir, mudar la calidad de vida de la población de forma constitutiva reflejará, según lo que se defiende en este artículo, una intervención que permita la ejecución planeada, construida con los sujetos involucrados, evaluación y monitoramiento permanente. La discusión se basa en el proyecto de extensión realizado por el Departamento de Servicio Social de la Universidad de Taubate (UNITAU), bajo el título “Proyecto de Asesoría y Supervisión de la Implantación del Sistema Único de Asistencia Social a los municipios del Vale del Paraíba, Litoral Norte y región Serrana”. Por lo tanto, parte de una experiencia concreta, en andamio y que se inició en febrero de 2007.

Palavras chave: assistência social, impacto social, extensão

1 – Introdução

O propósito do artigo é o de discutir que as possibilidades de avaliar impacto social por meio de projetos de extensão, se efetivam pela sua amplitude, especialmente quanto ao prazo de execução. Para tanto, é preciso apreender que está se falando de projetos extensionistas com característica de contribuir para mudanças sociais de profundo e longo alcance, posto que, em geral o requisito de, extensão, pressupõe a intervenção numa dada realidade. Ocorre que gerar impacto, ou seja, mudança na qualidade de vida da população de forma constitutiva primará, segundo o que se defende nesse artigo, uma intervenção que permita a execução planejada, construída com os sujeitos envolvidos avaliação e monitoramento permanente. A discussão se baseia no projeto de

extensão realizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté (UNITAU), sob o título “Projeto de Assessoria e Supervisão à Implantação do Sistema Único de Assistência Social aos municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e região Serrana”. Portanto, parte de uma experiência concreta, em andamento e que se iniciou em fevereiro de 2007.

O Sistema Único de Assistência Social (resolução federal n. 145/05), normatiza a Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004. Constitui a universalização da assistência social como política pública e normatiza sua gestão em nível nacional. Significa afirmar que todos os entes federados deverão implementá-lo num prazo de oito anos, a fim de garantir um sistema de proteção social, além disso, implica em repasse de verbas dos níveis federal e estadual no que dizem respeito ao âmbito de suas competências. Desde 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993), já está posta a necessidade de municipalização da assistência social, a exemplo da saúde e da oficialização da mesma no campo da seguridade social. No entanto, sua consolidação só se apresenta a partir de 2004, quando diversos segmentos ligados à defesa da assistência social como política pública e no campo dos direitos sociais, consegue aprovar a primazia do Estado em sua condução e após anos de tentativa de repassá-la ao chamado terceiro setor no período de gestão do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, 1995).

A Política Nacional de Assistência Social (2005, p. 32-33), dispõe, como princípios e diretrizes, o que segue:

a) Princípios:

- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- Universalização dos Direitos Sociais, a fim de tornar o destinatário da ação da assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia ao seus direitos a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- Igualdade nos direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- Divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e de critérios para sua concessão;

b) Diretrizes:

- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis;
- Primazia e responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, programas e serviços.

A complexidade que envolve concretizar tais princípios e diretrizes resulta de um processo histórico-cultural que manteve a assistência social no limbo das políticas públicas, utilizada para acomodar e/ou minimizar pressões da demanda resultante das expressões da questão social. O fato de lidar prioritariamente com repasse de recursos tendo como contrapartida o retorno ao emprego, traduzido na sociedade como trabalho, fez com quem necessite da assistência social, um sujeito individualizado em suas necessidades, inclusive enquanto família, analisado como merecedor ou não da assistência, atribuindo forte valor moral ao atendimento e, ainda, moeda de troca em favor da política, conhecido como o clientelismo patrimonialista.

Estamos falando, portanto, em rupturas, com paradigmas tanto teóricos quanto práticos, na elaboração e execução da assistência social, os quais sobrevivem nas entranhas dos gestores, trabalhadores sociais, população e parcela da intelectualidade, que ainda perpetua uma concepção da assistência como atividade compensatória, provisória e, portanto, de menor importância, a ser inclusive, eliminada, numa perspectiva idealista de outro modelo de sociedade. O grande desafio é a apreensão do processo histórico brasileiro e a função estratégica, no Brasil, de uma assistência que prime por contribuir para uma sociedade que se aproprie da participação como direito. Para tanto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecerá a implantação de um sistema de proteção social, que responda às necessidades sociais e coletivas, por meio da provisão de medidas básicas e especiais.

A proteção social básica se inscreve por meio de um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios, para a redução e/ou prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais. No caso, consideramos risco social, a exposição de famílias e indivíduos à violação de direitos coletivos e desvantagens sociais, que, em geral, estão relacionados às vulnerabilidades que se explicitam nas condições sócio-econômico-políticas e culturais, a que está submetida a maior parcela da população brasileira, ou seja, vítimas da desigualdade social. Esse conjunto de ações está relacionado ao *mapeamento das vulnerabilidades sociais e contextos de risco*, e prevê, dependendo do porte dos municípios, a instalação dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS (PNAS, 2005, p. 90-91). Aplica as garantias de acolhida, segurança social de renda, segurança e convívio ou vivência familiar, comunitária e social, segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais. A organização dos CRAS's, deve assim, ter como referências a defesa social e institucional, a vigilância socioassistencial e a constituição de uma rede socioassistencial, que envolve a articulação com os órgãos públicos e privados. A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), também estabelecerá a Proteção Especial, que se volta à proteção de famílias e indivíduos em risco social e com direitos violados, tendo como base o estudo do território e complexidade/diversidade de tais riscos. Assim, busca, por meio da implantação de Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), a proteção de

O atendimento, portanto, se pauta pela constituição de equipes qualificadas e que possam interagir com a proteção básica e órgãos relacionados à justiça. Salienta-se que a implantação de tais proteções está intrinsecamente ligada à intencionalidade dos gestores públicos municipais, como condição política de sua efetivação à realidade local, como requisito orçamentário/financeiro para sua aplicabilidade e a competência de gestão e de trabalho para sua incorporação prática. Isso demanda: negociação, pactuação, qualificação permanente e monitoramento das ações.

Nessa perspectiva, o Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté e a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias, lançaram o Projeto de Extensão “*Assessoria e Supervisão à Implantação do Sistema Único de Assistência Social aos municípios do Vale do Paraíba*”, hoje estendidos aos municípios do Litoral Norte e Região Serrana.

A Universidade se legitima por suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o que destaca a importante inserção em nível regional da UNITAU. Significa a premência em desenvolver projetos vinculados às necessidades regionais, traduzidos por pesquisas que se constituam a base de formação acadêmica e retornem à comunidade como produto que venha a efetivar mudanças sociais.

Os municípios precisam desenvolver ações que contemplem tanto a realidade local, como fatores que são determinados pelo contexto social mais amplo. Trata-se, portanto, de uma mudança de padrões e conceitos na área da assistência social, que exigem pesquisa constante e ainda, o envolvimento de variados segmentos sociais.

Para cumprir a Política Nacional de Assistência Social, condição, requisito, inclusive para repasse de recursos financeiros, os municípios deverão empreender esforço que está relacionado à capacidade de diagnosticar a realidade local e definir padrões de assistência social básica e especial, de média e alta complexidade, constituindo assim, a rede de proteção.

Nesse sentido, a Universidade pode e deve instrumentalizar esses municípios, por meio de pesquisa, assessoria e supervisão, à implementação do Sistema Único de Assistência Social, o que colocará a Universidade cumprindo sua função vital de pesquisa, ensino e extensão voltada à comunidade. assim, ter como referências a defesa social e institucional, a vigilância socioassistencial e a constituição de uma rede socioassistencial, que envolve a articulação com os órgãos públicos e privados.

O Sistema Único de Assistência Social no contexto do Vale do Paraíba

O Vale do Paraíba congrega 43 municípios que apresentam um porte demográfico que variam entre menos de 10 mil a 600 mil habitantes, os quais se caracterizam pela diversidade econômica, histórica e social, ainda que guardem semelhanças quanto às repercussões do processo histórico brasileiro. Pode-se, inclusive afirmar que o Vale do Paraíba viveu os momentos de mudanças políticas e econômicas de maneira intensa. Como tal, as contradições estão presentes no cotidiano desses municípios. A região apresenta municípios ainda dependentes de uma economia agrária, tendo desenvolvido o setor de serviços. Por resquícios de uma política clientelista e populista, o tratamento dado à assistência social enfrenta o paradoxo de precisar avançar em função de uma direção legal, o que significa romper com essa concepção, e a pressão local pela manutenção do assistencialismo que se vincula à reprodução dos poderes constituídos. Contudo, os municípios cuja industrialização impulsionou o crescimento, vivem de forma mais veemente as conseqüências do neoliberalismo. Trata-se tanto do processo de precarização das relações de trabalho e desemprego, como da perspectiva de privatização do Estado. Trabalhar na implantação do SUAS, portanto, é assumir a tentativa de estabelecimento da assistência social como política de direito, numa conjuntura adversa. Até porque, como Brisola (2003) avalia, o Vale do Paraíba convive com duas modalidades de pobreza. Aquela concentrada no chamado Cone Leste, que é resultado da derrota da política agrária (1920/1930) e a que vive das repercussões do neoliberalismo.

Importante ressaltar que, entre outras diretrizes, o SUAS determina a necessidade de se concretizar o sistema de proteção social pela lógica dos territórios, o que significa ultrapassar fronteiras para qualificar a implantação de serviços que atendam as necessidades da população, não apenas pelo corte da renda, mas incorporando a dimensão cultural. Exige, portanto, enfrentar conceitos arraigados na moral que manteve no Brasil, a assistência no patamar de barganha política, manutenção de *status quo* e controle dos pobres.

Em estudo recente sobre a implantação do Sistema Único na Região, Souza (2006), sinaliza, em suas conclusões, importantes considerações. Entre outros pontos relevantes, destacamos alguns. Levanta que há um atraso no nível de gestão na área da assistência social em relação ao Brasil, o que indica que um dos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social está aquém da necessidade. Tanto a nomenclatura como o lugar da assistência social na estrutura organizacional dos municípios é diversificado, o que dificulta a visibilidade da assistência e a escamoteia como política pública. Não há incorporação quanto às funções de vigilância e defesa de direitos socioassistenciais, predominando a idéia que efetivar assistência é exclusividade da prestação de serviços. É preciso superar tal ativismo, a fim de se constituir a assistência como resultado de pesquisa, estudo e principalmente, participação dos usuários. Além disso, chama atenção para a burocratização dos Conselhos Municipais da Assistência, que acaba por fragilizar uma das mais importantes diretrizes

desse processo que é o controle social. Por fim, Souza (2006, p.176) dirá:

[...] o atual estágio em que se encontra a gestão da política de assistência social em seus diferentes aspectos demonstram a baixa expressão política da assistência social, permanência de sua inespecificidade, tímido alcance de proteção social não contributiva e a prevalência do caráter privado em detrimento do público.

Essas breves considerações, remetem ao enorme desafio que os municípios brasileiros já estão enfrentando, em especial os protagonistas da área de assistência social, cuja responsabilidade está em construir um sistema nacional de proteção social, a partir da qualificação dos municípios. As tarefas estão em diferentes e complementares ordens. Da incorporação da pesquisa como condição de trabalho, passando à capacitação dos sujeitos e à implantação de serviços em rede, aos municípios compete operacionalizar a política. No entanto, entende-se que a Universidade possui a responsabilidade de instrumentalizar a região para tal empreitada, o que significa reverter ao próprio processo de formação profissional à realidade regional com a garantia do rigor das dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Os objetivos do projeto compreendem:

- Apoiar os municípios do Vale do Paraíba no processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social;
- Garantir o cumprimento da função social da Universidade no que diz respeito à participação no desenvolvimento da região do Vale do Paraíba;
- Sistematizar e produzir dados sobre a Região do Vale do Paraíba;
- Inserir os alunos de Serviço Social em ações voltadas à melhoria da realidade social na região;
- Possibilitar capacitação continuada aos profissionais da Assistência Social no Vale do Paraíba.

A metodologia de intervenção, além de contatos e divulgação de âmbito institucional, prevê a efetivação de modalidades a partir das necessidades apontadas pelos municípios requisitantes, como veremos a seguir. Salienta-se que, para 2007, a contrapartida dos municípios restringiu-se ao transporte e alimentação dos professores e alunos. Para 2008, estuda-se a possibilidade de repasse de bolsa de estudos aos alunos extensionistas.

2 – Modalidades do Projeto e suas expressões na assistência social

2.1. Consultoria e assessoria aos gestores municipais para discussão de estratégias com o objetivo de adequação da Assistência Social ao Sistema Único de Assistência Social. Tal eixo está vinculado ao estabelecimento de contrato e demais modalidades a serem desenvolvidas. São realizados encontros com os gestores, para apresentação do município e da realidade da assistência social local e posterior aprovação da proposta. Essa modalidade é a única que se caracteriza como requisito às demais, podendo, inclusive ser a única a ser efetivada.

Nos municípios em que o projeto está atuando – total de sete até o momento, dependendo do porte, da realidade e das necessidades, a tarefa de assessorar e dar consultoria aos gestores quanto à implantação do SUAS, assume a dimensão total do projeto. Observa-se que o cadastramento dos municípios no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, levou-os a enquadrar os projetos que desenvolviam a fim de se habilitarem e não perder os financiamentos. Isso não foi suficiente para a execução da assistência nos moldes da PNAS e nem sequer a compreensão das mudanças a serem realizadas para tal. Dessa forma, a discussão sobre o significado da assistência em outro patamar, tem exigido a dedicação junto aos gestores diretos da assistência social, bem como o gestor do poder executivo, quando se trata de abordar mudança de estrutura, orçamento e realização de concurso público. De todo o modo, essa primeira modalidade pode acumular com as demais, posto que essa negociação fundamenta-se como um processo dinâmico. Dos municípios em assessoria, apenas um apresentou como demanda inicial, a necessidade de adequação da estrutura do órgão da assistência e levantamento de funções a serem enquadradas como cargos, tanto comissionados quanto efetivos. Para isso, o projeto dedicou-se a estudar alguns organogramas já adequados e propor aquele que contemplasse a realidade municipal, em descrição de atividades e atribuições para cada organismo interno. Os demais demonstraram preocupação com o mapeamento das vulnerabilidades para adequar o trabalho dos CRAS e CREAS, bem como a capacitação da equipe de trabalhadores sociais, foco ao qual o projeto tem se pautado: considerar a dimensão interdisciplinar na elaboração e execução dos projetos sociais, bem como a participação dos usuários da assistência.

Nessa fase, o projeto levanta dados gerais dos municípios, por meio de um instrumental *on line*, para elaborar proposta completa nas modalidades apontadas, incluindo estratégias, custos e cronograma. Importante lembrar que, como projeto de extensão, há necessidade de aprovação de Lei Municipal, autorizando convênio com a UNITAU e elaboração de termo aditivo para a especificidade do projeto. Esse também se caracteriza como um momento de negociação, que tem possibilitado a aprovação de Lei em diversos municípios (dos sete, apenas dois tinham convênio com a Universidade), o que abre a possibilidade de inserção de outros projetos de extensão.

2.2. Realização de levantamentos e pesquisas locais para sistematização de dados que subsidiem a adequação da assistência a o SUAS:

Tal modalidade pode-se dizer que é o processo de mapeamento socioterritorial propriamente dito. Dos sete municípios, cinco o definiram como prioridade, sendo um deles, em conjunto com a estruturação da Secretaria e outro, em conjunto com a capacitação. A condição mais importante do mapeamento é entendê-lo como um instrumento estratégico para a definição das ações. Requer a leitura e cruzamento de dados já existentes, entre os quais o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estudos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

(SEADE), os produzidos pelo município, em geral como pesquisa de instrumentação dos Planos Diretores, os dados produzidos pelo Programa Saúde da Família e àqueles concentrados na própria assistência social, apresentados de forma empírica, mas que podem ser formatados com consistência, para a manutenção de um banco de dados.

Ainda que a importância da postura investigativa sempre estivesse presente, a dimensão que alça com o SUAS, o constitui como uma nova demanda para os trabalhadores sociais e, ao realizá-lo, temos apreendido a necessidade de capacitação específica para cumprir essa tarefa. Aí, envolve tanto os destinatários do Projeto de Extensão, como seus participantes: alunos e professores. Questões como: estabelecer indicadores sociais, delimitar territórios e, ainda, o mecanismo básico, para definir vulnerabilidade, risco social e desvantagem pessoal, a fim de indagarmos o que precisamos saber, têm sido recorrentes nessa modalidade. Nessa direção, o Projeto tem orientado a realização de mapeamento em regiões, prioritariamente, já indicadas como densas do ponto de vista demográfico e que se apresentam como demandatárias qualitativa e quantitativamente da assistência social. Tal processo mostrou que os dados já existentes, embora fundamentais, são insuficientes para levantar vulnerabilidades importantes para a assistência social. Entre elas, violência doméstica e sexual, dependência química e suas expressões; exploração do trabalho infantil, para além daqueles identificados pelos Conselhos Tutelares; segmentos em risco, como a juventude, entre outros. Portanto, o mapeamento passou a se constituir como um projeto específico. Exigiu a elaboração de instrumentais para coleta de dados, com participação de membros da equipe e alunos da UNITAU, como o apoio de outros núcleos de Pesquisa e/ou setores, como foi o caso do Núcleo de Pesquisa de Estatística Social (NUPES) e da Informática, a fim de organizar o instrumento de coleta cuja opção foi o Sphinks. Como o conhecimento da demanda que chega à assistência, vem por procura espontânea e/ou denúncia, foi necessário estabelecer a aplicação de um instrumental de mapeamento por amostragem estratificada. No entanto, em todos os municípios, a equipe necessitou realizar o que estamos caracterizando como cartografia, ou seja, a contagem do número de ruas e domicílios por bairro. Outro requisito é a participação das organizações dos bairros. No entanto, ainda que solicitemos tal abertura e mesmo reunião para apresentação do trabalho, apenas um município, por meio da assessoria de relações comunitárias, o fez. Nos demais, durante o levantamento, precisamos identificar e explicar nossa presença na região. De todo o modo, tem se caracterizado como um dos eixos mais importantes do projeto, além de se constituir como uma fonte de dados que irá gerar análises tanto para os municípios, como para a comunidade acadêmica. Nos projetos, consta prazo para aplicação, análise e devolutiva dos resultados, os quais hoje, se encontram na fase de aplicação do instrumental. É a partir de tais informações que será possível uma gama de definições, como: prioridade para implantação de CRAS e CREAS; projetos, programas e serviços a serem executados; constituição da rede socioassistencial, de acordo com as necessidades apresentadas. Esse é um processo que modifica a ação da assistência social, cuja prática vinculou-se historicamente à execução de projetos com verbas carimbadas e a partir do desejo dos gestores em realizar algum trabalho social diferenciado. O mapeamento, portanto, é

central para indicar o impacto social que abordamos mais à frente.

2.3. Capacitação da equipe técnica dos municípios nos seguintes módulos:

- a. Atualização quanto às concepções expressas no SUAS e respectivas Normas Operacionais Básicas;
- b. Qualificação da equipe técnica para o trabalho com famílias.

Essa modalidade procura qualificar a equipe de trabalhadores sociais, conselhos e demais agentes político-institucionais, para atender, e, principalmente incorporar os eixos expressos no SUAS, a saber: a concepção sócio-histórica do trabalho com famílias, atendendo a diretriz de sua matricialidade e a importância da participação dos usuários no controle social das ações. A capacitação pode se restringir ao âmbito da discussão da Política Nacional da Assistência Social, ou pode exigir a elaboração de cursos específicos de extensão, como o trabalho sócio-educativo com famílias, o atendimento a segmentos vulnerabilizados quanto à violência doméstica, exploração do trabalho infantil, população de rua e migrantes. Embora tais trabalhos estejam inscritos no SUAS, há que se formar os trabalhadores para que possam aprofundar concepções à luz da realidade que já vivenciam, o que exige mais que uma capacitação da Política como uma declaração de intenções. Dos municípios partícipes do projeto, apenas um mostrou-se preocupado em garantir a qualificação da equipe como pré-requisito para implantação do SUAS, ainda que o projeto para o município, esteja organizado para dar conta tanto da capacitação como do funcionamento, especialmente, do CRAS. Para tanto, intervimos com uma metodologia participativa, em que, apesar de uma programação prévia discutida e aprovada, elementos têm sido introduzidos para contemplar a realidade das demandas e da própria capacidade do município em garantir o que se tem concluído. Em razão disso, alguns passos se mostraram fundamentais. Entre eles, reconstruir a história da assistência local, contextualizando-a no âmbito local e municipal. Isso dá a dimensão dos avanços, recuos e politiza a política da assistência, porque permite a manifestação das posições políticas e ideológicas que subsidiam as relações profissionais com os usuários e a própria concepção da assistência social, enquanto política, num país com as características histórico-culturais como o Brasil. Discussões como qual o lugar e função da assistência, seus limites e possibilidades têm sido fundamentais no processo de capacitação. Já no que diz respeito à Política Nacional, debater os significados e diferenças entre princípios, diretrizes e objetivos, vem se constituindo como marcas para localizar, o que já possuem enquanto arcabouço e apoio institucional e aquilo que precisarão estrategicamente reivindicar. No momento, estamos discutindo a implementação dos CRAS's. Enquanto política básica trabalha-se para que essa dimensão não se assemelhe aos mínimos sociais, mas incorpore mecanismos que explicitem a assistência como política de direitos. Assim, a qualificação para exercer as funções da assistência é da maior importância. O CRAS, portanto, deve abarcar, além daqueles programas, projetos e serviços já estabelecidos como básicos, demais funções, entre elas: a defesa social e institucional, a vigilância e articulação da rede sócioassistencial. Embora a direção precise de instrumentos para cumprir tais funções no âmbito do

e materialmente, com recursos humanos e com uma gestão, também vinculados a esses propósitos. A capacitação, portanto, procura articular essa necessidade às possibilidades concretas de sua execução.

2.4. Supervisão Técnica:

Pode-se afirmar que a supervisão técnica ocorre concomitante às modalidades apresentadas anteriormente, tendo em vista que todo o processo incorpora a equipe e volta-se às dinâmicas locais. Porém, não é essa a perspectiva do projeto. A supervisão técnica se coloca como uma dimensão de acompanhamento ao trabalho a partir das bases estabelecidas durante a presença do projeto no município. Concentra-se aqui a constituição do monitoramento das ações, o que também requer a elaboração, aplicação e validação de instrumentais quali-quantitativos. Embora em ação, de fato, há apenas seis meses, nos municípios, antes mesmo do processo avaliativo do período de cada um, o qual varia entre três e quatro meses, já há o levantamento das demandas para 2008. Aqueles que priorizaram o mapeamento, apontam a necessidade de capacitação dos trabalhadores sociais. Aqueles que já se encontram em capacitação, discutem a necessidade de realizar o mapeamento para direcionar melhor suas ações. O projeto de assessoria, portanto, canaliza múltiplas dimensões à concretização da assistência normatizada pelo SUAS, como a importância de realizar concurso público. Em todos os municípios que atuamos, já se está abrindo editais para a seleção. A construção do Plano de Cargos, Carreira e Salários, propósito inédito na área, também se constitui como uma demanda. Portanto, a supervisão permanente acaba se tornando um requisito para os municípios avaliarem os avanços do Sistema Único.

O período de acompanhamento, ainda que o termo aditivo dos convênios seja estabelecido anualmente, tem sido apresentado em torno de cinco anos, o que confere ao projeto a dimensão de médio a longo prazo para cada município. Como a entrada se dá por procura deles, pode-se afirmar que seu funcionamento precisa estruturar-se para tal amplitude.

3 – O significado da extensão universitária em projetos de longo prazo

Ao apreender a extensão como uma dimensão da Universidade, que compõe com o ensino e a pesquisa, entende-se que a Universidade possui a responsabilidade de instrumentalizar a região para tal empreitada, o que significa reverter ao próprio processo de formação profissional à realidade regional com a garantia do rigor dessas dimensões.

Avaliar impacto, por sua vez, significa apreender não somente os resultados da assistência social nos municípios, o que é fundamental,. Exige avaliar também o envolvimento da comunidade acadêmica, especialmente quanto ao significado para a formação profissional, o desenvolvimento

de pesquisas e publicação de artigos. A mobilização dos alunos tem sido em média de 50, entre os extensionistas e aqueles que participam do mapeamento. Importante esclarecer que o projeto conta com doze alunos que participam integralmente de todas as ações de planejamento. A distribuição por municípios ocorre a partir da identificação com as demandas e com a disponibilidade. Em geral, o projeto atua quinzenalmente. Tal constatação coloca o projeto na perspectiva de se constituir como um programa institucional de estágio. Quanto ao impacto do projeto de extensão nos municípios, há que se considerar questões de ordem teórica e política, no que diz respeito à especificidade da assistência social e seu poder de alcance qualitativo e quantitativo quanto à superação das vulnerabilidade e garantia de proteção social. De todo o modo, alguns indicadores podem ser constituídos como parâmetros, tais como:

- a concretização do mapeamento socioterritorial e a implantação de ações voltadas a ele; a articulação da rede socioassistencial intra e extra institucional;
- a participação política qualificada de avaliação dos usuários em todos os espaços da assistência social;
- a redução e/ou eliminação dos riscos identificados; a organização estrutural e funcional do órgão gestor da assistência social.

Tais elementos consubstanciam um referencial para avaliação do impacto do referido projeto, o que, como já foi alertado, depende do tempo de execução, que no caso, há que se buscar em longo prazo.

Do ponto de vista da Universidade, há que se considerar:

- o envolvimento institucional;
- a participação e avaliação dos alunos extensionistas quanto à contribuição ao processo de formação;
- a reversão do aprendizado em projetos de iniciação científica e a consolidação da Universidade como uma referência regional no âmbito da assessoria.

4 – Considerações Finais

Nunca é demais lembrar que, tanto o projeto em questão, como a própria implantação do Sistema Único de Assistência Social, vivem um processo de construção. Ainda que algumas conclusões possam ser ressaltadas, o maior trabalho e conseqüente empenho, está por vir. A elaboração de instrumentais e devidas metodologias de aplicação para a avaliação dos impactos levantados acima é uma dessas tarefas.

Cada momento fomenta um outro. No que diz respeito ao conteúdo do SUAS, muitas questões estão conclusas, entre elas podemos elencar:

- O SUAS pode apenas ser um novo modelo de gestão sem modificar as bases assistencialistas, o que está vinculado a outras demandas;
- Há a necessidade de articular incisos da LOAS, para caracterizar o que é demanda para proteção básica e especial;
- Aprofundar conteúdos arraigados histórica e culturalmente no âmbito da assistência social é condição para a concretização do SUAS;- A aplicação de metodologia de capacitação, aplicação de instrumentais e repercussão na gestão, está diretamente relacionado aos contextos e participação dos sujeitos envolvidos no município;
- O projeto tem se consolidado como estratégico para que a assistência social alcance o status de política pública, seja pela reestruturação dos órgãos gestores, como pela realização de concursos públicos;
- O projeto também tem se constituído como uma referência na região, tendo em vista a solicitação de assessorias já programadas para o próximo ano;
- Para o ensino, no caso específico e ainda restrito ao Serviço Social, o projeto tem qualificado os estudantes para a intervenção nas diversas dimensões da assistência social: da gestão à elaboração de projetos e estratégias de intervenção;
- Os alunos extensionistas realizarão seus Trabalhos de Conclusão de Curso a partir dos conteúdos e experiências do projeto, além de já estarem participando de Encontros de Iniciação Científica e organizando oficinas para o Curso sobre o tema.

Referências

BRISOLA, E. M. **A Cultura Política e Conselhos de Assistência Social: o caso do Vale do Paraíba**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2003

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004

MOREIRA, M.R. **A Projeto de Extensão: Assessoria e Supervisão à Implantação do Sistema Único de Assistência Social no Vale do Paraíba**. Taubaté:UNITAU, 2006, mat. Mimeo

OLIVEIRA, F. “Neoliberalismo à Brasileira”. In : SADER, E e GENTILI, P. (orgs). **Pós-Neoliberalismo- as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, M. F. **Implementação Municipal do SUAS – Sistema Único de Assistência Social: balanço das condições de gestão em Municípios do Vale do Paraíba**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

**Relato de Experiência do Grupo de Atendimento à Vitima de Violência Sexual (GAVVIS)
da Universidade de Taubaté**

**Experience History of the Sexual Violence Support Group (GAVVIS) of the University of
Taubaté**

**Relato de la Experiencia del Grupo de Atención a la Víctima de Violencia Sexual
(GAVVIS) de la Universidad de Taubaté**

Profa. Dra. Valéria Holmo Batista – Mestre e Doutora em Medicina pela USP; Professora Assistente Doutora da UNITAU⁽¹⁾

Profa. Ms Ana Lucia De Faria – Mestre em Ciências Ambientais pela UNITAU e Professora Assistente III do Departamento de Enfermagem da UNITAU⁽²⁾

Profa. Ms Cláudia Aparecida Aguiar Araújo – Mestre em Enfermagem pela UNIFESP e Professora Assistente III do Departamento de Enfermagem da UNITAU⁽³⁾

Prof. Ms Avelino Alves Barbosa Júnior_ Mestre em Ciências Ambientais pela UNITAU e Auxiliar Docente da UNITAU⁽⁴⁾

Endereço para correspondência:

⁽¹⁾Rua Aarão Areão, 156 Jd. Maria Augusta – CEP: 12070-040 Taubaté - SP

⁽²⁾Avenida Imigrantes, 1032 Bloco 6 Ap.13 Quiririm – CEP: 12043-490 Taubaté - SP

⁽³⁾Rua Dr. Silvio Franco de Siqueira, 156 Jataí – CEP: 12282-040 Caçapava - SP

⁽⁴⁾Avenida Itália, 344 Independência – CEP: 12030 -212 Taubaté - SP

⁽¹⁾ Para troca de correspondência

Endereço eletrônico:

(1) valeriahb@unitau.br

(2) anadinda2002@yahoo.com.br

(3) claudiaraujocpv@yahoo.com.br

(4) professoravelino@aasp.org.br

Resumo

O Grupo de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS), criado em 2004, na forma de projeto de Extensão da UNITAU, atendeu, em três anos, 50 vítimas de violência sexual. O objetivo do projeto foi criar um grupo multiprofissional com a função de melhorar a qualidade do atendimento à vítima de violência sexual na cidade de Taubaté e região; e normatizar o atendimento a essa população. A metodologia utilizada foi o treinamento da equipe de emergência do Pronto Socorro de Ginecologia e Obstetrícia, dos médicos residentes e dos profissionais que tivessem contato com a vítima, como policiais militares e funcionários do hospital desde a portaria até a recepção. O resultado foi que, em todos os atendimentos, foi cumprido o protocolo baseado na norma do Ministério da Saúde e em três anos não houve nenhuma doença sexualmente transmissível, nenhuma gestação decorrente de estupro e os pacientes e familiares foram atendidos pelos psicólogos em seis sessões para redução do stress pós-traumático. O GAVVIS foi divulgado pela mídia da região em todos os eventos promovidos e pelos indivíduos que fizeram o treinamento.

Palavras Chaves: violência sexual, atendimento multiprofissional

Abstract

Sexual Violence Support Group (GAVVIS), created in 2004, as an Extension project of UNITAU, took care of 50 victims of sexual violence in three years. The goal of the project was to create a multidisciplinary team group, with the task of improving the quality of the attendance to the victim of sexual violence in the city of Taubaté and region, and standardize the attendance to this population. The used methodology was the training of the emergency team of the Gynecology and Obstetrics Ready Aid, the resident doctors and the professionals who had contact with the victim, as military policemen and employee of the hospital ; from the entrance to the reception. The result was that in all the appointments it was fulfilled the protocol based on the norm of the Health Ministry and along the three years it did not have either sexually transmissible illness, or resulting gestation from rape. The patients' family and had received care from the psychologists in six sessions in order to reduce the stress after-trauma. The GAVVIS was spread by the media of the region in all the promoted events and by the individuals that had made the training.

Keywords: sexual violence support, multidisciplinary team

Resumen

El Grupo de Atención a la Víctima de Violencia Sexual (GAVVIS), creado en 2004, como proyecto de extensión de UNITAU, asistió a 50 víctimas de violencia sexual durante tres años. El objetivo del proyecto era crear un grupo multiprofesional, con la tarea de mejorar la calidad de la atención a la víctima de violencia sexual de la ciudad de Taubaté y de la región y normalizar la atención a esta población. La metodología utilizada fue el entrenamiento del equipo de urgencias ginecológicas y de Obstetricias, de médicos residentes y de los profesionales que tenían contacto con la víctima, como policías y empleados del hospital, desde la portería hasta la recepción. El resultado fue que, en todas las asistencias, el protocolo basado en las normas del Ministerio de la Salud fue debidamente

cumplido, en tres años no hubo ninguna enfermedad sexual transmisible, ningún embarazo por la violación y los pacientes y sus familiares fueron asistidos por psicólogos en seis sesiones para la reducción del estrés postraumático. El GAVVIS fue divulgado por los medios de comunicación de la región en todos los eventos promovidos y por los individuos que hicieron el entrenamiento.

Palabras clave: violencia sexual, atención multiprofesional

Introdução

A violência sexual é fenômeno universal que atinge todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas, ocorrendo em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. A diferenciação rígida de papéis entre homens e mulheres, as noções de virilidade ligadas ao domínio e à honra masculina, comuns na nossa sociedade e cultura, são fatores de violência de gênero. A violência de gênero é caracterizada como qualquer ato que resulta em sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive atos como privação da liberdade, maus tratos, castigo, pornografia, agressão sexual e incesto (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005).

A violência sexual representa uma parcela importante dos casos de violência em nossa sociedade e afeta especialmente mulheres. Essa violência, em particular o estupro, atinge, sobretudo, meninas, adolescentes e mulheres jovens no Brasil e no mundo. Os estudos mostram que a maior parte da violência é praticada por parentes, pessoas próximas ou conhecidas, tornando o crime mais difícil de ser denunciado (BRASIL, 2005).

Acredita-se que o número de vítimas seja maior, cerca de 10 a 35% das mulheres são vítimas de violência sexual alguma vez na sua vida, porém não é possível avaliar a prevalência da violência sexual, pois a minoria das vítimas denuncia o fato ou procura atendimento, sendo que um dos fatores que contribuem para a subnotificação de casos de violência sexual é a falta de capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento à vítima (FAÚNDES, 2006; MARINHEIRO; VIEIRA; SOUZA, 2006).

Os profissionais de saúde estão em posição estratégica para o diagnóstico e a atuação no problema da violência, em especial à violência contra a mulher. Por medo, vergonha ou mesmo por considerar os obstáculos encontrados em sua trajetória para denunciar e obter assistência e proteção, a maior parte das mulheres omite a violência sofrida. Nos últimos anos, múltiplos esforços, na maior parte dos países, têm procurado modificar a resposta dos serviços de saúde aos casos de violência (BRASIL, 2005).

O primeiro contato da vítima com o serviço de saúde, geralmente é realizado em pronto socorro. Neste momento, a vítima apresenta-se fragilizada, sente vergonha, culpa, medo e está deprimida. Diante dessa situação, a vítima necessita, dentre outros cuidados, de acolhimento. Cabe aos profissionais que atendem à vítima de violência sexual, manter uma postura cuidadosa e sensível, fazendo com que a vítima sinta-se acreditada e acolhida, sem julgamentos ou manifestações pessoais. As vítimas de violência necessitam mais do que apenas a aplicação de protocolos, esperam receber um atendimento humanizado, digno, respeitoso e acolhedor, que as protejam da revitimização (ROSAS, 2004).

A necessidade da abordagem multiprofissional no atendimento de mulheres que sofrem violência sexual está diretamente relacionada à complexidade da situação e à multiplicidade de conseqüências impostas às vítimas (ANDALAF NETO; MATTAR, COLÁS, 1999; HEDIN, 2000; OLIVEIRA, et al., 2005).

Esse tipo de violência pode implicar a ocorrência de problemas de saúde física, reprodutiva e mental, como lesões corporais, gestação indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), fobias, pânico, síndrome do estresse pós-traumático, depressão e outras alterações psicológicas, e também de problemas familiares e sociais, como abandono dos estudos, perda de empregos, separações conjugais, abandono de casa e outros. A violência sexual também acarreta a procura mais freqüente dos serviços de saúde, por queixas vagas, variadas ou de repetição (FAÚNDES, 2000; DREZETT, 2004).

Mattar (2007), diante do reconhecimento da violência sexual como um agravo à saúde e à violação dos direitos da mulher, relata a importância de grupo de atendimento às vítimas de violência sexual composto por uma equipe multiprofissional para prestar assistência completa e de qualidade.

Objetivo

Prevenir e tratar os agravos resultantes da violência sexual e acolher as vítimas com objetivo de conferir qualidade e humanização à assistência.

Metodologia

O Grupo de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS) da Universidade de Taubaté, criado em 2004, é constituído por profissionais da área médica, enfermagem e ciências jurídicas dos respectivos Departamentos da Universidade de Taubaté (UNITAU). Por meio da parceria com o Hospital Universitário de Taubaté (HUT) houve a integração de profissionais das áreas de psicologia, médica (Serviço de Ginecologia e Obstetrícia) e de uma educadora da Delegacia de Ensino, além de participação de voluntários (alunos e profissionais).

O GAVVIS padronizou o atendimento à vítima de violência sexual baseando-se nas normas do Ministério da Saúde, realizou treinamento dos profissionais médicos do Pronto Socorro de Ginecologia e Obstetrícia (PSGO) e o I Fórum Regional sobre Violência Sexual do Vale do Paraíba. Os integrantes do GAVVIS reúnem-se semanalmente no HUT para o atendimento ambulatorial à vítima e discussões dos casos clínicos entre a equipe e os alunos.

O atendimento de urgência no Pronto Socorro de Ginecologia e Obstetrícia (PSGO) está disponível 24 horas e as pacientes são encaminhadas para o GAVVIS, que também faz assessoria nos casos de dúvidas dos profissionais.

No atendimento ambulatorial feito pela médica e pelas enfermeiras há o controle das sorologias e esclarecimento das queixas dos pacientes. Habitualmente os efeitos colaterais da medicação para o HIV são uma queixa freqüente e a necessidade da adesão ao medicamento precisa ser reforçada. Também é feito o aconselhamento pré-teste para as mesmas.

No atendimento psicológico, há a abordagem para minimizar o estresse pós-traumático em seis sessões onde também os familiares são atendidos, caso seja necessário. No atendimento, o profissional trabalha analisando o perfil psicológico da vítima, sua ansiedade diante da ocorrência e os sintomas psicossomáticos.

O atendimento multiprofissional envolvendo a família e acompanhantes melhora a reintegração da vítima às suas atividades rotineiras, construindo uma rede de apoio, também melhora a compreensão da agressividade e facilita o convívio familiar.

No atendimento ambulatorial, também há orientação jurídica sobre a importância do boletim de ocorrência (BO) e o exame de corpo de delito. O advogado do GAVVIS também acompanha as

ações penais e orienta as dúvidas da família e da vítima. Como a violência sexual é um crime de ação penal privada, existe a necessidade de esclarecer à vítima e à família sobre a necessidade de se fazer a ação, independente do boletim de ocorrência.

Resultado

Como resultado das ações implementadas pelo grupo, até agosto de 2007, não houve nenhuma gravidez indesejada nem doença sexualmente transmissível nos 50 casos atendidos. Até o momento, não houve a procura do serviço por pacientes grávidas vítimas de violência, nem mesmo por encaminhamento judicial. O GAVVIS também atua em treinamentos internos e externos. Os profissionais ministram palestras na comunidade e em instituições públicas e privadas as quais conhecem o grupo por meio da divulgação da mídia. Os alunos do projeto são preparados para ministrar aulas para os alunos das escolas de ensino médio e fundamental com o intuito de ensinar sobre o que é violência sexual, como preveni-la e onde procurar ajuda e são acompanhados pela educadora, até a presente data 26 escolas foram atendidas. Também participam de discussões sobre o tema violência sexual por meio de casos clínicos, filmes, aulas, leitura de artigos científicos, aulas sobre anticoncepção, aconselhamento préteste do exame de rastreamento para a detecção do vírus HIV e trabalham na construção das aulas a serem ministradas.

Como resultado do treinamento de profissionais do HUT e da polícia militar notou-se um aumento nos encaminhamentos de pacientes pelos mesmos nos últimos meses, entretanto, como a troca de profissionais do hospital é freqüente o treinamento deve ser repetido a cada ano.

Apesar da divulgação da mídia por meio de TV e rádio e das apresentações do GAVVIS à Câmara Municipal, Ministério Público, Juizes das Varas da Infância e Criminal, Departamento de Saúde Municipal de Taubaté, Conselho Tutelar, Delegacias de Polícia, Batalhão da Polícia Militar e funcionários do HUT, participação na Blitz Solidária, na Escola da Família, no Projeto UNITAU na Praça e de semanas pedagógicas da UNITAU, o número de vítimas que procura o atendimento do GAVVIS ainda é pequeno pela estimativa da ocorrência da violência sexual na região.

Entre as ações previstas está o treinamento de profissionais da rede básica de saúde municipal incluindo os médicos pediatras, clínicos e ginecologistas, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde e educadores. Segundo Rodriguez (1999), os profissionais de atenção primária estão perdendo oportunidades para fazer o rastreamento de pacientes que sofrem abuso sexual. A mídia visual precisa ser reforçada para que o público conheça que há um atendimento especializado e disponível para as vítimas.

Este ano, o tema violência sexual foi incluído no módulo optativo da primeira série do curso de medicina da UNITAU com a participação dos profissionais do GAVVIS. No entanto, mais ações devem ser feitas para informar acadêmicos da área da saúde sobre o tema violência sexual e

promover educação permanente entre os profissionais de saúde.

Considerações Finais

O atendimento proposto pelo GAVVIS tem por objetivo minimizar os traumas enfrentados pelas vítimas de violência sexual. Vale ressaltar que diversas dificuldades têm sido encontradas na sua operacionalização, especialmente no que se refere à procura do serviço pelas vítimas, por fatores como desconhecimento, medo, vergonha entre outros.

Em detrimento desse aspecto, o GAVVIS marca sua qualidade assistencial na resolutividade dos resultados obtidos, onde nesses três anos de atendimento não houve entre as vítimas atendidas, nenhum caso de gravidez indesejada ou DST.

Finalmente, ressalta-se que os atendimentos das vítimas de violência sexual têm contribuído de forma significativa na sensibilização e capacitação dos alunos e profissionais envolvidos no projeto. Acredita-se que o GAVVIS sirva como modelo num processo de transformação de profissionais cidadãos, críticos e conscientes da importância de participar ativamente de ações de promoção à saúde e prevenção de agravos.

Referências

ANDALAF NETO J.; MATTAR, R.; COLÁS, O. R. Violência sexual contra a mulher. **Jornal da SOGESP**, v. 6, p. 39-40, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas estratégicas. Área técnica de Saúde da Mulher. **Prevenção e tratamento dos Agravos da Violência sexual contra Mulheres e Adolescentes: Norma Técnica**. 2.ed. Brasília:Ministério da Saúde,p.70, 2005.

DREZETT, J., et al. Contribuição ao estudo do abuso sexual contra à adolescente: uma perspectiva de saúde sexual e reprodutiva e de violação de direitos humanos. In: 9º CONGRESSO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DA SOGESP, São Paulo. **Anais**. São Paulo, ago. de 2004.

FAÚNDES, A. et al. O risco para queixas ginecológicas e disfunções sexuais segundo história de violência sexual. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v. 22, p.153-7, 2000.

FAÚNDES, A. et al. Violência Sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.28, n. 2, p. 126-35, 2006.

HEDIN, L.W. Physical and sexual abuse against women and children. **Curr Opin in Obstet Gynecol**, v.12, p. 349-55, 2000.

KRONBAUER, J.F.D.; MENEGHEL, S.N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

MARINHEIRO, A.L.V.; VIEIRA, E.M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviços de saúde. Ribeirão Preto – SP. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 604-10, 2006.

MATTAR, R. *et al.* Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 2, p. 459-64, 2007.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Rev Saúde Pública**, v. 39, p. 376-82, 2005.

RODRIGUEZ, M. A. Sreening and intervention for intimate partner absuse. Practices and attitudes of primary care physicians. **JAMA**, v. 282, p. 468-74, 1999.

Transformando comunidades de prática: O projeto de Extensão *Aprendendo e Ensinando Línguas*

Transforming communities of practice: The Extension Project *Learning and Teaching Languages*

Transformando comunidades de prácticas: El Proyecto de Extensión *Aprendiendo y Enseñando Lenguas*

Profa. Dra. Solange Teresinha Ricardo de Castro (Doutora em Lingüística Aplicada pela PUCSP)

Profa. Dra. Vera Lucia Batalha de Siqueira Renda (Doutora em Letras pela USP)

Endereço para correspondência:

Universidade de Taubaté / Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada

Rua Visconde do Rio Branco, 210.Centro - CEP:1202-040 – Taubaté, SP

Endereço eletrônico:

srcastro@unitau.br

vera.renda@unitau.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir os resultados iniciais do Projeto de Extensão *Aprendendo e Ensinando Línguas: Interfaces das Ações de Linguagem na Construção da Identidade de Futuros Profissionais da Área*. Como um princípio teórico essencial, o conceito de comunidades de prática é discutido. Como um princípio teórico-metodológico crucial, o conceito de pesquisa-ação é igualmente apresentado, acompanhado da descrição das ações do projeto. A isso segue-se a apresentação dos primeiros resultados observados.

Palavras-chave: comunidades de prática, formação de professores de línguas, pesquisa-ação, projeto de Extensão

Abstract

The aim of this paper is to discuss the initial results of the Extension Project: *Learning and Teaching Languages: Interfaces of Language Actions in the Construction of Identity of Future Professionals in the Area*. As an essential theoretical tenet, the concept of communities of practice is discussed. As a crucial theoretical-methodological principle, the concept of action research is equally presented,

accompanied by a description of the actions of the project. This is followed by the presentation of the first results observed.

Keywords: communities of practice, language teacher education, action research, project of extension

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir los resultados iniciales del Proyecto de Extensión *Aprendiendo y Enseñando Lenguas: Interfases de las Acciones del Lenguaje en la Construcción de la Identidad de los Futuros Profesionales de la area*. Como un principio teórico esencial, el concepto de comunidades de práctica es discutido. Como un principio teórico-metodológico crucial, el concepto de pesquisa-ação es igualmente presentado, acompañado de la descripción de las acciones del proyecto. A eso sigue la presentación de los primeros resultados observados.

Palabras clave: comunidades de práctica, formación de profesores de lengua, pesquisa-ação, proyecto de extensión.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir os resultados iniciais de projeto de Extensão *Aprendendo e Ensinando Línguas: Interfaces das Ações de Linguagem na Construção da Identidade de Futuros Profissionais da Área* (PREX 503/06 – DCSL), vinculado ao projeto de pesquisa *Linguagem e Identidade Profissional* (CEP/UNITAU 432/05) do Programa de Pós-graduação em *Linguística Aplicada*, do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Entendido como uma iniciativa de construir junto a e com a comunidade, em diversos de seus contextos, novos saberes e ações, e nesse processo, de levar a formação docente do futuro professor de línguas para além do âmbito da sala de aula do curso de Letras, o projeto tem como objetivos: 1 contribuir para a transformação desses contextos no que tange a novas ações de ensino e aprendizagem e 2 propiciar aos alunos de Letras a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, bem como de reflexão teórica sobre ações práticas pensadas e desenvolvidas, em um processo dialético entre teoria e prática, de construção de sua identidade profissional (CASTRO e RENDA 2006).

Teoricamente, as ações do projeto devem ser entendidas à luz do conceito de construção de uma

comunidade de prática de natureza colaborativa (ou comunidade aberta) (MATUSOV 1995), que basicamente envolve o processo de compartilhamento de interesses diversos entre os participantes dessa comunidade, ou seja, envolve a construção de “um consenso dinâmico” entre eles (p. 9). Metodologicamente, o projeto se apóia nos princípios da pesquisa-ação, que tem nos ciclos de Planejamento – Ação – Observação – Reflexão (KEMMIS e Mc TAGGART 1986), desenvolvidos em espiral, seus princípios básicos.

Este artigo está dividido em três partes, além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências Bibliográficas. Na parte 1, serão discutidos o conceito de comunidade de prática e a relevância desse conceito para o projeto. Na parte 2, serão discutidas as ações do projeto em relação à pesquisa-ação. Na parte 3, serão apresentados os resultados.

1.O conceito de comunidades de prática

As comunidades de prática são definidas por meio de dois traços principais (BAKER-SENNET 1995, a partir do trabalho de MATUSOV 1995). Em primeiro lugar, os membros de todas as comunidades de prática participam de atividades socioculturais. Em segundo lugar, as relações entre as comunidades são mediadas por um sistema semiótico comum (p. 1).

Para um trabalho que busca compreender a construção da identidade de futuros profissionais da área de ensino e aprendizagem de línguas, tal conceito é importante para facilitar a compreensão sobre esse processo, uma vez que por meio dele sobressaem-se os seguintes princípios cruciais do desenvolvimento da atividade humana:

1. a idéia de comunidade enfoca os indivíduos diretamente envolvidos com a noção de compartilhamento;
2. a idéia de comunidade enfatiza o papel da interação social como um processo de participação;
3. a idéia de comunidade enfatiza a necessidade de se ir além das atividades intelectuais nos processos de formação de conhecimentos, e ao assim fazê-lo, posiciona-se explicitamente para além das abordagens que têm separado “mãos” e “cabeça” (LACASA, GUZMÁN e OUTERIÑO 1995, p. 3), ou seja, experiência prática e teorizações;
4. a idéia de comunidade enfoca o papel da mediação semiótica nas relações sociais dentro das atividades socioculturais das quais as comunidades fazem parte (WERTSCH 1985).

Principalmente, porém, para esse tipo de trabalho tal conceito é particularmente importante, se considerada a construção de uma comunidade aberta (ou colaborativa) (MATUSOV 1995), na qual o pertencimento define-se a partir da participação colaborativa (p. 10).

Matusov (1995) classifica as comunidades de prática em três tipos: 1 aquelas orientadas para a produção e a troca de bens e serviços, atividades para as quais não contam a auto-realização dos participantes e seu interesse na realização das tarefas, mas sim o seu desejo de conseguirem o que querem dos demais; 2 aquelas individualistas e fechadas, cujas atividades, membros, e semiótica procuram atingir e manter um consenso de privilégio em relação às práticas, membros e semiótica de outras comunidades, isto é, atingir e manter uma posição de superioridade em relação às demais; 3 aquelas abertas (ou colaborativas), nas quais a participação é definida a partir da colaboração entre membros, sendo a colaboração entendida como envolvendo o compartilhar de interesses diversos entre eles (p. 9). Nas comunidades do primeiro tipo, aquelas voltadas para a produção e o consumo de bens e serviços, entre as quais o autor inclui as escolas tradicionais (p. 8), os participantes sentem-se “alienados, solitários, e desvinculados uns dos outros” (p. 8).

Nas comunidades individualistas e fechadas, entre as quais se incluem as gangues criminosas e as elites, os membros têm fortes sentimentos de pertencimento e de identidade, mas são sentimentos mantidos à custa de uma postura de alienação e mesmo de hostilidade para com aqueles “de fora”.

É nas comunidades abertas ou colaborativas, no entanto, entre as quais se incluem as comunidades de aprendizes e aquelas de profissionais “criativos”, como as dos que trabalham com artes em geral (p. 10), que a participação é decorrente não apenas da facilidade de acesso, mas principalmente da natureza colaborativa das atividades, que valorizam a reciprocidade, o respeito e a boa vontade dos indivíduos que delas tomam parte (p. 10). Para o autor (MATUSOV 1995, p. 10), uma comunidade aberta é tanto local quanto global. Ela é local no sentido de que, como todas as comunidades, ela é limitada por determinadas práticas e pessoas e por um dado sistema semiótico. Por outro lado, ela é também global, em função dos processos colaborativos pelos quais passa.

A discussão de Matusov (1995) não deixa dúvidas que a construção de uma comunidade colaborativa é o que devemos ter em mente quando pensamos em um projeto de ações de ensino e aprendizagem e de formação profissional. Se levarmos em consideração o fato de que os processos de desenvolvimento ocorrem simultaneamente em cada um dos planos: microgenético, ontogenético e sociocultural (VYGOTSKY 1998), e de que esses planos influenciam-se mutuamente, a construção de comunidades colaborativas podem levar não apenas à (trans)formação e ao desenvolvimento (profissional) dos indivíduos em questão mas também, simultaneamente, à transformação e ao desenvolvimento dos contextos de atuação desses indivíduos.

2. Pesquisa-ação em ação

Entendida como:

“um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT 1998, p. 14), a pesquisa-ação é vista como instrumento para reforçar as dimensões participativa, crítica e emancipatória da metodologia de programas e projetos de extensão (THIOLLENT 2006).

Kemmis e McTaggart (1986) propõem um modelo composto por quatro momentos, que configura a pesquisa-ação como uma espiral reflexiva. Esses momentos são resumidos por Matravolgyi-Damião (2006), como se segue:

- Planejamento: antecede a ação e é embasado criticamente, pois reconhece as verdadeiras limitações da pesquisa e os potenciais para ações mais efetivas;
- Ação: planejada e controlada, e também criticamente embasada, pois reconhece a prática como idéias em ação mediadas pelo “esforço” por melhorias materiais, sociais e políticas;
- Observação: traz um posicionamento do pesquisador, pois documenta a ação, seus efeitos e seu contexto de situação de forma crítica;
- Reflexão: avaliativa e descritiva, pois procura entender os processos e os problemas da ação.

(Fonte: Matravolgyi-Damião 2006, p. 62)

Em consonância com essa definição e com esses princípios, o projeto *Aprendendo e Ensinando Línguas* apóia-se nas seguintes ações de formação:

- Reuniões de trabalho semanais, envolvendo as coordenadoras-orientadoras e as estagiárias bolsistas e voluntárias, e/ou algumas das estagiárias bolsistas e voluntárias entre si, gerando oportunidade para que os alunos façam o planejamento e/ou a exposição das ações realizadas, o que é acompanhado por trocas dialógicas com colegas e/ou professoras. As reuniões são concluídas com articulações teóricas pelas professoras. Nessas ocasiões, os graduandos procuram fazer a exposição de suas experiências. Exposição das tentativas aproximativas de delineamento de objetivos, de elaboração de atividades, de estratégias de abordagem do público-alvo, de operação com o objeto de estudo, bem como da construção de estratégias mais organizadas para lidar com as diferentes situações que vão ocorrendo na esteira das ações nas creches, nas escolas, nas comunidades religiosas, nos asilos, etc. Percebe-se que as dúvidas, as incertezas, as inseguranças vão sendo verbalizadas e se expondo em questionamentos, cada vez mais conscientes, requerendo intervenção e encaminhando de ações sistematizadas;
- Produção/escrituração de diários/relatos reflexivos, nos quais os graduandos discorrem sobre e examinam criticamente seu percurso e o avaliam. Encontram-se aí as incertezas e as dúvidas que

osassaltam, e também as descobertas, o esclarecimento que o texto teórico lhes proporcionou e o benefício que as trocas entre pares e com as coordenadoras do Projeto lhes proporciona;

-Organização de um portfólio do qual consta o registro de todas as ações, abarcando do planejamento à vivência, bem como o relato dessas ações. O desenvolvimento do projeto em questão enseja também a organização de eventos, simpósios e atividades acadêmicas em interface com os objetivos traçados. Falando de outra maneira, necessidades de diversas naturezas são geradas ao longo do percurso, as quais demandam respostas ações por parte das coordenadoras-orientadoras, no que se refere à elaboração de sínteses, de elaboração teórica e de diálogo teoria-prática. Assim, até o presente momento, foram realizados os eventos abaixo descritos:

-*I Seminário Interno do Projeto de Extensão **Aprendendo e Ensinando Línguas***, que foi organizado em três momentos: mesa-redonda de abertura intitulada *Interfaces das ações de linguagem em projetos para a comunidade*; comunicações orais (apresentações de quinze minutos, seguidas de debates de aproximadamente cinco minutos) dos alunos do Projeto, em que, muitos deles, pela primeira vez faziam apresentações orais para uma platéia de convidados (internos, colegas de classe e de curso); palestra de encerramento intitulada *Projeto Aprendendo e Ensinando línguas: interfaces que tecem a construção identitária*. Esse primeiro encontro formatado em seminário adquiriu para todos nós feição de espelho e balanço, ou seja, a formalidade (possível) das comunicações evidenciou a complexidade das ações vivenciadas nas diferentes comunidades pelos graduandos, bem como explicitou as áreas temático-formativas em que as coordenadoras deveriam atuar com mais intensidade.

-Dois simpósios articulados ao longo da Semana Cultural do Departamento de Ciências Sociais e Letras, a saber: *Teoria e Prática no desenvolvimento de um projeto de professores de línguas para a comunidade*. (29/8/07) e *Investigando a construção da identidade profissional de futuros professores de língua* (30/8/07). Nos dois eventos, os graduandos relataram o andamento de suas experiências e de seus trabalhos e abriram também uma frente de diálogo com os colegas que formavam a assistência. É importante destacar que a essa altura, com distanciamento de aproximadamente sessenta dias entre o Seminário Interno e os Simpósios, os graduandos integrantes do Projeto *Aprendendo e Ensinando Línguas*, frente ao público aproximado de trinta/quarenta pessoas, refletiam criticamente acerca de suas ações, de suas atividades e inclusive de seu percurso. Essa manifestação – individual e ao mesmo tempo coletiva – trouxe para todos (participantes e assistência) noções até então desconhecidas. As alunas, ouvindo as falas elaboradas das colegas, tiveram a percepção da relevância de sua ação individual e da complexidade/alcance geral do Projeto. Ainda as alunas, agora frente ao público que se manifestou interessado e desejoso de conhecer a respeito dos resultados obtidos, tiveram vivências de profissionais respondendo po suas ações, anseios, buscas, dúvidas e aprendizados.

-Palestra *Pesquisa-ação em ação*, na qual foram apresentadas as características da pesquisa-ação. A

palestra se seguiu de um debate em que os alunos dialogaram com a professora, dirimindo dúvidas e buscando aplicabilidade do foco da palestra ao seu universo de ação como pesquisadores em formação.

3. Uma comunidade colaborativa em construção

Os resultados observados e registrados até o momento permitem-nos afirmar que uma comunidade colaborativa, no sentido anteriormente exposto, de colaboração entre os participantes e de compartilhamento de interesses e objetivos diversos, está em processo de construção. Embasam essa nossa afirmação, os dados até agora registrados, referentes às participações das alunas nas apresentações até agora realizadas, alguns dos quais expomos a seguir:

-Aluna 1 (A1) e Aluna 2 (A2): Por iniciativa própria, as alunas (do primeiro ano do curso de Letras) quiseram comunicar aos colegas os efeitos que a vivência no Projeto trouxe para suas vidas, pessoal e academicamente falando. “Professora, eu estou com mais confiança em mim, percebo que posso realizar coisas” (A1). A comunicação focalizou a superação dos seus objetivos ao iniciarem o Projeto: “como aprendemos com aqueles a quem tanto queríamos ensinar” (crianças da faixa etária 3/6 anos) (A2). As alunas apresentaram as especificidades de seu desenvolvimento como futuras profissionais e deram ênfase à construção de habilidades que facilitam a sua vivência na universidade. Comprovaram a construção de habilidades de comunicação oral, de pesquisa e de produção escrita, as quais as favorecem em seu cotidiano no curso de Letras.

-Aluna 3 (A3): Atuando em uma escola pública tanto como integrante do Projeto quanto como professora eventual, a graduanda relata as ações desenvolvidas junto a turmas fixas e àquelas com as quais eventualmente é chamada a atuar na ausência dos professores regentes. Um dos pontos destacados é que a seqüenciação dos encontros favorece a construção de “hábitos e de atitudes que se somam ao papel de aluno”, enquanto o convívio esporádico não agrega nem permite continuidade. “Estou sempre começando com eles” – é o registro da aluna.

-Aluna 4 (A4): Integrou-se ao Projeto com a proposta de atuar no Projeto *Escola da Família* de uma escola pública, na qual já atuava como professora eventual. Decorridos cerca de 40 dias, foi chamada a assumir uma turma de terceira série do Ciclo I do Ensino Fundamental da mesma unidade escolar. Dando prosseguimento ao Projeto, agora com possibilidade de ampliar as atividades, a graduanda desenvolveu atividades formativas com as crianças. Criou o conceito de *Pasta Viajante*, composta por um livro de literatura que o aluno pode levar para casa. A atividade lúdica de disputar a pasta, de aguardar a sua vez, etc motiva o leitor, bem como a proposta de criar uma ilustração para integrar o painel de classe – *Roteiro da Pasta Viajante*. Uma parte esperada pelos aluninhos é o registro de leitura, percurso de cada um, lançado em uma ficha que integra a pasta, tanto quanto a

produção de um mural de sala. Ludicamente, as crianças vão registrando os livros lidos, colando . coloridas nas colunas referentes a seu nome.

-Aluna 5 (A5): A aluna relata as buscas que fez quando seu público-alvo mudou, em função do convite da diretora da escola onde atua; passaria também a contar histórias e promover o gosto pela leitura do texto literário para adolescentes. No primeiro encontro chegou a ouvir protestos de alunos que faziam questão de “combater, professora, o meu trabalho, dizendo que história é coisa para crianças”. A jovem graduanda expôs no Simpósio as estratégias para captar a atenção dos jovens, para, concomitantemente, trabalhar o conhecimento acerca do texto literário e a leitura-fruição.

-Aluna 6 (A6): Trabalhando com deficientes visuais internos em um asilo, A6 relata o aspecto humanitário das ações do Projeto. “É para mim um exercício difícil conviver com essas pessoas. Eu sofro com elas a solidão delas. Não é tanto a cegueira, professora, é a solidão de suas vidas. A gente tem que se preparar psicologicamente para adentrar em um lugar desses, professora. Eles precisam tanto, tanto.”

-Aluna 7 (A7) e Aluna 8 (A8): A opção das alunas de apresentar uma fala relativa à organização e funcionamento do Projeto, bem como de um recorte do embasamento teórico, evidenciou a heterogeneidade de vocações e tendências no grupo de trabalho. “Ah, precisamos mostrar aos colegas do Departamento o que é o nosso Projeto. Um pouco de teoria é necessário, gente.” (A7) A maturidade acadêmica direcionou a dupla à visão de conjunto e à exposição de um pilar teórico que sustenta o Projeto.

-Aluna 9 (A9): A aluna abordou em sua comunicação, primeiramente, as atividades realizadas a partir da primeira história selecionada, Goldlocks and the three bears, de um projeto de contação de histórias para crianças de aproximadamente 10 anos que estão cursando a 4ª. série do Ensino Fundamental. A seguir, apresentou a seleção de atividades que comporão o seqüenciamento do Projeto, discutindo os construtos teóricos que as embasam.

-Aluna 10 (A10): A graduanda apresentou e discutiu processos de contação de histórias para crianças de 4 e 5 anos de idade, sugerindo estratégias e atividades na assim denominada “leitura compartilhada de livros de histórias”.

-Aluna 12 (A12) e Aluna 13 (A13): As alunas relatam e discutem as estratégias de contação de histórias utilizadas pelas professoras e por elas, estagiárias-pesquisadoras, com as crianças (de 3 a 6 anos de idade) de uma creche. Discutem também os efeitos dessas estratégias no desenvolvimento da linguagem dessas crianças.

Considerações Finais

Nossa percepção, pela concretude dos multifacetados resultados e desdobramentos, é de que fomos além do que esperávamos.

Dessa maneira, nas comunidades de prática vivenciadas pelo Projeto, as situações de mediação, de interação – de troca, – mediadas pela linguagem, nas e para as ações de linguagem, vão constituindo a identidade profissional dos graduandos, das professoras, enfim, de todos os participantes do processo, cujo público-alvo, indivíduos reais, vivenciando situações reais da existência humana, focadas na formação profissional, fecham o circuito da convivência fora dos círculos acadêmicos.

Afastando-se do rei do conto *Uma idéia toda azul*, de Marina Colasanti (cujas narrativas foram compartilhadas no *I Seminário Interno do Projeto*), as idéias, e sonhos, e reflexões, e ações, e descobertas e construções de todos os integrantes do *Projeto Aprendendo e Ensinando Línguas* são vivenciados e partilhados em conjunto, (sem pleonasma). Ninguém guardou nem, tudo indica, guardará sua *idéia toda azul* em um quarto distante e abafado. Saberes sociais, saberes acadêmicos, saberes profissionais, saberes humanos em construção partilhada.

Referências

BAKER-SENNET, Jacquelyn. Schools and communities of practice. **Socio-Cultural Research News**. v. 2, n. 1-2. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1995. p. 1.

CASTRO, S. T. R. e RENDA, V. L. B. S. **APRENDENDO E ENSINANDO LÍNGUAS: Interfaces das ações de linguagem na construção da identidade de futuros profissionais da área**. Projeto de extensão apresentado à Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da Universidade de Taubaté (PREX 503/06 – DCSL). 2006.

KEMMIS, S. e Mc TAGGART, R. (eds.). **The action research planner**. Geelong, Victoria, Australia: Deakin University Press. 1986.

LACASA, P.; GUZMÁN, S. & OUTERIÑO, R. Children with special educational needs and communities of practice: “Communities of Practice”: A useful concept? **Socio-Cultural Research News**. v. 2, n. 1-2. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1995. p. 3-5.

MATRAVOLGYI-DAMIÃO, Silvia. **Desenho e redesenho de um curso instrumental de Inglês mediado pela construção de um site: uma experiência com tecnologia**. Tese de Doutorado. LAEL/PUCSP, 2006.

MATUSOV, E. What community do we envision for schools: Market, gang, or collaboration? **Socio-Cultural Research News**. v. 2, n. 1-2. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1995. p. 8-10.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (orgs.) **Pesquisa Participante: O saber da partilha**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. p. 152-165.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WERTSCH, James (1988). **Vygotsky y la formación social de la mente**. Barcelona: Paidós. Publicação original em inglês em 1985.

Normas para a publicação

1. A Revista de Extensão da Universidade de Taubaté é uma publicação anual da Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da Universidade de Taubaté (UNITAU), cujo objetivo é criar um instrumento de comunicação que possibilite o intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas pelas Universidades Públicas, por meio de uma rede ampla e diversificada de atores e instituições sociais.

2. São aceitos trabalhos nos idiomas português, espanhol e inglês. Os trabalhos encaminhados serão avaliados pelo Conselho Editorial e pelos consultores ad hoc, que poderão sugerir modificações.

3. A seleção é realizada por meio de avaliação pelos pares – profissionais com experiência em Extensão Universitária e especialistas nas diferentes áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. No processo de seleção, além dos critérios gerais para publicação, serão observados: prioridade do tema, consistência científica, originalidade, atualidade de informação e atendimento de normas éticas.

4. Direitos autorais: os trabalhos publicados são propriedade da Revista, vedada a reprodução total ou parcial e a tradução para outros idiomas, sem a autorização da mesma.

5. O conteúdo dos trabalhos é de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

6. Seções da Revista:

- Editorial: matéria de responsabilidade do Conselho Editorial da Revista.

- Artigos: textos analíticos resultantes de estudos e revisões sobre temas relacionados à Extensão Universitária ou de experiências desenvolvidas nas áreas temáticas estabelecidas para a extensão universitária, conforme item 3. Os artigos deverão ter no máximo 20 (vinte) páginas, incluindo os anexos e as referências.

- Opinião: opinião qualificada sobre tópicos específicos em Extensão Universitária (a convite dos editores).

- Resenhas: síntese ou análise crítica de obras relacionadas à Extensão Universitária, publicadas recentemente (no máximo 03 laudas).

- Livro/dissertação/tese: espaço destinado à divulgação de obras relacionadas à Extensão Universitária, recentemente publicadas.

7. Os originais deverão ser enviados à Secretaria da Revista em 3 (três) vias impressas e uma em meio eletrônico (CD ou por e-mail), com a indicação quanto ao programa e a versão utilizada (somente programas compatíveis com o Windows), seguindo os parâmetros abaixo:

a) Fonte: Times New Roman, espaçamento 1,5 (um e meio), tamanho 12;

b) Configurações das margens em 3,0 cm para direita, esquerda, inferior e superior em papel A4;

c) Caixa alta apenas para as siglas (os títulos deverão sempre ser compostos de caixa alta e baixa);

d) Não utilizar tabulação em nenhum ponto do texto.

8. Quanto à estrutura, o trabalho deverá ter o seguinte formato:

a) título do trabalho em português ou no idioma do texto e em inglês e espanhol;

b) nome da instituição e setor a que os autores estão vinculados;

c) endereço completo dos autores e e-mail para correspondência;

d) indicação do autor responsável pela troca de correspondência;

e) resumo do trabalho em português, inglês e espanhol, com até 200 palavras, de acordo com a norma NBR 6028;

f) palavras-chave (até quatro) em português, inglês e espanhol, separadas por vírgula;

g) texto propriamente dito;

h) notas: devem ser marcadas com números no alto à direita da palavra e colocadas no final do texto, sob o título Notas, antes da referência, com letra tamanho 10;

i) Referências, conforme especificado no item 11;

9. Quanto ao texto, exige-se:

- a) correção do português, do inglês e do espanhol;
- b) nas citações textuais, seguir a norma NBR 10520/2002;
- c) não utilizar notas de rodapé.

10. As ilustrações (mapas, tabelas, gráficos e fotografias) devem seguir em arquivo anexo no mesmo disquete ou em outro, mas nunca incluso no texto do artigo e a localização da figura no texto deve ser marcada com referência, obedecendo às seguintes normas:

Mapas e Fotografias: devem ser escaneados com a extensão jpg ou tif e resolução de 300 ppi. Os cartogramas devem ser monocromáticos (tons de cinza) e com título bem definido, escala gráfica e legenda indicando com clareza as hachuras, coordenadas gráficas e orientação.

Tabelas e Gráficos: devem vir com a indicação quanto ao programa e a versão utilizada (somente formatos compatíveis com o Windows).

11. Para efeitos de normalização, serão adotadas as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As referências devem obedecer às seguintes orientações:

máximo de 30 referências;

referências ao fim do artigo devem seguir os modelos abaixo (segundo norma da ABNT NBR 6023/2002):

- Livros:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2000.

- Capítulos ou parte de uma obra:

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade? In: THIOLLENT, Michel et al. (Org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2003.

- Artigos em revistas:

BRAVO, Maria Inês Souza. Políticas públicas de saúde: experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Interagir: pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 1, p. 53-60, ago. 2001.

- Evento como um todo:

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18, 2002, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2002.

- Trabalho apresentado em eventos:

JÁCOME, Mintza Idesis. Práticas Alfabetizadoras para a EJA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002, João Pessoa. Resumos... João Pessoa: UDUFPA, 2002.

- Dissertação/Tese:

CUNHA, Lenilda Soares. O mal estar da Universidade: a tensão dos anos 90. 2001, 255f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

- Documento em formato eletrônico:

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2003.

12. Os artigos deverão ser encaminhados para:

Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Av. 9 de Julho, 199 Centro Taubaté-SP 12020-200

Tel.: (12) 3625-4227 4208 Fax: (12) 3633-4176

prex@unitau.br

Publication directions

1. The Journal of Extension of the University of Taubaté is published yearly by the Pro-rectorate of Extension and Community Relations of the University of Taubaté, with the purpose of creating a means of communication which will make possible the interchange of the practices, reflections and results of extension actions developed by public universities, throughout a wide variety of actors and social institutions.

2. Articles in Portuguese, Spanish and English are welcome. The articles submitted will be evaluated by the Editorial Board and by the Ad hoc Advisers, who may suggest necessary alterations.

3. The selection is made by the evaluation of professionals with experience in University Extension and specialist in different themes: communication, culture, human rights, education, environment, health, technology and employment. In this process, the advisers, besides the general criteria for publication, will also analyze the priority of the theme, its scientific consistency, originality, up dated information and if it fits to ethic rules.

4. Copyright: the articles published are property of the Journal and it is prohibited its reproduction, in whole or in part, or the translation to other idioms without the appropriate authorization.

5. The content and opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their authors.

6. Sections of the Journal:

- Editorial: The Journal Editorial Board is responsible for this section
- Articles: analytic texts resulting from studies and reviews about themes related to University Extension or to experiences developed in the themes established for the University Extension. See item 3. The articles must have no more than 20 (twenty) pages, including the bibliography.
- Opinion: qualified opinion about specific topics in University Extension (by invitation of the editors).
- Book review: review or critic analyses of books related to University Extension, published recently (maximum of 03 pages).
- Book/dissertations/thesis: destined to divulging the books related to University Extension, published recently.

7. The original must be sent to the Journal office in three hard copies and another one through e-mail or CD labeled with the program and version used (Word for Windows Documents only), according to the following patterns:

- a) Font: Times New Roman, 1,5 space between lines, size 12;
- b) Texts should be typed in A4 paper, leaving a 3,0 cm margin on the right, left, top and bottom sides;
- c) Capital letters only for abbreviations (the titles must always present small and capital letters);
- d) Do not use the tab key in any point of the text.

8. As for structure, the article must have the following lay-out:

- a) Title in Portuguese, in English and in Spanish;
- b) Identification of the authors' institution and sector;
- c) Full address of the authors and e-mail for contact;
- d) Indication of the author who is responsible for contacts;
- e) Abstract of the article in Portuguese, English and Spanish, with a maximum of 200 words, according to NBR 6028;
- f) Keywords (up to 4) in Portuguese, English and Spanish, separated by commas;
- g) Text;
- h) Notes: must be marked with numbers on the word top right side and appear in the end of the text under the title Notes, before the bibliography, with size 10;

i) Bibliography, as specified in the item 11;

9. As for the text, it is demanding:

- a) Correction of Portuguese, English and Portuguese;
- b) Follow NBR 10520/2002, for the citations;
- c) Do not use footnotes.

10. The illustrations (maps, tables, charts, graphs, photos, etc) must be sent in an attached file in the same electronic format and its location must be marked with a reference in the text, according to the following rules:

Maps and photos: should be scanned with the format jpg or tif and 300 ppi resolution. The charts must be in gray tones and their titles well defined; graph scale and caption should indicate clearly the orientations;

Tables and charts: must indicate the electronic format used.

11. The ABNT's rules should be adopted for the text's normalization.

Bibliography must go in accordance with the following orientations:

Maximum of 30 references;

Bibliography at the end of the article must follow the patterns bellow (according to ABNT NBR 6023/2002):

- Books:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2000.

- Book chapter:

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade? In: THOLLENT, Michel et al. (Org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2003.

- Articles:

BRAVO. Maria Inês Souza. Políticas públicas de saúde: experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Interagir: pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-60, ago. 2001.

- Conference as a whole:

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18, 2002, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2002.

- Conference paper:

JÁCOME, Mintza Idesis. Práticas Alfabetizadoras para a EJA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002, João Pessoa. Resumos... João Pessoa: UDUFPB, 2002.

- Thesis/dissertations:

CUNHA, Lenilda Soares. O mal estar da Universidade: a tensão dos anos 90. 2001, 255f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2001.

- Document in electronic format:

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2003.

12. Articles must be sent to:

Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
Av. 9 de Julho, 199 Centro Taubaté-SP 12020-200
Tel.: (12) 3625-4227 4208 Fax: (12) 3633-4176
prex@unitau.br

Normas para la publicación

1. La Revista de Extensão da Universidade de Taubaté es una publicación anual editada por la Universidade de Taubate (UNITAU) cuyo objetivo es crear un instrumento de comunicación que posibilite el intercambio de prácticas, reflexiones y resultados de acciones de extensión desarrolladas por las Universidades Públicas, por medio de una red amplia y diversificada de actores e instituciones sociales.

2. Se aceptan trabajos en los idiomas portugués, español e inglés. Los trabajos encaminados serán evaluados por el Consejo Regional y por consultores ad hoc, que podrán sugerir modificaciones.

3. La selección es realizada por medio de evaluación realizada por los pares – profesionales con experiencia en Extensión Universitaria y especialistas en las diferentes áreas temáticas: comunicación, cultura, derechos humanos, medio ambiente, salud, tecnología y trabajo. En el proceso de selección, además de los criterios generales para publicación, serán observados: prioridad del tema, consistencia científica, originalidad, actualidad de información y cumplimiento de normas éticas.

4. Derechos de autor: los trabajos publicados son propiedad de la Revista, vedada la reproducción total o parcial y la traducción a otros idiomas, sin la autorización de la misma.

5. El contenido de los trabajos es de responsabilidad exclusiva de los respectivos autores.

6. Secciones de la Revista:

- Editorial: materia de responsabilidad del Consejo Editorial de la Revista.

- Artículos: textos analíticos resultantes de estudios y revisiones sobre temas relacionados a Extensión Universitaria o de experiencias desarrolladas en las áreas temáticas establecidas para la extensión universitaria, conforme ítem 3. Los artículos deberán tener un máximo de 20 (veinte) páginas, incluyendo los anexos y las referencias.

- Opinión: opinión calificada sobre tópicos específicos de Extensión Universitaria (por invitación de los editores).

- Reseñas: síntesis o análisis crítico de obras relacionadas a Extensión Universitaria, publicados recientemente (con un máximo de 3 páginas).

- Libro/Disertación/Tesis: espacio destinado a la divulgación de obras relacionadas a Extensión Universitaria, recientemente publicadas.

7. Los originales deberán ser enviados a la Secretaría de la Revista en 3 (tres) copias impresas y una en medio electrónico (CD o por mail), con la indicación del programa y la versión empleada (solamente programas compatibles con el Windows), adoptando los siguientes parámetros:

a) Fuente: Times New Roman, espacio 1,5 (uno y medio), tamaño 12;

b) Configuraciones de los márgenes en 3,0 cm para derecha, izquierda, inferior y superior en papel A4;

c) Caja alta apenas para las siglas (los títulos deberán siempre ser compuestos de caja alta y baja);

d) No utilizar tabulación en ningún punto del texto.

8. Sobre la estructura, el trabajo deberá tener el siguiente formato:

a) título del trabajo en portugués o en el idioma del texto y en inglés y español;

b) nombre de la institución y sector a que los autores están vinculados;

c) dirección completa de los autores y mail para correspondencia;

d) indicación del autor responsable por el intercambio de correspondencia;

e) resumen del trabajo en portugués, inglés y español, conteniendo hasta 200 palabras, de acuerdo con la norma NBR 6028;

f) Palabras claves (hasta cuatro) en portugués, inglés y español, separadas por coma;

g) texto propiamente dicho;

h) notas: deben ser marcadas con números a lo alto, a la derecha de la palabra, y colocadas al final del texto, con el título Notas, antes de la referencia, con letra tamaño 10;

i) referencias, conforme especificado en el ítem 11;

9. Sobre el texto, se exige:

- a) corrección del portugués, del inglés y del español;
- b) en las citaciones textuales, seguir la norma NBR 10520/2002;
- c) no utilizar notas de rodapié.

10. Las ilustraciones (mapas, tablas, gráficos y fotografías) deben seguir en archivo anexo en el mismo disquete o en otro, mas nunca estará incluido en el texto del artículo y la localización de la figura en el texto debe ser marcada con referencia, obedeciendo a las siguientes normas:

- Mapas y fotografías: deben ser escaneados con la extensión jpg o tif y resolución de 300 ppi. Los cartogramas deben ser monocromáticos (tonos de gris) y con título bien definido, escala gráfica y leyenda indicando con claridad los tonos, coordenadas gráficas y orientación.
- Tablas y gráficos: deben venir con la indicación sobre el programa y la versión utilizada (solamente formatos compatibles con el Windows).

11. A los efectos de regularización, serán adoptadas las Normas de la Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Las referencias deben obedecer las siguientes orientaciones:

- máximo de 30 referencias;
- referencias al final del artículo deben seguir los siguientes modelos (según norma de la ABNT NBR 6023/2002):

- Livros:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2000.

- Capítulos o parte de una obra:

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade? In: THOLLENT, Michel et al. (Org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2003.

- Artículos en revistas:

BRAVO, Maria Inês Souza. Políticas públicas de saúde: experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Interagir: pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-60, ago. 2001.

- Evento como um todo:

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18, 2002, Florianópolis. Anais...Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2002.

- Trabajo presentado en eventos:

JACOME, Mintza Idesis. Práticas Alfabetizadoras para a Eja. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002, João Pessoa. Resumos...João Pessoa: UDUFPB, 2002.

- Disertación/Tesis:

CUNHA, Lenilda Soares. O mal estar da Universidade: a tensão dos anos 90. 2001, 255f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2001.

- Documento en formato electrónico:

IBGE. Cidades. Disponible en: <http://www.ibge.gov.br>. Acceso en: 05 abr. 2003.

12. Los artículos deberán ser encaminados para:

Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
Av. 9 de Julho, 199 Centro Taubaté-SP 12020-200
Tel.: (12) 3625-4227 4208 Fax: (12) 3633-4176
prex@unitau.br



UNITAU

Universidade de Taubaté